



MUNICÍPIO DE MERCEDES **ESTADO DO PARANÁ**

Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO LICITATÓRIO N º: 10/2026.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 06/2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada na Copel, a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (3x200A), situado na Rua Monte Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes – PR.

DATA: 21 de janeiro de 2026.



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: Município de Mercedes

Sector requisitante (Unidade/Setor/Departamento): Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças.

Responsável pela Elaboração do Documento: Nilma Eger

E-mail: compras@mercedes.pr.gov.br

Telefone: 45 3256 8008

1. Objeto (o que - descrição sucinta): Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada na Copel, a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (3x200A), situado na Rua Monte Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes - PR.

2. Justificativa da necessidade da contratação (descrever a situação de fato que motiva a contratação, por que o objeto é necessário e como ele vai atender a demanda existente)

A contratação de uma empresa especializada para a execução dos serviços de ampliação e reforço da rede de energia elétrica nas instalações da Rua Coberta, no Município de Mercedes, é imprescindível para atender às necessidades estruturais e operacionais do novo espaço que está sendo desenvolvido.

O município de Mercedes está em processo de construção da Rua Coberta, um projeto estratégico que visa promover a realização de eventos e abrigar a feira do produtor, atividades de grande importância para a economia local e para o fomento do turismo na região. A Rua Coberta será um ponto de encontro e interação para moradores e visitantes, e, portanto, sua infraestrutura deve ser adequada para garantir o funcionamento pleno de todas as atividades programadas.

A ampliação e o reforço da rede elétrica se tornam essenciais, pois a demanda por energia da área aumentará consideravelmente com a realização de eventos e a instalação de estandes e equipamentos para a feira do produtor. A infraestrutura elétrica existente não possui a capacidade suficiente para garantir um fornecimento de energia seguro, contínuo e eficiente, o que pode comprometer o sucesso dessas iniciativas.

Além disso, é necessário garantir que o sistema elétrico da Rua Coberta seja dimensionado de forma adequada para futuras ampliações e para a utilização de novos equipamentos de alto consumo energético, como sistemas de iluminação, sonorização, pontos de comercialização e apoio à infraestrutura de eventos.

A contratação de uma empresa especializada é fundamental para assegurar que os serviços sejam realizados de acordo com as normas técnicas e de segurança, com a qualidade necessária para a operação eficiente do local e para a segurança dos usuários. O trabalho deve ser executado de forma a não comprometer o cronograma da obra e a garantir a funcionalidade do espaço de maneira eficiente e sustentável.

Portanto, a execução desses serviços não apenas atende às necessidades imediatas da Rua Coberta, mas também contribui para o desenvolvimento e a modernização da infraestrutura urbana de Mercedes, possibilitando o sucesso das atividades culturais, econômicas e sociais planejadas para o local. Pontua-se que o Pregão nº 134/2025, que tinha por objeto a contratação de uma empresa



especializada para a execução dos serviços de ampliação e reforço da rede de energia elétrica nas instalações da Rua Coberta, no Município de Mercedes, restou fracassado em virtude de inconsistência nas documentações das empresas licitantes, sendo necessário encaminhar novo processo licitatório.

3. Tipo de item, de acordo com os Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços*, unidade de fornecimento, quantidade a ser contratada, e valores unitários e totais:

Especificações Técnicas e Valor de Mercado:

AMPLIAÇÃO E REFORÇO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA

Item	Descrição/Especificação	Catser	Unid	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
01	Serviços de ampliação de rede de média tensão em 122 metros, baixa tensão em 130 metros, com instalação de transformador para atender nova ligação de 3x200A.	21687	Unid	01	79.824,14	79.824,14

*Nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023, utiliza-se o catálogo eletrônico do Governo Federal (CATMAT ou CATSER), haja vista a inexistência de catálogo próprio.

Justificativa do quantitativo previsto (como se definiu o mesmo): O supracitado quantitativo foi estabelecido com base na demanda real da rede elétrica a ser alterada, de acordo com a necessidade.

4. Estimativa preliminar do valor total da contratação (se para elaboração do PCA, indicar o valor correspondente ao exercício financeiro do Plano):

R\$ 79.824,14 (setenta e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e catorze centavos).

5. Previsão da data desejada para a contratação: 13/02/2026.

6. Grau de prioridade da compra ou contratação:

() Baixa () Média () Alta (x) Muito Alta

7. Há vinculação ou dependência com a contratação de outro DFD para sua execução, visando a determinar a sequência em que as respectivas contratações serão realizadas:

() SIM – Qual:

(x) NÃO

8. Classificação orçamentária da despesa, indicando a ação, até nível de elemento e desdobramentos:

**02.009.25.752.0008.2044 – Manutenção da Rede de Iluminação Pública****Elemento de despesa: 333903905****Fonte de recurso: 000 (Exercício anterior)****9. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar e da Análise de Riscos é opcional (§ 7º¹ do art. 7º do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023):****(x) SIM****() NÃO**

Justificativa (especificar porque é opcional, se for o caso): A presente contratação será precedida de elaboração de Estudo Técnico Preliminar, entretanto, a Análise de Riscos ficará dispensada, considerando que se trata de objeto de baixo valor e complexidade, consubstanciado em simples serviços de ampliação de rede de energia elétrica.

Mercedes-PR, 19 de janeiro de 2026.

Assinatura do Responsável pela Formalização da Demanda

Ciente e de acordo:

Secretário da Pasta Interessada (nome): Edson Knaul

Assinatura: _____

¹ § 7º A elaboração do ETP e a análise de riscos será opcional nos seguintes casos:

I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra), ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de termo aditivo ou apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a objetos de prestação de natureza continuada;

III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

Ass.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

Ass.

CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei, que o Documento de Formalização de Demanda – DFD, relativo à *contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada na Copel, a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (3x200A), situado na Rua Monte Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes - PR*, foi elaborado nos termos do Decreto n.º 031/2023, e que foi utilizada a minuta padronizada disponibilizada pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes – PR, 19 de janeiro de 2026

EDSON

Assinado de forma digital por

EDSON KNAUL:88632350900

KNAUL:88632350900 Dados: 2026.01.19 15:19:43 -03'00'

Edson Knaul

**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**Estado do Paraná****ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada na Copel, a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (3x200A), situado na Rua Monte Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes - PR.

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do Processo Administrativo: xx/2025.

Área Requisitante: Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças.

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Neste sentido, o presente documento contempla estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada no documento de formalização da demanda anexo, e tem por finalidade estudá-la detalhadamente e identificar a melhor solução existente no mercado para supri-la, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Descreva a sua necessidade:

A contratação de uma empresa especializada para a execução dos serviços de ampliação e reforço da rede de energia elétrica nas instalações da Rua Coberta, no Município de Mercedes, é imprescindível para atender às necessidades estruturais e operacionais do novo espaço que está sendo desenvolvido.

O município de Mercedes está em processo de construção da Rua Coberta, um projeto estratégico que visa promover a realização de eventos e abrigar a feira do produtor, atividades de grande importância para a economia local e para o fomento do turismo na região. A Rua Coberta será um ponto de encontro e interação para moradores e visitantes, e, portanto, sua infraestrutura deve ser adequada para garantir o funcionamento pleno de todas as atividades programadas.

A ampliação e o reforço da rede elétrica se tornam essenciais, pois a demanda por energia da área aumentará consideravelmente com a realização de eventos e a instalação de estandes e equipamentos para a feira do produtor. A infraestrutura elétrica existente não possui a capacidade suficiente para garantir um fornecimento de energia seguro, contínuo e eficiente, o que pode comprometer o sucesso dessas iniciativas.

Além disso, é necessário garantir que o sistema elétrico da Rua Coberta seja dimensionado de forma adequada para futuras ampliações e para a utilização de novos equipamentos de alto consumo energético, como sistemas de iluminação, sonorização, pontos de comercialização e apoio à infraestrutura de eventos.



A contratação de uma empresa especializada é fundamental para assegurar que os serviços sejam realizados de acordo com as normas técnicas e de segurança, com a qualidade necessária para a operação eficiente do local e para a segurança dos usuários. O trabalho deve ser executado de forma a não comprometer o cronograma da obra e a garantir a funcionalidade do espaço de maneira eficiente e sustentável.

Portanto, a execução desses serviços não apenas atende às necessidades imediatas da Rua Coberta, mas também contribui para o desenvolvimento e a modernização da infraestrutura urbana de Mercedes, possibilitando o sucesso das atividades culturais, econômicas e sociais planejadas para o local. Pontua-se que o Pregão nº 134/2025, que tinha por objeto a contratação de uma empresa especializada para a execução dos serviços de ampliação e reforço da rede de energia elétrica nas instalações da Rua Coberta, no Município de Mercedes, restou fracassado em virtude de inconsistência nas documentações das empresas licitantes, sendo necessário encaminhar novo processo licitatório.

2. ALINHAMENTO COM PCA

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/95719373000123/2026>

Data de publicação no PNCP: 19/01/2026

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Descreva os requisitos da contratação:

- A empresa vencedora do certame deverá comprovar seu cadastro (CRC – CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL) na COPEL, conforme o manual de “construção redes elétricas de distribuição por particular”, disponível no site [HTTP:// WWW.copel.com](http://WWW.copel.com)
- A empreiteira responsável pela execução deverá fornecer mão de obra e equipamentos necessários para a completa execução dos serviços os quais serão fiscalizados pelo Município de Mercedes.
- Os serviços não aprovados, ou que se apresentarem defeituosos em sua extensão, deverão ser reconstruídos por conta da contratada.
- São de responsabilidade da empreiteira:
 - a) Corrigir qualquer defeito na execução dos serviços, objeto do contrato, sem ônus para o município, bem como terá responsabilidade integral pelos danos a este e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia ou omissão;
 - b) Todas as instalações provisórias da obra;



- c) Todas as sinalizações de tráfego necessárias para garantir a execução do objeto com total segurança;
- d) Conservação das ruas, avenidas, rodovias, gramados, arborizações e plantas ornamentais nos locais que serão executados os serviços;
- e) Locais para guarda de materiais e equipamentos, alojamento e refeitório para operários se for o caso;
- f) O uso dos equipamentos de segurança pelos operários, conforme as normas regulamentadoras vigentes no país;
- g) ART de execução conforme o objeto do contrato;
- h) Todas as taxas relativas à obra junto aos órgãos municipais, estaduais e federais;
- i) Transportar e armazenar todos os materiais existentes que forem removidos da obra para o local indicado pela fiscalização do Município de Mercedes.
- O responsável técnico da empreiteira deverá acompanhar constantemente os serviços e responder pelos contatos técnicos que forem necessários. O fato da existência da fiscalização não diminui em nada a responsabilidade integral, técnica e exclusiva da contratada.
- Não serão permitidas quaisquer alterações no projeto sem a análise e aprovação expressa por parte do projetista, caso contrário, fica totalmente excluída a responsabilidade técnica do mesmo.
- A empreiteira deverá realizar a limpeza da obra nos finais de todos os dias. Caso haja material de descarte ou entulho, deverão ser transportados para locais ambientalmente legalizados por conta e risco da contratada. Fica proibida a realização de queimadas de entulhos ou qualquer outro tipo de objeto no local da obra. No final da execução dos serviços, os locais da obra deverão estar isentos de entulhos e restos de materiais.

4. – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS

Fundamentação: Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Indique os quantitativos:

	Descrição	Unid	Quant
1	Serviços de ampliação de rede de média tensão em 122 metros, baixa tensão em 130 metros, com instalação de transformador para atender nova ligação de 3x200A.	Unid	01

Classificação dos bens/serviços:

☒ Comuns.

☐ Especiais.

☐ Continuado.

☒ Não continuado.

Justificativa: Tratam-se de bens/serviços comuns uma vez que cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. O fornecimento pretendido não é considerado continuado, uma vez que não se presta a manutenção da atividade administrativa, não decorrendo de necessidades permanentes ou prolongadas.

**5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Identificação das soluções

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Contratação de empresa especializada para serviços de ampliação e reforço de rede de energia elétrica, nas instalações da Rua Coberta, no Município de Mercedes.

Registro de soluções consideradas inviáveis

Não há solução considerada inviável, pois a única solução possível é a contratação de empresa especializada para serviços de ampliação e reforço de rede de energia elétrica, nas instalações da Rua Coberta, no Município de Mercedes.

Análise comparativa de custos das soluções viáveis

Considerando que a contratação se trata de prestação de serviços de Engenharia, a qual o mercado para administração pública não dispõe de muitas alternativas, diferenciado apenas os regimes de contratação, e que as metodologias de contratações adotada por esta instituição também são as mesmas adotada por outros órgãos e entidades.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação caso (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Estimativa do valor da contratação

Valor estimado da solução escolhida: R\$ 79.824,14 (setenta e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e catorze centavos).

Parâmetros utilizados: Considerando a necessidade de estimar o valor para contratação de serviço específico, cuja demanda é exclusiva para o município de Mercedes/PR, optou-se pela realização de pesquisa de preços diretamente com fornecedores que atuam na prestação desse serviço, pois o serviço em questão atende a uma realidade particular do município, não sendo amplamente ofertado em outras localidades ou por fornecedores com contratos similares disponíveis em bases públicas de dados.

Metodologia utilizada: Estimativa obtida a partir da média dos preços apresentados.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Descreva a solução como um todo:

Após a finalização do estudo comparativo das soluções, concluiu-se pela realização de Pregão Eletrônico para a contratação de empresa especializada para serviços de ampliação e reforço de rede de energia elétrica, nas instalações da Rua Coberta, no Município de Mercedes.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, se aplicável. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Justificativa do parcelamento:

Não se aplica.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (Inciso IX do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Descreva os resultados esperados: Pretende-se contratar os serviços de acordo com o descritivo do Edital, ao menor preço, com a qualidade e especificações garantidas, visando atender às necessidades da Município de Mercedes, de forma eficaz e econômica.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (inciso X do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Descreva as providências prévias:

Não se aplica.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Indique as contratações correlatas/interdependentes:

Não haverá contratação correlatadas.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como



logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; (inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Descreva impactos e medidas:

Entendendo o conceito de "Impacto Ambiental" como alterações no meio ambiente em consequência de atividades humanas (negativas ou positivas, permanentes ou temporárias) dentro do espaço geográfico, e após análise desta administração, não se verificaram impactos ambientais advindos desta contratação.

13. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamentação: Nos termos do art. 40, II, da Lei nº 14.133, de 2021, as compras deverão ser processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente. As hipóteses de utilização do registro de preços constam dos incisos do art. 64 do Decreto Municipal nº 034, de 2023.

() Deverá ser adotado o sistema de registro de preços.

(x) Não deverá ser adotado o sistema de registro de preços conforme justificativa.

Descreva a justificativa para não adoção do sistema de registro de preços:

A demanda já está previamente definida, conforme necessidade levantada e os serviços serão executados integralmente, em uma única remessa.

14. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Posicionamento conclusivo:

Os estudos preliminares indicam que a contratação da solução é viável tecnicamente e demonstra ser fundamentada na necessidade. Com base nisso, declara-se a viabilidade da contratação proposta.

Classificação: Por fim, considerando as informações levantadas, os responsáveis pela elaboração entendem que o ETP e o orçamento estimado da contratação devem ser classificados como não sigilosos, nos termos da Lei nº 12.527/2011 e da Lei nº 14.133/2021.

Município de Mercedes, 19 de janeiro de 2026.

Edson Knaul

Secretário de Planejamento, Administração e Finanças



Município de Mercedes

Pag.

35

Ass.

Estado do Paraná



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei, que o Estudo Técnico Preliminar – ETP, relativo à *contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada na Copel, a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (3x200A), situado na Rua Monte Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes - PR*, foi elaborado nos termos do Decreto n.º 031/2023, e que foi utilizada a minuta padronizada disponibilizada pela Procuradoria Jurídica do Município.

EDSON

KNAUL:88632350900

Mercedes – PR, 19 de janeiro de 2026

Assinado de forma digital por EDSON

KNAUL:88632350900

Dados: 2026.01.19 15:21:01 -03'00'

Edson Knaul

**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



MUNICÍPIO DE MERCEDES - ESTADO DO PARANÁ

COTACÃO 01:	Copel Distribuição S/A - CNPJ: 04.368.898/0001-06
COTACÃO 02:	Eletro Caf Comércio de Materiais Elétricos Ltda - CNPJ: 10.906.818/0001-21
COTACÃO 03:	Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Econômico de Marechal Cândido Rondon - CNPJ: 76.879.295/0001-80

Período da Pesquisa: 03/09/2025 à 20/10/2025.

LOTE 1

Item	Qtd	Und	Descrição do produto	RS Unit	RS Total
1	1	unit	Serviços de ampliação de rede de média tensão em 122 metros, baixa tensão em 130 metros, com instalação de transformador para atender nova ligação de 3x200A,	64.038,62	64.038,62

RS 64.038,62

Nilma Eger
Nilma Eger

Mercedes, 11 de dezembro de 2025.

Fornecedor 1	Fornecedor 2	Fornecedor 3
RS 57.918,85	RS 77.000,00	RS 57.197,00



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Pag. Pag. 14	Ass. Ass. [Assinatura]
-----------------	---------------------------

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.368.898/0001-06 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/04/2001
NOME EMPRESARIAL COPEL DISTRIBUICAO S.A.		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COPEL-DIS	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO JOSE IZIDORO BIAZETTO	NÚMERO 155	COMPLEMENTO BLOCO C
CEP 81.200-240	BAIRRO/DISTRITO MOSSUNGUE	MUNICÍPIO CURITIBA
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO COPEL@COPEL.COM	TELEFONE (41) 3331-4141 / (41) 3322-3535	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 29/10/2025 às 10:46:34 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MEMÓRIA DE CÁLCULO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

SOLICITANTE(S)

Nome	Código Cliente CIB	Código UC Cliente
MUNICIPIO DE MERCEDES	19120767	114646514

DADOS DO ATENDIMENTO

Protocolo: 01.20251114000092

Tipo de Processo : Atendimento ao consumidor - Contrato

Sistema / Rede de Distribuição : Aérea

Tipo de Atendimento : Com cálculo de participação financeira

Finalidade da obra: AMPLIAÇÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO EM 122 METROS, BAIXA TENSÃO EM 130 METROS, COM INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR DE ATENDER LIGAÇÃO NOVA 3X200A.

ORÇAMENTO DAS OBRAS

Descrição	Material Aplicado (R\$)	Material Salvado (R\$)*	Mão de Obra (R\$)	Custo Total da Obra (R\$)
Rede de Distribuição Aérea	37.122,19	0,00	20.796,66	57.918,85
Total:	37.122,19	0,00	20.796,66	57.918,85

* Valor considerado de acordo com critérios de depreciação dos ativos para fins de orçamento da Copel.

INVESTIMENTOS DA COPEL

Encargo de Reserva de Capacidade - ERC

Valor referente à proporção do custo dos itens com reserva de capacidade atribuível à Copel, limitado à diferença entre os valores da Materiais Aplicados e Salvados no projeto, quando houver.

Valor Final do ERC (R\$)** : 0,00

** Valor limitado ao custo total das obras necessárias.

Encargo de Responsabilidade da Distribuidora - ERD

Valor correspondente à participação da Copel nas obras necessárias, quando aplicável, calculado a partir da demanda a ser acrescida pelo cliente.

Subgrupo/Estrutura Tarifária	Disjuntor (A)	Quantidade	Demanda Acrescida (kW)	Fator K (R\$/kW)	Valor Máximo ERD (R\$)	Demanda Mínima Grupo A (kW)
B3-DEMAIS CLASSES	3X200	1	70,00	387,11	27097,70	0,00

Valor Final do ERD (R\$)** : 27.097,70

** Valor limitado ao custo total das obras necessárias, já deduzido o valor correspondente ao ERC, quando houver.

Demanda (kW): Também denominado de "Montante de Uso do Sistema de Distribuição - MUSD", é o valor correspondente à demanda acrescida pelo cliente, considerada para o cálculo do ERD.

Fator K: Valor homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para utilização no cálculo do ERD pela Copel, calculado a partir dos valores da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD.

PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

Considerando os cálculos apresentados neste documento, o valor da participação financeira a ser pago pelo solicitante para este atendimento é formalizado por meio da correspondência em anexo é de:

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

R\$ 30.821,15

EXECUÇÃO DA OBRA POR PARTICULAR

De acordo com a regulamentação vigente do setor elétrico, o solicitante poderá optar pela contratação particular de empreiteira habilitada no cadastro da Copel para execução da obra objeto deste atendimento.

Neste caso, deverão ser observadas as condições definidas no Manual de Instruções Técnicas - MIT 162601 - Projeto e Construção de Redes de Distribuição por Particular, disponível em www.copel.com, através do caminho: O que você procura? / Fornecedores e parceiros / 05 Normas e manuais / Normas e Manuais de Projetos, Manutenção e Operação de Redes de Distribuição / Manual de Instrução Técnica - MIT / MIT 162601 - Obra por Particular.

Optando por esta modalidade de "Execução de Obra por Particular", e mantidas as características e condições previstas inicialmente para este atendimento (tipo de ligação, demanda, projeto, entre outras), a Copel poderá reembolsar o menor valor entre aquele comprovado pela nota fiscal apresentada pelo solicitante e os valores máximos relacionados abaixo:

ERD	R\$ 27.097,70
VALOR LIMITE POR REEMBOLSO	R\$ 27.097,70

OBSERVAÇÕES:

CÁLCULO EFETUADO CONFORME MIT 162603 (ITEM 4.2 a) (LIGAÇÃO NOVA) Conforme critérios Item 6.1 F.

Responsável pelo cálculo:

Emitido por CLOVIS NICOLAU BINSFELD

CLOVIS NICOLAU BINSFELD

STPTDO - ST PROJETOS TOLEDO

Aprovador:

Aprovado Eletronicamente

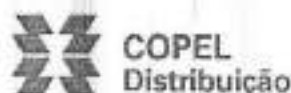
MAICON LUIZ WATHIER

DV EXEC PROJETO REDES CASCAVEL

Atualização de dados para cálculo do ERD (Resolução Homologatória Aneel Nº 3.472/2025): 11/08/2025 - 07:57

Cálculo aprovado em: 03/09/2025 - 11:05

Emissão: 03/09/2025 - 17:49



Protocolo: 01.20251114000092
 Toledo, 03 de Setembro de 2025

MUNICÍPIO DE MERCEDES
 MONTE CASTELO, - CHAC 65 ESTACIONAMENTO
 CEP: 85998-000, MERCEDES - PR
 Ordem em Curso / PEP: 1253512903

ORÇAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRA NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Identificação da Obra

Endereço: MONTE CASTELO - CHAC 65 ESTACIONAMENTO

Bairro/Cidade: CENTRO / MERCEDES

Ofício: 01-09-2025

Finalidade:

AMPLIAÇÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO EM 122 METROS, BAIXA TENSÃO EM 130 METROS, COM INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR DE 75 KVA, PARA ATENDER LIGAÇÃO NOVA 3X200A.

Para atendimento à sua solicitação será necessária a execução de obra na rede de distribuição, mediante aceitação das condições estabelecidas no Contrato de Obra, em anexo, e acerto da participação financeira de sua responsabilidade, conforme segue:

Descrição	Materiais (R\$)	Mão de obra (R\$)	Total (R\$)
(*) Custo referente a obra no sistema de distribuição	37.122,19	20.796,68	57.918,85
(-) Encargo de Reserva de Capacidade no sistema de distribuição - ERC			0,00
(=) Custo da obra para seu atendimento			57.918,85
(-) Encargo de Responsabilidade da Distribuidora - ERD			27.097,70
(=) Participação financeira de sua responsabilidade			30.821,15
(trinta mil oitocentos e vinte e um reais e quinze centavos)			

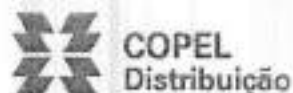
Os critérios para determinação das condições de atendimento estão consoantes à legislação e regulamentações vigentes, destacadamente a Lei Federal n.º 10.438/02, alterada pela Lei Federal n.º 10.762/03, e a Resolução ANEEL n.º 1.000/21, e respectivas alterações.

Este orçamento tem validade de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de emissão desta correspondência. Caso permaneça seu interesse, deverá efetuar o pagamento, sendo necessário entrar em contato com a COPEL pelo fone 0800 51 00 116, com Central de Atendimento e apresentar o referido Contrato de Obra, devidamente assinado, com firma reconhecida e assinatura de duas testemunhas identificadas, em qualquer unidade administrativa da COPEL ou enviar através do correio à área de Projetos e Obras de Toledo, no endereço informado no rodapé desta correspondência.

Importante: No caso de atendimento para unidades consumidoras com tensão maior que 2,3 kV (Grupo A), o aceite da obra deve ser precedida, ainda, da assinatura do(s) Contrato(s) de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) e de Compra de Energia Regulada (CCER - quando aplicável) no prazo deste orçamento.

O prazo previsto para conclusão da obra é de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de pagamento da parcela de sua responsabilidade e apresentação do Contrato de obras.

Poderá, ainda, optar pela contratação particular de empreiteira habilitada no cadastro da COPEL para a elaboração do projeto e execução da obra, cuja relação está disponível no site www.copel.com, através do caminho: O que você procura? / Fornecedores e parceiros / 13 Construção de redes por terceiros - Particular.



Adicionalmente, informamos que encontram-se disponíveis na Memória de Cálculo anexa a esta correspondência, o detalhamento da(s) obra(s) necessária(s) e seus respectivos custos, bem como de eventuais valores passíveis de reembolso pela COPEL, caso haja a opção de contratação particular para sua execução.

Atenciosamente,

Aprovado Eletronicamente
MAICON LUIZ WATHIER
VEPCEL - DV EXEC PROJETO REDES CASCAVEL

Recebido em ____/____/____



Comércio de Materiais Elétricos Ltda.

Eletro Caf Comércio de Materiais Elétricos Ltda.
CNPJ: 10.906.818/0001-21 IE: 90484129-36
Rua João Marques de Oliveira, 237 - Morumbi
Fone: 45 3224 0801
e-mail: eletrocaf@hotmail.com
Cep: 85817835 - Cascavel - PR

Pag. 23	Ass. [assinatura]
Pag. 24	Ass. [assinatura]

MUNICIPIO DE MERCEDES

Mercedes - PR

Prezado(a) Sr(a)

Conforme solicitação de cotação, estamos encaminhando nossa proposta descrita abaixo:

Objeto:

Reforço de rede para atender ligação nova 3x200A, conforme projeto aprovado pela COPEL 1680951

Investimento:

Material, mão de obra e ART	R\$ 77.000,00
-----------------------------	---------------

Obs.: Não está incluso o fornecimento da entrada de energia (Padrão) 3x200A.

TOTAL GERAL R\$ 77.000,00 (SETENTA E SETE MIL REAIS).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A combinar.

PRAZO DE EXECUÇÃO

A combinar.

VALIDADE DA PROPOSTA

Proposta válida por sete (07) dias.

Cascavel, 09 de outubro de 2025.

Sendo o que dispomos para o momento, antecipamos nossos agradecimentos.

André Wichoski
Consultor de Vendas
Contato: (45) 99951-0190
E-mail: engenharia5@eletrocardoso.com.br

Gabriel Luna
Engenheiro Eletricista
Contato: (45) 99859-0077
E-mail: engenheiro@eletrocardoso.com.br

Documento assinado digitalmente
GABRIEL LUNA
Data: 09/10/2025 11:41:54 -0300
Verifique em: <https://verificar.io.gov.br>



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Pag. 23	Ass. [assinatura]
Pag. 24	Ass. [assinatura]

387/2025

20 de Outubro de 2025.

Ao

Município de Mercedes

REF.: ORCAMENTO

Prezados Senhores:

Informamos a Vossa Senhoria, custo para atendimento a 01 ligação nova 3x200A ao Município de Mercedes conforme Projeto 1680851 e com as condições abaixo:

- 1) **Custo da rede**
R\$ 45.997,00 (Quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e sete reais)
- 2) **Mao de obra**
R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)
- 3) **Total**
R\$ 57.197,00 (Cinquenta e sete mil, cento e noventa e sete reais)
- 4) **Condições de pagamento**
A combinar

Atenciosamente.,

[assinatura]
CERCAR - Serviços
Ivo Ruppenthal
CPF: 384.216.539-00



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 76.879.295/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 28/08/1973
NOME EMPRESARIAL COOP. DE ELETRIF. E DESENV. ECONOMICO DE MAL. CDO. RONDON - CERCAR		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CERCAR	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico 95.29-1-99 - Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 214-3 - Cooperativa		
LOGRADOURO R 7 DE SETEMBRO	NÚMERO 946	COMPLEMENTO *****
CEP 85.960-170	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MARECHAL CANDIDO RONDON
ENDEREÇO ELETRÔNICO CERCAR@CERCAR.COM.BR		TELEFONE (42) 3284-4100/ (45) 9913-6685
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL *****		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 29/10/2025 às 10:44:52 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



SERVICO DE ENGENHARIA

Prf da Av. J3lio Alves Machado, 587 - Centro - Bom Sucesso -PR
engedruz@hotmail.com

COMPOSIC3O DE SERVIÇOS - DATA: NOV/2025

PREÇOS CONFORME PESQUISA DE MERCADO

DATA BASE DE PREÇO= OUT/2025

COMP	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR MÉDIO	PREÇOS DE REFERÊNCIA		
					COLO DISTRIBUIÇÃO VIA LULA, 8, 110, 200 E 2000000	FEITICIA - COMPT 10000, 20000, 20000, 20000	CRECIN - CRECIN 70000, 20000, 20000, 20000
COMP 1	AMPLIAÇÃO DE REDE DE M3DIA TENS3O EM 122 METROS, BAIXA TENS3O EM 130 METROS, COM INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR DE 75 KVA, PARA ATENDER USUAÇÃO NOVA 3X220V.	UN	1,00	R\$ 64.038,62	R\$ 77.000,00	R\$ 57.518,85	R\$ 57.597,00

JEAN ELEANDRO

DRUZ:3358907300011

0

Digitally signed by JEAN

ELEANDRO

DRUZ:33589073000110

Date: 2025.11.10 14:00:59 -03'00'

Eng.º Eletricista Jean Eleanandro Druz - CREA/PR nº 76633/D

Pag. 19	Ass. [Assinatura]
Pag. [Assinatura]	Ass. [Assinatura]



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE FÉ PÚBLICA

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada na Copel, a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (3x200A), situado na Rua Monte Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes - PR.

CERTIFICO, para fins de direito, sob as penas da lei, que para compor o valor médio dos itens a serem licitados foram consultadas as seguintes fontes:

- Copel Distribuição Ltda., CNPJ nº 04.368.898/0001-06;
- Eletro Caf Comércio de Materiais Elétricos Ltda., CNPJ nº 10.906.818/0001-21;
- Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Econômico de Marechal Cândido Rondon – CERCAR, CNPJ nº 76.879.295/0001-80

Para o pretendido processo licitatório os orçamentos foram realizados entre 03/09/2025 a 11/11/2025.

Destaca-se que o valor máximo estimado foi definido a partir dos valores obtidos junto as fontes anteriormente destacadas, acrescido do percentual correspondente ao BDI, conforme planilha anexada ao processo.

Certifico, ainda:

- a) que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, consideradas as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto;
- b) que não foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, face a multiplicidade e as características específicas do objeto a ser contratado, que dificultam e tornam morosa a realização de tal meio de pesquisa, aliado a questões de logística (distância do fornecedor em relação ao comprador);
- c) o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação;
- d) que os fornecedores consultados encaminharam orçamento.

Mercedes – PR, 19 de janeiro de 2026

Assinado de forma digital por EDSON

EDSON KNAUL:88632350900 KNAUL:88632350900

Dados: 2026.01.19 14:01:31 -03'00'

Edson Knaul

**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PARANÁ
REGISTRO DE IMÓVEIS L.º 10.240

Pag. 23

Ass.

JORGE NACLI NETO

OFICIAL
C.P.F. 185.421.909
NOROALDO BOSKA
OFICIAL MAIOR
C.P.F. 033.303.719

REGISTRO GERAL

FICHA: -1-

MATRÍCULA N.º 5.402

MATRÍCULA Nº 5.402: - Data: - 05 de março de 1.979. - C o n t e ú d o -
da CHÁCARA Nº 65 (sessenta e cinco), da zona
suburbana de Mercedes, neste município e comarca, com a área de
27.348m² (vinte e sete mil trezentos e quarenta e oito metros qua-
drados), correspondente à 2Ha73a48ca (dois hectares, setenta e
tres ares e quarenta e oito centiares), sem benfeitorias, com as
seguintes delimitações: - Iniciou-se a demarcação no Marco 65/Rua
correspondente ao Canto Norte da Chácara nº 63, situado no crua-
mento do alinhamento Sudeste da Rua Dr. Osvaldo Cruz com o alin-
hamento Sudoeste da Avenida Guaira, seguindo-se daí por esse na
direção Sudeste, com o rumo de 159º51'30", numa extensão de 80,0
m, alcançando-se a divisa das Chácaras nºs 64 e 65, prosseguin-
do-se daí por essa na direção Sudoeste, com o rumo de 249º54'30"
numa distância de 345,0 m, alcançando-se o travessão Sudoeste, e
daí por esse, na direção Noroeste, com o rumo de 343º26'30", numa
extensão de 79,9 m, alcançando-se outra vez o alinhamento acima-
referido da Rua Dr. Osvaldo Cruz e por esse na direção Nordeste,
com o rumo de 69º51'30", numa distância de 340,0 m, onde encon-
trou-se novamente o Ponto de Partida acima descrito, tendo as con-
frontações que seguem: - Ao Nordeste: - Com o prolongamento da Ave-
nida Guaira. - Ao Sudeste: - Com a Chácara nº 64. - Ao Sudoeste: -
Com a chácara nº 76. - Ao Noroeste: - Com a Rua Dr. Osvaldo Cruz da
zona urbana de Vila Mercedes. Proprietário: - LUIZ GROFF, brasi-
leiro, casado, do comércio, residente e domiciliado em Mercedes,
neste Município e Comarca, portador do CPF nº 005.819.509-25, e -
C.I. nº 313.232, do Pr. - INCRA: - sob nº 721 115 064 491; área to-
tal: - 2,7; módulo: 30,0; nº de módulos: 0,09; FMP: 2,7. - REGISTRO
ANTERIOR: - Transcrição sob nº 19.825, às fls. 140, do livro nº 3-
M, do Registro de Imóveis, da comarca de Toledo, Paraná, então co-
competente. - O referido é verdade e sou fê. - Marechal Cândido Ron-
don, 05 de março de 1.979. - , Oficial Maior.

-X-

R-1-5.402: - Data: - 05 de março de 1.979. - Nos termos da Escritura
Pública de Compra e Venda, datada de 3 de janeiro de
1.979, lavrada às fls. 195, do livro nº 10, e sob nº 1.905, nas
Notas do Tabelião do distrito de Mercedes, neste município e co-
marca, o imóvel constante da presente Matrícula, foi adquirido por
BRUNO FINKLER, brasileiro, solteiro, maior, agricultor, residente
e domiciliado em Mercedes, neste município e comarca, portador do

SEQUE

MATRÍCULA N.º 5.402

DA MATRÍCULA

N.º 5.402

RUBRICA

CONTINUAÇÃO

CPF nº 126.583.249-87 e C.I. nº 917.994 do Pr; por compra feita - de LUIZ GROFF e sua esposa SILDA GROFF, brasileiros, casados, ele do comércio, ela do lar, residentes e domiciliados em Mercedes, - neste município e comarca, portadores do CPF nº 005.819.509-25, e C.I. nºs 313.232 e 909.639, do Pr; pelo preço de R\$50.000,00.- Recolheu o imposto devido.- Certidão Negativa da Prefeitura Municipal sob nº 1304/78, de 04 de dezembro de 1.978.- Condições:- As constantes do corpo da Escritura.- O referido é verdade e dou fe. Marechal Cândido Rondon, 05 de março de 1.979.- Oficial Maior.- Custas R\$1.073,00.-EMS.-

-x-x-

-x-x-

AV-2-5.402: Data: 15 de Agosto de 2001. (Prot. sob nº 115.912).

Averba-se por Requerimento, datado de 30 de Julho de 2001, devidamente assinado e com firma reconhecida, bem como pela apresentação da Certidão de Casamento nº 242, às fls. 152v, do Livro nº B, do Registro Civil de Mercedes-PR., datado de 09 de Julho de 1979, que o ESTADO CIVIL do proprietário do imóvel constante da presente matrícula, após casamento contraído com REGINA VANDERLINDE, a qual passou a assinar-se REGINA FINKLER, passou a ser CASADO SOB O REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Sendo que o Requerimento, bem como uma fotocópia da Certidão de Casamento, ficam arquivados neste Ofício Imobiliário para todos os fins de Direito. O referido é verdade e dou fe. Marechal Cândido Rondon, 15 de Agosto de 2001. [Assinatura] Escrevente Juramentada. rdy

-x-x-x-x-x-

-x-x-

R-3-5.402: Data: 15 de Agosto de 2001. (Prot. sob nº 115.913).

Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, datada de 30 de Julho de 2001, lavrada às fls. 039, do Livro nº 23, e sob nº 4.760, nas Notas do Tabelionato de Mercedes, nesta Comarca e Estado do Paraná, o imóvel constante da presente matrícula, foi adquirido pela "PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MERCEDES", Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 95.719.373/0001 23, Órgão Público de direito interno, estabelecida no Prolongamento da Avenida João XXIII, nº 1.175, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. LIDIO JOSÉ SCHNEIDER, CPF nº 059.873.009-59, CI. nº 838.078-SSP-PR., brasileiro, casado, do comércio, residente na Avenida João XXIII, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná; por compra feita de BRUNO FINKLER, CPF nº 126.583.249 87, RG. nº 917.994/SSP-PR., e sua esposa REGINA FINKLER, CPF nº 886.464.089-49, e RG. nº 309.749-8-SSP-PR., brasileiros, agricultores, casados pelo regime de comunhão parcial de

Visualização disponível em www.registradores.org.br

Cartório Notarial de Registro de Imóveis de Mercedes

onr

CONTINUAÇÃO

bens (Lei 6.515/77), Certidão de Casamento nº 242, fls. 152v, do Livro B, em 09 de Julho de 1979, do Registro Civil de Mercedes-PR., residentes e domiciliados na Rua Esperança, s/nº, Centro, na Cidade de Mercedes-PR., pelo valor de R\$ 160.00,00 (cento e sessenta mil reais). Isentou do imposto conforme Guia sob nº 045/2001 da Prefeitura de Quatro Pontas-PR. Certidão Negativa de Tributos Municipais sob nº 98/2001 de 26 de Julho de 2001. CCIR/INCRA/98/99. Certidão Negativa do Instituto Ambiental do Paraná - IAP sob nº 574/2001 de 23 de Julho de 2001. Certidão de Regularidade Fiscal de Imóvel Rural sob nº 4.803.092 de 20 de Julho de 2001. QUE os vendedores ficam isentos da apresentação da CND/INSS, por não serem empregadores rurais, Lei 8212 e da Contribuição e Previdência Social Rural, Decreto nº 1.958 de 09.09.82, por não industrializarem seus produtos e nem vendê-los ao consumidor. QUE a compradora dispensa aos vendedores a apresentação dos demais documentos mencionados na Lei Federal nº 7420 de 18.12.1985 e Decreto nº 93.240. Condições QUE o imóvel constante da presente matrícula, foi declarado de Interesse Público, pelo Decreto nº 032/2001, datado de 05 de Julho de 2001. As demais constantes do corpo da Escritura, da qual fica uma fotocópia arquivada neste Ofício Imobiliário para todos os fins de Direito. O referido é verdade e dou fé. Marechal Cândido Rondon, 15 de Agosto de 2001. Flam Escrevente Juramentada. rdy

Custas: Of: R\$ 310,90 (4,25,66 VHC).

CPC: R\$ 8,50 (46,67 VHC).

-x-x-x-x-x-

-x-x-x-x-x-

AV-4/5.402: Data: 05 de outubro de 2009. (Prot. nº 163.815 de 22/09/2009).

Averba-se por Requerimento, datado de 22 de setembro de 2009, devidamente assinado e com firma reconhecida, bem como pelo Alvará de Licença para Construção nº 15/2009 de 27 de março de 2009 e Alvará de Habite-se nº 62/2009 de 21 de setembro de 2009, expedidos pela Prefeitura de Mercedes-PR, ART nº 20070115024 de 24 de janeiro de 2007 e nº 20083765430 de 28 de novembro de 2008, recolhendo as importâncias de R\$ 29,00 e R\$ 600,00, e ainda pela Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros nº 032752009-4025010, emitida em 12 de agosto de 2009, A CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA, COM ÁREA DE 463,62m². Edificada sobre o imóvel constante da presente Matrícula, de propriedade de PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MERCEDES, qualificada no registro retro sob nº R-3-5.402. Portanto sobre o referido imóvel encontra-se edificada uma CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA PARA FINS COMERCIAIS (CENTRO DE SAÚDE). QUE a referida construção foi avaliada pelo Órgão competente da Prefeitura Municipal de Mercedes-PR, em R\$ 92.700,00 (noventa e dois mil e setecentos reais). Isento do FUNREJUS conforme Art. 3º, inciso VII, letra b, 9 da Lei 12.216/98. Sendo que todos os documentos apresentados para a presente Averbação, ficam arquivados neste Ofício Imobiliário para todos os fins de Direito. O referido é verdade e dou fé. Marechal Cândido Rondon, 05 de outubro de 2009. Flam Beatriz Talini Kinas - Escrevente Juramentada. rdy

SEQUE

DA MATRÍCULA
5.402

2.

RUBRICA

CONTINUAÇÃO

Emolumentos: R\$ 236,50 (2252,38/VRC)

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R\$ 15,73

Visualização disponibilizada
em www.registradores.org.br

Gerador: Sistema
da Secretaria de Registro
Estado de São Paulo

onr

SEQUE

COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

Gestão da Distribuição - Obras

RELAÇÃO DE MATERIAIS DO PROJETO

Projeto 1580951 Ordem em Curso I-25-3512903 Data: Inicio 03.09.2025 Término 03.09.2026

Título da obra RDU/MER - MUNICIPIO DE MERCEDES

Área STPTDO Município MERCEDES

Programa Orçam. DG001170348230000 G1 - AMPLIAÇÃO REDE URBANA

Finalidade

AMPLIAÇÃO DE REDE DE MÊDIA TENSÃO EM 122 METROS, BAIXA TENSÃO EM 130 METROS, COM INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR DE 75 KVA, PARA ATENDER LIGAÇÃO NOVA 3X200A.

Item	Código	Descrição	Unid.	Qtde. Inst.	Qtde. Ret.	Qtde. Reapl. +	Qtde. Reapl. -
1	15002118	ISOLADOR, PINO UNIV. POLIMERI 15KV, RD. COMP.	UN	7,000			
2	15002640	CHAVE, FUS. D5TB, TIPO C, PORC. 15 KV, C/PF	CJ	3,000			
3	15002638	ESPACADOR, LOSAN, PRIM. 15 KV, C/ TRAVAS	CJ	17,000			
4	15004337	ISOLADOR, ROLDANA, PORC. DEXT=60MM, R1350-2	UN	8,000	16,000	12,000	12,000
5	15004401	ALCA, PRE. DIS, CA=2AWG, CAA=2AWG, CAL=35MM2	UN	3,000	11,000		
6	15004441	ALCA, P.D, CA=20AWG, CAA=20AWG, CAL=70MM2	UN	12,000	6,000		
7	15004482	ALCA, PREF. ESTAI, CABO DE AÇO, D=5,40MM	UN	2,500			
8	15004735	ISOLADOR, PILAR, EXT, PORC. 15, 5KV, MONOC	UN		3,000		
9	15004882	FIO, AÇO-COBRE, ATERRAMENTO, MOLE, 18 MM2	KG	7,076			
10	15005306	SAPATILHA, AÇO, CABO=5,5MM, R=17MM, 31600DAN	UN	5,000	3,000		
11	15005471	GANCHO, OLHAL, NTC 812923	UN	9,000	3,000		
12	15005508	ARMAÇÃO, SEC. 125MM, 1 ESTR, NTC 811584	UN	9,000		4,000	4,000
13	15006270	PARA-RAIOS, D5TB, 15KV, SKA, POLIMERICO	UN	3,000			
14	15006344	ELD, FUSVEL, D5TB, H; 5 A, 500MM, NTC 813814	UN	3,000			
15	15006422	FITA, ISOL. AUTO-FUSÃO, 10MMX15MM	ROL	1,400			
16	15006426	FITA, ISOL. PLAST(PVC), 0,15X19MMX20M, PRETA	ROL	1,040			
17	15007645	BRACO, ANTIBALANÇO, 35KV, P/REDE COMPACTA	UN	1,000			
18	15008003	ARMAÇÃO, SEC. 125MM, 4 ESTRUCOS, NTC 811581	UN		4,000	2,000	2,000
19	15008162	MASSA, ISOLAMENTO, ELETR, USO, BT, NTC 813523	ROL	0,800			
20	15008262	HASTE, ATERRAMENTO, AÇO-COBRE, L=2,4M, D=12,8	UN	4,000			
21	15010962	GRUZETA, POSTE, CONCRETO, L=2000MM, 250DAN	UN	3,000	2,000		
22	15010285	MAO FRANCESA, PLANA, AÇO, 819X32X8MM, NTC	UN	6,000	4,000		
23	15010424	ISOLADOR, ANO, 15, 5KV, BASTAO, POLIMERICO, G-O	UN	9,000	3,000		
24	15010560	PINO, AUTO-TRAVANTE, L=140MM, NTC 811596	UN		3,000		
25	15010938	PARAFUSO, MAQUINA, QUAD, M16X2MM, L=40MM	UN	3,000			
26	15010962	PARAFUSO, MAQUINA, QUAD, M16X2MM, L=60MM, NTC	UN	2,000			
27	15010994	PARAFUSO, MAQ, QUAD, M16X2MM, L=125MM, NTC	UN	6,000	4,000		
28	15011030	PARAFUSO, MAQ, QUAD, M16X2MM, L=150MM, NTC	UN		1,000		
29	15011039	PARAFUSO, MAQ, QUAD, M16X2MM, L=200MM	UN	12,000	19,000		
30	15011006	PARAFUSO, MAQ, QUAD, M16X2MM, L=250MM	UN	7,000	3,000		
31	15011093	PARAFUSO, MAQ, QUAD, M16X2MM, L=300MM	UN	3,000			
32	15011260	PARAFUSO, ROSCA, DUPLA, M16X2MM, L=150MM, NTC	UN	2,000			
33	15011264	PARAFUSO, ROSCA, DUPLA, M16X2MM, L=200MM	UN		2,000		
34	15011267	PARAFUSO, ROSCA, DUPLA, M16X2MM, L=250MM	UN	2,000			
35	15011301	PARAFUSO, ROSCA, DUPLA, M16X2MM, L=300MM	UN	2,000			
36	15011304	PARAFUSO, ROSCA, DUPLA, M16X2MM, L=350MM, NTC	UN		1,000		
37	15011308	PARAFUSO, ROSCA, DUPLA, M16X2MM, L=400MM	UN	5,000			
38	15011406	PARAFUSO, FRANCES, ABAU, M16X2MM, L=45MM	UN	9,000			
39	15011430	PARAFUSO, FRANCES, ABAU, M16X2MM, L=70MM	UN	1,000			
40	15011477	ARRUELA, QUAD, ZINC, DN=16MM, E=9MM	UN	44,000	34,000		
41	15011505	PORCA, OLHAL, M16X2-TH, ZINCADO, NTC 812020	UN	11,000	3,000		
42	15011543	MANILHA-SAPATILHA, 3000 DAN, C/OLHAL, NTC	UN	0,000			
43	15011873	LACO, PREF. ROLDANA, CA=20AWG, CAL=70MM2	UN	4,000	12,000		
44	15011919	LACO, PREF. TOPO, CA=20AWG, CAA=20AWG, D=60MM	UN		3,000		
45	15013886	CONECTOR, TERMIN, 20AWG, CA/CAA, 2FUSOS	UN	7,000			
46	15014003	CONECTOR, PERF, 16-70/1, 5-10MM2	UN	8,000			
47	15014031	CONECTOR, PERF, 35-70/1, 35-70MM2	UN	18,000	6,000		
48	15014038	CONECTOR, PERF, 50-120/1, 6-35MM2	UN	31,000			

COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
Orçamentação de Projetos PS DIS - Obras

RELAÇÃO DE MATERIAIS DO PROJETO

Item	Código	Descrição	Unid.	Qtd. Inst.	Qtd. Ref.	Qtd. Respl +	Qtd. Respl -
49	15014359	ESTRIBO, DERIVAÇÃO CUNHA, 35MM2, NTC813030	UN	6,000			
50	15014482	GRAMPO, ANC. CA 35MM2 COB, 15KV, NTC 813055	UN	6,000			
51	15014564	GRAMPO, LINHA VIVA, TRONCO 25-95 MM2	UN	6,000			
52	15014608	CONECTOR, DERIV CUNHA, 150A, 2AWG - 2AWG CA	UN	3,000			
53	15014632	CONECTOR, CUNHA, 125A, 4AWG-4AWG CA/CAA	UN	3,000			
54	15014688	CONECTOR, ATER CUNHA, FIO 15HASTE=1/2	UN	4,000			
55	15014832	CONECTOR, ATER CUNHA, FIO 18FIO 18 NTC	UN	2,000			
56	15015066	CINTA, PLÁSTICA AUTOTR, 150MM, NTC813450	UN	10,000	1,000		
57	15015107	PROTECTOR, BUCHA, A.T. TRANSF, NTC 813545	UN	3,000			
58	15015131	COBERTURA, PROTETORA, 15 KV, NTC 813565	UN	3,000			
59	15015138	FIO, AMARRAÇÃO, ALUMINIO, 10MM2, COBERTO, NTC	M	10,500			
60	15015773	SUPORT, HORIZ, RD/COMPACTA, 1535KV, 955X400	UN	1,000			
61	15015805	BRACO, LC=610MM, P/POSTE DT E CIRCULAR	UN	2,000			
62	15015837	PERFIL, U, PIREDE COMPACTA, PROTEGIDA, NTC	UN	3,000			
63	15015871	FIXADOR PERFIL U 175X75X38MM NTC 813974	UN	1,000			
64	15015875	ESTRIBO, ACO, ESPACADOR, LOSANG, RD COMPACTA	UN	1,000			
65	15016003	CONECTOR, TERMIN, COMPR, 1FU, 16MM2, NU, COBRE	UN	3,000			
66	15016712	CONECTOR, TERMIN, COMPR, 1FU, 35MM2, NU, COBRE	UN	3,000			
67	15016831	CONECTOR, CUNHA, C, 85A, 2/0 CA-10 MM2, CU	UN	4,000			
68	15016837	CONECTOR, CUNHA, D, 85A, 2/0 CA-16/70-10MM2	UN	25,000			
69	15019055	CONECTOR, DERIV CUNHA, 80A, 2/0 CA/16MM2, CA	UN	4,000			
70	15019088	CONECTOR, CUNHA, 125A, 2/0-4/0 CA/35-70MM2	UN	12,000			
71	15025975	SUPORTE, L, PICHAVE FUSIVEL PARA-RAIOS	UN	3,000			
72	20000088	CABO, ELET COBE, AL, 1X35MM2, 15KV, NTC810881	M	360,054			
73	20000102	CORDOALHA, ACO CARB Q= 0,4MM, 7FIOS, MP, NTC	KG	22,144	7,020		
74	20004412	TRANSFORMADOR, D, 3F, 75KVA, 13200-220/127V	UN	1,000			
75	20006088	POSTE, CONCRETO, D/150/10, 5M, DT, NTC	UN		2,000		
76	20009172	POSTE, CONCRETO, B/800/12, 2,0M, DT, NTC	UN	1,000			
77	20009178	POSTE, CONCRETO, B 1,5/1000/12, 2,0M, DT, NTC	UN	1,000			
78	20009557	CABO, ELET COBE, CU, 1X10MM2, 15KV, NTC810880	M	7,000			
79	20009575	CABO, ELET COBE, CU, 1X35MM2, 15KV, NTC810883	M	4,000			
80	20009716	CABO, ELET AUTO-SUST, QUADRUPLEX, AL, 70MM2	M	136,202	1,000		
81	20009997	SUPORTE, TRAFÓ-POSTE, 230X126MM, ACO, 3FUROS	UN	2,000			
82	20011624	CABO, ELET NU-CA, 2 AWG, IRIS, NTC 810503	KG		25,465		
83	20011643	CABO, ELET NU-CA, 2/0 AWG, ASTER, NTC 810555	KG		66,258		

COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

Gestão da Distribuição - Obras

RELAÇÃO DE TAREFAS DO PROJETO

Projeto 1680951 Ordem em Curso I-25-3512903 Data: Inicio 03.09.2025 Término 03.09.2026

Título da obra RDU/MER - MUNICIPIO DE MERCEDES

Área STPTDO Município MERCEDES

Programa Orçam. DG001170346230000 G1 - AMPLIAÇÃO REDE URBANA

Finalidade

AMPLIAÇÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO EM 122 METROS, BAIXA TENSÃO EM 130 METROS, COM INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR DE 75 KVA, PARA ATENDER LIGAÇÃO NOVA 3X200A.

Item	Código	Descrição	Qtd Montg.	Qtd Desmtg.	Qtd US Montg. (previsto)	Qtd US Desmtg. (previsto)	Total US
1	25900690	ADICIONAL DE DESLOC. DE PESSOAL POR KM	18,900		18,900		18,900
2	25900716	CAVA TERRA/AREN=800 DAN =<12M E CONTRAP	1,000		2,610		2,610
3	25900743	LEV. POSTE ATE 10.5 M ATE 1000 DAN		2,000		5,180	5,180
4	25900750	CAVA TERRA/ARENITO = 1000 DAN ATE 12M	1,000		3,180		3,180
5	25900751	CADEIA DE ISOLADORES DE DISCO	9,000	9,000	2,970	0,390	3,360
6	25900752	CRUZETA SIMPLES SEM ISOLADORES	1,000	2,000	0,940	1,680	2,620
7	25900753	CRUZETA DUPLA SEM ISOLADORES	1,000		1,830		1,830
8	25900755	ISOLADOR DE PINO	7,000	9,000	3,080	0,540	3,620
9	25900761	ARMAÇÃO SEC DE 1 ESTRIBO OU PORCA-OLHAL	15,000	4,000	5,850	0,640	6,490
10	25900762	ARMAÇÃO SECUNDARIA C/ MAIS DE 1 ESTRIBO	2,000	8,000	1,260	1,600	2,760
11	25900764	LEV. POSTE 12 M ATE 1000 DAN	2,000		19,140		19,140
12	25900780	LANC CABO MT, ATE 02 CA-CAA		0,111		0,865	0,865
13	25900782	LANC CABO BT, ATE 02 CA-CAA		0,164		0,756	0,756
14	25900793	LANC CABO BT, ACIMA 02 CA-CAA		0,357		2,103	2,103
15	25900800	RETENÇÃO CABO EXISTENTE MT, POR CABO	3,000		1,320		1,320
16	25900801	RETENÇÃO CABO EXISTENTE BT, POR CABO	4,000		1,480		1,480
17	25900802	RETENÇÃO CABO EXIST BT (R9), POR REDE	2,000		1,420		1,420
18	25900805	AMARRAÇÃO DE CABO MT E/OU BT	11,000	15,000	2,970	1,650	4,620
19	25900807	CRUZAMENTO AEREO EM BT, POR FASE	4,000	4,000	4,040	1,600	5,640
20	25900810	LIGAÇÃO DE CABOS EM MT E BT	55,000	71,000	17,050	8,520	25,570
21	25900812	INST CONJ SEGURANÇA P/ TRABALHO EM ALTURA	12,000		5,160		5,160
22	25900816	INST HASTE ATERRAMENTO CORDRE, PRIMEIRA	4,000		7,080		7,080
23	25900821	INSTAL ATERRAMENTO TEMP TIPO SELA/ESTRUT	5,000		3,360		3,360
24	25900824	CHAVE FUSIVEL / SECC. FACA UNIPOLAR	3,000		2,730		2,730
25	25900826	PARA-RAIOS	3,000		2,580		2,580
26	25900830	TRAFO TRIF/RELIG/REG.TENSAO. 13,8/34,5KV	1,000		4,730		4,730
27	25900834	BASE P/ RELE IUM PUBL CDM GRUPO/NOV.	2,000		0,700		0,700
28	25900844	REINSTALAÇÃO DE LUMINARIA MONTADA	2,000		2,640		2,640
29	25900854	REINST. RAMAL LIG AEREO CONSUMIDOR BT	17,000		8,330		8,330
30	25900862	CONCRETAGEM, POR M3	0,570		7,074		7,074
31	25900863	DESLOC. PESSOAL ATE MUNIC/DISTRITO OBRA	60,000		18,900		18,900
32	25900868	PINTURA DA NUMERAÇÃO DE EQUIP. OU POSTE	1,000		0,470		0,470
33	25900883	FORN DE CARTUCHO P/ INST CONECTOR CUNHA	28,000		6,440		6,440
34	25900891	TRANSP DE POSTEMAT FORA MUN SEDE, PITON	5,874		27,837		27,837
35	25900900	LANC CORDOALHA ACO 8 MM	0,122	0,039	3,131	0,400	3,531
36	25900902	LANC CABO PROTEGIDO 35MM2 A 70MM2	0,365		10,960		10,960
37	25900905	SUPORTE L	2,000		1,720		1,720
38	25900906	ESPACADOR VERTICAL OU LOSANGULAR	18,000		13,920		13,920
39	25900907	FIXAÇÃO DE CORDOALHA NO SUPORTE L	2,000		0,240		0,240
40	25900909	LIGAÇÃO CABO PROTEGIDO 35MM2 A 70MM2	9,000		9,000		9,000
41	25900911	PROTETOR DE MT (JUMPER TR E PARA-RAIOS)	3,000		0,420		0,420
42	25900916	ESPACADOR LOSANGULAR C/ ANTIBALANÇO	1,000		1,520		1,520
43	25900918	PROLONGADOR	2,000		1,720		1,720
44	25900919	CRUZETA 0,9 M	1,000		0,920		0,920
45	25900920	SUPORTE C	1,000		0,920		0,920
46	25900940	LANC CABO AL MULTIPLEX AUTO-SUSTENTADO	0,130		4,745		4,745
47	25900942	LIGAÇÃO C/ CONECTOR PERFORANTE, P/ LIG	57,000	6,000	11,400	0,480	11,880
48	25900990	FOTOGRAFIA DE ESTRUT OU EQUIP, POR FOTO	12,000		0,480		0,480
Total:					246,947	26,124	273,071

MEMORIAL DESCRITIVO

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE SERVIÇO

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA ELÉTRICA CADASTRADA NA COPEL, A FIM DE EXECUTAR REFORÇO DE REDE PARA ATENDER AUMENTO DE CARGA (3x200A), SITUADO NA RUA MONTE CASTELO (RUA COBERTA) NO MUNICÍPIO DE MERCEDES - PR, CONFORME NORMA TÉCNICA COPEL.

NOVEMBRO DE 2025

1 - DADOS DO PROPRIETÁRIO

Nome: Município de Mercedes.

Endereço: Rua Doutor Oswaldo Cruz, 555 - Centro - CEP 85998-000.

Fone: (44) 3256 8000.

Local: Mercedes - PR.

2 - DADOS DA OBRA

Nome: Ampliação de rede para atender ligação 3 x 200 A.

Endereço: Rua Monte Castelo (rua Coberta) - MERCEDES/PR

Atividade: Prefeitura Municipal.

3 - INTRODUÇÃO

Este memorial descritivo descreve os serviços projetados de acordo com o projeto de extensão de rede de média e baixa tensão para execução de reforço de rede, conforme norma técnica Copel.

4 - ELABORAÇÃO DO PROJETO

Este projeto foi desenvolvido em conformidade com as Normas Brasileiras emitidas pela ABNT e Normas Técnicas da COPEL:

NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

COPEL NTC-841200 - Projeto secundária isolada - RSI;

COPEL NTC – 841100 - Projeto de redes de distribuição compacta protegida;

COPEL NTC 841005 - Desenhos de Rede de Distribuição;

COPEL MIT 162601 - Projeto e Construção de Rede por Particular.

5 - DISPOSIÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa vencedora do certame deverá comprovar seu cadastro (CRC – CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL) na COPEL conforme o manual de “construção redes elétricas de distribuição por particular”, disponível no site [HTTP:// WWW.copel.com](http://www.copel.com)

A empreiteira responsável pela execução deverá fornecer mão de obra e equipamentos necessários para a completa execução dos serviços os quais serão fiscalizados pela Prefeitura Municipal de Mercedes.

Os serviços não aprovados, ou que se apresentarem defeituosos em sua extensão, deverão ser reconstruídos por conta da contratada.

São de responsabilidade da empreiteira:

- a) Corrigir qualquer defeito na execução dos serviços, objeto do contrato, sem ônus para o município, bem como terá responsabilidade integral pelos danos a este e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia ou omissão;
- b) Todas as instalações provisórias da obra;
- c) Todas as sinalizações de tráfego necessárias para garantir a execução do objeto com total segurança;
- d) Conservação das ruas, avenidas, rodovias, gramados, arborizações e plantas ornamentais nos locais que serão executados os serviços;
- e) Locais para guarda de materiais e equipamentos, alojamento e refeitório para operários se for o caso;
- f) O uso dos equipamentos de segurança pelos operários, conforme as normas regulamentadoras vigentes no país;
- g) ART de execução conforme o objeto do contrato;
- h) Todas as taxas relativas à obra junto aos órgãos municipais, estaduais e federais;
- i) Transportar e armazenar todos os materiais existentes que forem removidos da obra para o local indicado pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Mercedes.

O responsável técnico da empreiteira deverá acompanhar constantemente os serviços e responder pelos contatos técnicos que forem necessários. O fato da existência da fiscalização não diminui em nada a responsabilidade integral, técnica e exclusiva da contratada.

Não serão permitidas quaisquer alterações no projeto sem a análise e aprovação expressa por parte do projetista, caso contrário, fica totalmente excluída a responsabilidade técnica do mesmo.

A empreiteira deverá realizar a limpeza da obra nos finais de todos os dias. Caso haja material de descarte ou entulho, deverão ser transportados para locais ambientalmente legalizados por conta e risco da contratada. Fica proibida a realização de queimadas de entulhos ou qualquer outro tipo de objeto no local da obra. No final da execução dos serviços, os locais da obra deverão estar isentos de entulhos e restos de materiais.

6 - EXTENSÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

6.1 - REDE SECUNDÁRIA ISOLADA

6.1.1 - CABOS CONDUTORES ISOLADOS

A rede de baixa tensão será trifásica, nas tensões nominais 127/220V, deverá ser construída com cabos de alumínio multiplexados revestidos com XLPE – classe de tensão 0,6 / 1KV, conforme a seção nominal indicada em projeto, autossustentados com uma cordoalha, conforme a NTC 810860/75. O cabo será quadruplex e colorido, sendo a fase "A" preta, fase "B" cinza e fase "C" vermelho. O cabo de sustentação (mensageiro) deverá ser utilizado como neutro.

***Obs.: Considerar somente as situações que constam no projeto.**

6.1.2 - ESTRUTURAS DE SUSTENTAÇÃO DA REDE CABOS ISOLADOS

No decorrer da rede os cabos serão sustentados pela estrutura passante simples "SI-1", no final da rede os cabos serão sustentados pela estrutura "SI-3 ou SI-3N" e no poste onde será instalado o transformador será utilizado a estrutura SI-4T. Para outras situações também poderão ser utilizadas outras estruturas como: "SI-4" ou SI-4N" e "SI-13", conforme as normas NTC 855211, NTC 855213 e outras normas.

***Obs.: Considerar somente as situações que constam no projeto.**

6.1.3 - POSTEAMENTO

Os postes deverão ser em concreto armado seção duplo "T" conforme a NTC 810001. O engastamento do poste no solo deverá ser 60 cm + 10% do comprimento do poste. Deverá ser executado o reforço na base dos postes nas derivações e finais de linhas, com placa de concreto armada, concretagem ou cava profunda, conforme o projeto. Os postes B-1,5 e B-1000 (quando houver) deverão ter as bases necessariamente concretadas, independentemente da localização. Postes localizados nas esquinas, deverão obedecer a distância mínima de 2,0 metros da esquina.

Os transformadores, chaves de manobras e outros equipamentos deverão ser localizados a 10 metros das esquinas.

***Obs.: Considerar somente as situações que constam no projeto.**

6.1.4 - ATERRAMENTO DA REDE SECUNDÁRIA

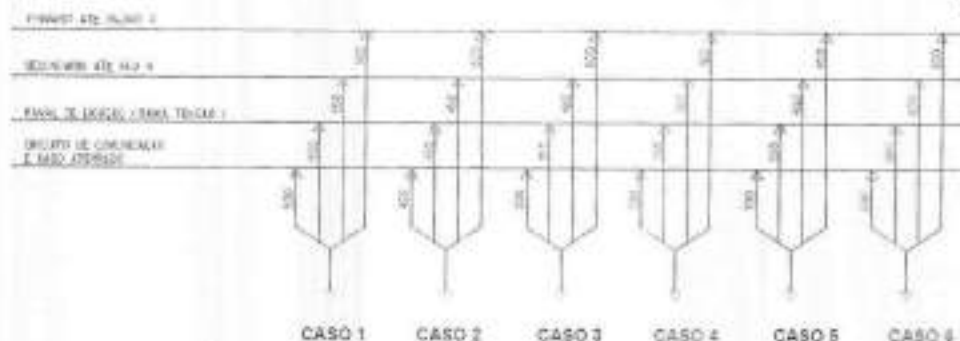
O aterramento do cabo neutro (mensageiro) deverá ser contínuo e executado ao longo da rede a cada 150 metros. O neutro (mensageiro) também deve ser sempre aterrado em todo fim de rede secundária, desde que, o condutor neutro não esteja aterrado no poste imediatamente anterior. O aterramento será executado com uma única haste fixada no solo de maneira permanente conforme o MIT 163104.

6.1.5 - CÁLCULO DE QUEDA DE TENSÃO DA REDE SECUNDÁRIA ISOLADA PARA DIMENSIONAMENTO DOS CABOS

O Cálculo de queda de tensão foi realizado obedecendo os Limites fixados pelo PRODIST "Módulo B - Qualidade da Energia Elétrica" (Resolução ANEEL 395, de 15/12/2009)" e pela COPEL (queda de tensão máxima para os circuitos dos transformadores é 4%).

6.1.6 - AFASTAMENTOS MÍNIMOS ENTRE CONDUTORES E SOLO/EDIFICAÇÕES

6.1.6.1 - AS DISTÂNCIAS VERTICAIS DE SEGURANÇA ENTRE O CABO E O SOLO OU OUTROS ELEMENTOS DEVERÃO SER:



CASO 1
RUAS E AVENIDAS

CASO 2
ENTRADAS DE PRÉDIOS E DEMAIS LOCAIS DE USO RESTRITO A VEÍCULOS.

CASO 3
RUAS E VIAS EXCLUSIVAS A PEDESTRES

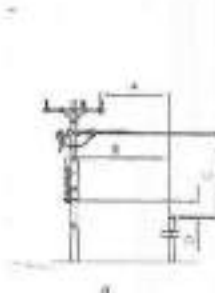
CASO 4
RODOVIAS (VER OBS.: 2)

CASO 5
ÁREA RURAL "A" (Local acessível exclusivamente a pedestres)

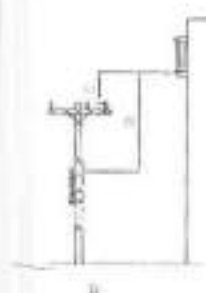
CASO 6
ÁREA RURAL "B" (Local acessível a trânsito de veículos, máquinas agrícolas e travessias sobre estradas particulares)

Estes afastamentos são os mínimos permitidos pela Norma ABNT NBR 15688:2009, e se referem às condições mais desfavoráveis (carregamento e temperatura máxima dos condutores- FLECHA MÁXIMA).

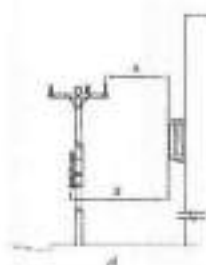
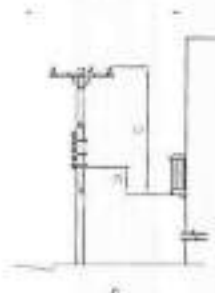
*Obs.: Considerar somente as situações que constam no projeto.



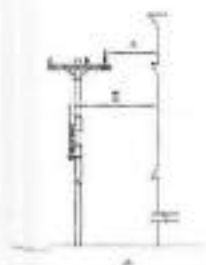
Afastamentos horizontal e vertical entre os condutores e muro



Afastamento vertical entre os condutores e praça da sacada, terraço ou janela das edificações



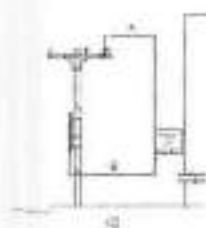
Afastamento horizontal entre os condutores e praça da sacada, terraço e janela das edificações



Afastamento horizontal entre os condutores e placas de edificações



Afastamentos horizontal e vertical entre os condutores e muralha e telhado de edificações



Afastamentos horizontal e vertical entre os condutores e placas de publicidade

Figura	APASTAMENTOS MÍNIMOS (mm)					
	PRIMÁRIO				SÓ-SECUNDÁRIO	
	15 kV		18,2 kV			
	A	C	A	C	B	D
a	1.000	3.000	1.200	3.250	600	2.500
b	-	1.000	-	1.250	-	600
c	-	3.000	-	3.000	-	2.500
d	1.000	-	1.700	-	1.200	-
e	1.000	-	1.200	-	1.000	-
f	1.000	-	1.200	-	1.000	-
g	1.000	-	1.700	-	1.200	-

6.2 - REDE COMPACTA PROTEGIDA

6.2.1 - CABOS COBERTOS

A rede de média tensão será trifásica, na tensão nominal de 13,8 KVA, deverá ser construída com cabos de alumínio protegidos revestidos com XLPE – classe de tensão 15KV, com seção nominal indicada em projeto, conforme a NTC 810022.

6.2.2 - ESTRUTURAS DE SUSTENTAÇÃO DA REDE COM CABOS COBERTOS

Os cabos da rede serão apoiados em espaçadores losangulares no máximo a cada 8 metros e sustentados por cordoalha de fios de aço zincado (mensageiro), conforme a NTC 855000.

No decorrer da rede os cabos serão sustentados pelas estruturas "C1". No final da rede os cabos serão sustentados pela estrutura "C3". Para outras situações também poderão ser utilizados outras estruturas como: C3-MSCF-TTPR, CH-NSCF-TTPR, C4, CH, DC3, DC3-CF, DN3-C3, entre outras, dependendo da necessidade do projeto.

***Obs.: Considerar somente as situações que constam no projeto.**

6.2.3 - POSTEAMENTO

Conforme já descrito no item 6.3.1

6.2.4 - CHAVE FUSÍVEL

Chave fusível base tipo "C" de 15KV porcelana, conforme a NTC 811234/35. Tensão nominal 13,8 KV, corrente nominal da base 300 A, corrente nominal do porta-fusível 100 A, capacidade de interrupção 10 KA; com acessórios para fixação, suporte "I" em aço galvanizado e conectores terminal para ligação cabo 10 a 120 mm², com parafuso, porca e arruela. O elo fusível foi dimensionado no projeto para cada chave, conforme a carga de demanda em cada ponto.

6.2.5 - LOCALIZAÇÃO DOS PARA-RAIOS

São recomendados a utilização dos para-raios nos seguintes pontos:

- a) Deverão ser instalados nas estruturas de transição;
- b) Deverão ser instalados em estruturas com transformadores de distribuição;
- c) Deverão ser instalados em todo final de linha, conforme a NTC 811258/61.

***Obs.: Considerar somente as situações que constam no projeto.**

6.2.6 - TRANSFORMADORES

O transformador será convencional trifásico com potência nominal em kVA conforme indicada no projeto, classe de tensão 15kV, com primário em triângulo e secundário em estrela, com neutro acessível, tensão primária de 13,8 kV, tensões secundárias de 220/127 V, conforme a NTC 810027.

Será instalado no transformador para-raios de distribuição com invólucro polimérico, classe de tensão 15 kV, corrente de descarga nominal de 5 kA. Os transformadores serão protegidos por chave fusível C.C. 300 A - 15KV. Será elo fusível "500 MM 3A TIPO H" para os

trafos de 45 KVA e elo fusível "500 MM 5A TIPO H" para o Trafo de 75 KVA. Para o transformador será utilizado a estrutura CH-NS-CF-TT-PR no decorrer da rede e a estrutura C3-MSCF-TTPR no fim de rede.

***Obs.: Considerar somente as situações que constam no projeto.**

6.2.7 - ATERRAMENTO DO TERMINAL DE LIGAÇÃO DO NEUTRO DO TRANSFORMADOR

O aterramento do terminal de ligação do neutro do transformador deve ser conectado ao aterramento da média tensão (para-raios, tanque do transformador, estai a ele interligado, mensageiro da rede compacta) e ligado a uma única haste, de maneira sólida e permanente.

Os valores máximos de resistência de terra para a malha de aterramento deverão ser no máximo 20 Ω .

6.2.8 - ATERRAMENTO DO MENSAGEIRO DA REDE COMPACTA PROTEGIDA E OUTROS ELEMENTOS

O mensageiro (cordoalha de fios de aço zincado de sustentação) da rede compacta protegida deverá ser aterrado cada 300 m, com uma única haste de aterramento e de maneira sólida e permanente. Sempre que houver o aterramento do mensageiro da rede compacta, este deve ser conectado ao neutro da rede secundária urbana, também deve ser aterrado em todos os pontos onde tenha aterramento do neutro da baixa tensão (exceto ao aterramento do neutro da rede rural) e na malha de aterramento dos equipamentos que não contenham controle eletrônico.

Os valores máximos de resistência de terra para a malha de aterramento deverão ser no máximo 20 Ω .

Além do mensageiro da rede compacta, deverão ser aterrados os para-raios, transformadores, religadores, reguladores de tensão, chaves tripolares, capacitores, blindagem de cabos isolados, caixas de controle, etc. Conforme a NTC 855 190 e MIT 163104.

6.2.9 - AFASTAMENTOS MÍNIMOS ENTRE CONDUTORES E SOLOS/EDIFICAÇÕES

As distâncias verticais de segurança entre o cabo e o solo ou outros elementos ver item 6.1.6.1 acima.

Os afastamentos mínimos da rede em relação as edificações ver item 6.1.6.2 acima.

6.3 - ATERRAMENTO TEMPORÁRIO

As redes aéreas de distribuição comprovadamente desligadas e, portanto, aparentemente segura as condições de trabalho, podem ser indevidamente energizadas. Vários fatores podem ser responsáveis pela energização acidental da rede:

- a) Descargas atmosféricas.
- b) Indução eletrostática.
- c) Contato de condutores energizados na rede desenergizada.
- d) Tensão induzida por linhas adjacentes.
- e) Erros de manobra.
- f) Fontes de alimentação de terceiros.

A fim de se evitar acidentes, quando da execução dos serviços nestas redes, as mesmas devem ser convenientemente aterradas conforma a NTC 890900/903.

EMPRESA:
CNPJ:BDI
AMPLIAÇÃO DE REDE PARA ATENDER LIGAÇÃO NOVA 3X200A

Item Componente do BDI	INTERVALO DE ADMISSIBILIDADE			Valores Propostos
	1º Quartil	Médio	3º Quartil	
Administração Central	5,29%	5,92%	7,53%	6,10%
Seguro e Garantia	0,26%	0,51%	0,56%	0,55%
Risco	1,00%	1,60%	1,87%	1,47%
Despesas Financeiras	1,01%	1,07%	1,11%	1,10%
Lucro	3,02%	3,21%	3,51%	3,22%
It: PIS e COFINS				3,66%
I2: ISSQN (conforme legislação municipal)				0,70%
I3: Contrib. Prev. a/Rac. Direto 3,41 12161/13 - Desoneração				0,00%
Benefícios e Despesas Indiretas				24,85%

$$BDI = \left[\frac{(1 + AC + S + G + R) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I1 - I2 - I3)} \right] - 1$$

OBS:

Planilha elaborada conforme equação para cálculo do percentual do BDI estabelecido pelo Acórdão 2022/2513 - TCU.

Para o cálculo do Incidência do ISSQN considerou-se a alíquota 2% sobre a mão-de-obra (2% * 35,00% = 0,70%). M.O. conforme IN RFB 971, Art. 122.

[illegible]

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO
AMPLIAÇÃO DE REDE PARA ATENDER LIGAÇÃO NOVA 3X200A
RUA MONTE CASTELO - RUA COBERTA

Pag. 46

Ass. 

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TOTAL (R\$)	MESES
			1º
1	AMPLIAÇÃO DE REDE PARA ATENDER LIGAÇÃO NOVA 3X200A	100,00% 79.824,14	100,00% 79.824,14
		100,00%	100,00%
TOTAL		79.824,14	79.824,14
ACUMULADO			79.824,14
PROPONENTE: 0 CNPJ: 0			



1. Responsável Técnico

JEAN ELEANDRO DRUZ

Título profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA

Empresa Contratada: JEAN ELEANDRO DRUZ

RNP: 1701516160

Carteira: PR-76633/D

Registro/Meto: 70830

2. Dados do Contrato

Contratante: MUNICÍPIO DE MERCEDES

CNPJ: 95.719.373/0001-23

R DOUTOR OSVALDO CRUZ, 555

MERCEDES - MERCEDES/PR 85998-100

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 06/11/2025

Valor: R\$ 1.700,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

R MONTE CASTELO, S/N

RUA COBERTA MERCEDES - MERCEDES/PR 85998-025

Data de início: 06/11/2025

Previsão de término: 10/11/2025

Finalidade: Outro

Proprietário: MUNICÍPIO DE MERCEDES

CNPJ: 95.719.373/0001-23

4. Atividade Técnica

[Elaboração de orçamento] de rede de distribuição aérea urbana de energia elétrica

Quantidade
13,00

Unidade
KV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

AMPL. DE REDE DE MÉDIA TENSÃO EM 122 M, BAIXA TENSÃO EM 130 M, COM INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR 75 KVA

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações registradas nesta Anotação de Responsabilidade Técnica.

Documento assinado eletronicamente por JEAN ELEANDRO DRUZ, registro Crea-PR PR-76633/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 10/11/2025 e hora 13h31.

MUNICÍPIO DE MERCEDES - CNPJ: 95.719.373/0001-23

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confos.org.br.

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 043 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 103,03

Registrado em: 10/11/2025

Valor Pago: R\$ 103,03



TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

OBJETO: AMPLIAÇÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO EM 122 METROS, BAIXA TENSÃO EM 130 METROS, COM INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR DE 75 KVA, PARA ATENDER LIGACÃO NOVA 83202A.
LOCAL: MONTE CASTELO - CHAC. BA ESTADONAMENTO (BUA COBERTA)

OBSERVAÇÃO 1: Este termo contém e antecipa as orientações jurídicas mais comuns emitidas nos arquivos de justificativas de obras e serviços de engenharia. Acabou sendo também um roteiro com as requisições de instrução processual, sem prejuízo da lista de verificação.

OBSERVAÇÃO 2: Todos os dados devem ser analisados, preenchidos e assinados pelo profissional habilitado, de acordo com as competências atribuídas pela Lei n. 5.194, de 1966, e as Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CREA, Lei n. 12.378, de 2010, e as Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, de 2018, Lei n. 13.189, de 2018, e as Resoluções do Conselho Federal de Técnicos Industriais - CFTI.

OBSERVAÇÃO 3: Alguns tipos de justificativas, além da marcação do espaço entre parênteses, da apresentação na justificativa técnica detalhada contendo as razões que motivam a opção adotada para o caso concreto, não poderão, portanto, ser gerados nem emitidos.

OBSERVAÇÃO 4: A ausência deste termo ou de justificativas pode acarretar a devolução dos autos sem análise conclusiva ou, mesmo no Parecer Justo, cujo atendimento será impositivo para o prosseguimento do feito.

OBSERVAÇÃO 5: Para o correto preenchimento, é indispensável a leitura das Notas Explicativas desse documento, cuja finalidade é orientar as justificativas, mas também pode ser acessada por meio do link inserido ao final de cada tópico.

OBSERVAÇÃO 6: Devem ser juntadas em protótipo as "Declarações e Justificativas"; não é necessário juntar aos autos a parte do arquivo correspondente às "Notas Explicativas".

SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES	1
SUMÁRIO	2
DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS	4
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO	4
1.1. Caso: Tensão sobre o serviço de engenharia	4
1.2. Caso: Tensão sobre o serviço comum da empresa	4
2. REQUISITOS DE EXECUÇÃO	4
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE HABILIDADE TÉCNICA	5
4. DETERMINAÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA	6
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS	7
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS	7
7. CUSTOS DIFERENTES	8
8. ELABORAÇÃO DAS CLAVAS ABC DOS SERVIÇOS E MATERIAIS	8
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERACÃO TRIBUTÁRIA	8
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PORCENTUAL DE BDI	10
11. BDI RESULTANTE DO SOMA DOS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	11
12. ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO FISCAL-FINANCEIRO	11
13. PROJETO EXECUTIVO	12
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	12
15. VISTORIA	14
16. SUBCONTRATAÇÃO	14
17. DETERMINAÇÃO DO PORCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO	14
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS	14
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS	15
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO	15
21. CASUÍSTICA ABILITADA	15
NOTAS EXPLICATIVAS	17
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO	17
1.1. Caso: Tensão sobre o serviço de engenharia	17
1.2. Caso: Tensão sobre o serviço comum da empresa	18
2. REQUISITOS DE EXECUÇÃO	18
2.1. Emitidas por Profissional	18

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui ☐ OBRA / ☒ X) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

O OBJETO NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE OBRA, UMA VEZ QUE NÃO ACARRETA MUDANÇAS SUBSTANCIAIS DAS CARACTERÍSTICAS DO BEM IMÓVEL, VISTO SE TRATAR DA AMPLIAÇÃO DE REDE ELÉTRICA (COPEL) EXISTENTE.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é ☒ X) COMUM / ☐ ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

O OBJETO TRATA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA OBJETIVAMENTE PADRONIZÁVEIS EM TERMOS DE DESEMPENHO E QUALIDADE, DE MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E ADAPTAÇÃO AO IMÓVEL, NÃO ACARRETANDO EM ALTERAÇÕES SUBSTANCIAIS DAS CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS DO BEM IMÓVEL, ATRELANDO AINDA QUE O OBJETO APRESENTA IDENTIDADE E CARACTERÍSTICAS PADRONIZADAS E QUE SE ENCONTRA DISPONÍVEL NO MERCADO LOCAL.

Vide Nota Explicativa n. 1.

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

☐ empreitada por preço unitário

☒ X) empreitada por preço global

☐ empreitada integral

☐ contratação por tarefa

2.2. Empreitada por Preço Global	19
2.3. Empreitada Integral	20
2.4. Contratação por Tarefa	21
2.5. Contratação Integral	22
2.6. Contratação Semi-Integral	23
2.7. Fornecimento e prestação de serviço associado	24
2.8. Subcontratação e subemprego de mão de obra	25
3. ELABORAÇÃO DE PROJETO/DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	26
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE EXECUÇÃO	27
5. ORÇAMENTO DE ALUGUÉL, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO	28
6. ELABORAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS	29
7. CUSTOS DIRETOS	30
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E MATERIAIS	31
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESPESAS DE MANUTENÇÃO	32
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PREÇO UNITÁRIO	33
11. REDUÇÃO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	34
12. ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO UNITÁRIO	35
13. PROJETO EXECUTIVO	36
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	37
15. VISTORIA	38
16. SUBCONTRATAÇÃO	39
17. DEFINIÇÃO DO PORCENTUAL DE CAPITAL DE ROLAMENTO DO MÍNIMO	40
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSORCIOS	41
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS	42
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO	43
21. DA SUSTENTABILIDADE	44
21.1. Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade	45
21.2. De Especialização Técnica	46
21.3. De Minimização do Impacto	47
21.4. Licenciamento Ambiental	48
21.5. Das Resíduos e Resíduos	49
21.6. Da Sustentabilidade como Política Transversal	50
21.7. Da Política Nacional de Resíduos Sólidos	51
21.8. Da Acesso à Justiça	52

() contabilidade integrada

() contabilidade semi-integrada

() fornecimento e prestação de serviços associados

O NÍVEL DE PRECISÃO DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO PROJETO FORMEÇEM TODOS OS ELEMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O TOTAL E COMPLETO CONHECIMENTO DO OBJETO.

Uma vez adotado o regime de empreitada por preço global / empreitada integral, o Projeto Básico () NÃO DEFEZ as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes da Ação nº 1.977/2019-PR/ENF/PA 14, adotando as seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

AS SUBESTIMATIVAS E SUPERESTIMATIVAS RELEVANTES À QUANTIDADE DE SERVIÇOS, SERÃO AVALIADAS QUANDO O REFERIDO SERVIÇO SUPERAR 10,49% (INÍSCO E LUCROS PREVISTOS) PARA MAIS OU PARA MENOS.

Uma vez adotado o regime de empreitada por preço global / empreitada integral, o Projeto Básico () NÃO DEFEZ as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, ante o seguinte justificativa:

OS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DAS SUBESTIMATIVAS E SUPERESTIMATIVAS FORAM DEFINIDAS.

Vide Nota Explicativa n.º 2.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o () X () Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de () Engenharia, () Arquitetura ou () Técnico Industrial, com a emissão de () ART, () RET ou () TRT.

No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de Engenharia, arquitetura ou Técnico Industrial, () NÃO houve a emissão de ART, RET ou TRT, com base na seguinte justificativa:

A ART DO PROJETO NÃO FOI ENCAMINHADA PELA COPEL, RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO, CONTUDO O PROFISSIONAL RESPONSÁVEL FOI INDICADO.

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos NÃO foram elaborados por profissional habilitado de Engenharia, arquitetura ou Técnico Industrial, com base na seguinte justificativa:

O PROJETO BÁSICO E DOCUMENTOS TÉCNICOS FORAM ELABORADOS POR PROFISSIONAL HABILITADO DE ENGENHARIA.

Vide Nota Explicativa n.º 2.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

No presente feito, o () X () FIC elaborado a partir principal dos Usametros do art. 23, § 2º, da Lei n.º 4.133, de 2024, cuja observância é obrigatória quando o elaborador for credenciado por recurso de Licitação (art. 23, § 3º, da Lei n.º 4.133, de 2024).

() FORAM adotados custos unitários mínimos ou iguais a metade dos custos unitários de referência do SNAAP, para todos os itens relacionados à contratação civil.

() FORAM adotados custos unitários mínimos ou iguais a metade dos custos unitários de referência do SNAAP, para o orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SNAAP, () X () FORAM adotados custos unitários das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n.º 4.133, de 2024, conforme o orden de prioridades nele estabelecidas:

() utilização de dados de pesquisas autorizadas em mídia especializada, do tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contemplem a data e a hora de acesso (fontes e justificar a pertinência técnica do objeto).

OS CUSTOS FORAM EXTRAÍDOS DE COTAÇÕES DE MERCADO REALIZADAS EM SETEMBRO E OUTUBRO DE 2025.

() cotações de empresas feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da aquisição de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (fontes, justificar metodologia e justificar a pesquisa aos dados):

OS CUSTOS FORAM EXTRAÍDOS DE COTAÇÕES DE MERCADO REALIZADAS EM SETEMBRO E OUTUBRO DE 2025.

Pag.

Ass.

SEM DESONERAÇÃO: R\$ 79.804,14
COM DESONERAÇÃO: R\$ 81.527,56

Vide Nota Explicativa n. 3.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PORCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o cadastramento do BDI (X) conserva os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo detalhadas para os casos em que não foi adotado o médio:

Atenuação contratual () 1º quartil ou (X) 2º quartil - médio ou (X) 3º quartil

ENTRE MÉDIO E 3º QUANTIL, PRESERVADO O INTERVALO PERMITIDO PELO ACÓRDÃO N. 2.622/2013.

Segura e garantia () 1º quartil ou (X) 2º quartil - médio ou (X) 3º quartil

ENTRE MÉDIO E 3º QUANTIL, PRESERVADO O INTERVALO PERMITIDO PELO ACÓRDÃO N. 2.622/2013.

Risco (X) 1º quartil ou (X) 2º quartil - médio ou () 3º quartil

ENTRE 1º E MÉDIO QUANTIL, PRESERVADO O INTERVALO PERMITIDO PELO ACÓRDÃO N. 2.622/2013.

Despesa financeira () 1º quartil ou (X) 2º quartil - médio ou (X) 3º quartil

ENTRE MÉDIO E 3º QUANTIL, PRESERVADO O INTERVALO PERMITIDO PELO ACÓRDÃO N. 2.622/2013.

Lucro () 1º quartil ou (X) 2º quartil - médio ou (X) 3º quartil

ENTRE MÉDIO E 3º QUANTIL, PRESERVADO O INTERVALO PERMITIDO PELO ACÓRDÃO N. 2.622/2013.

Para determinação(s) item(s) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

() PREVE pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

() NÃO FORAM previstos pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob o seguinte justificativa:

O ITEM "ADMINISTRAÇÃO LOCAL" NÃO FOI ADOPTADA, VISTO SE TRATAR DE SERVIÇOS DE BAIXA COMPLEXIDADE, RÁPIDA EXECUÇÃO, PEQUENO PORTE, LOCALIZADA EM LOCAL DE FÁCIL ACESSO, PRÓXIMO A LOCAIS DE FORNECIMENTO DE MATRIAS E DAS SEDES DE EMPRESAS DO BAMO. PORTANTO, NÃO CONSIDERANDO A NECESSIDADE DA ADOÇÃO DE ITEM EM SEPARADO PARA ADMINISTRAÇÃO LOCAL QUALQUER INDICIO PARA CONSIDERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, É ABSORVIDO PELO ITEM "ADMINISTRAÇÃO CENTRAL", JÁ CONSIDERADO NO CÁLCULO DO BDI, INCLUSIVE SENDO ADOPTADO PARA ESSE ITEM UMA FAIXA ENTRE MÉDIO E TERCEIRO QUANTIL.

Vide Nota Explicativa n. 2.

B. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

(X) SERVICOS, com seguinte justificativa:

(X) NÃO FORAM JUNTADOS AO Edital ABC relativos aos (X) INSUMOS e aos () SERVIÇOS, sob seguinte justificativa:

AS COTAÇÕES E O ORÇAMENTOS SE ENBASEARAM NO VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS, NÃO GERANDO LISTA DE INSUMOS.

Vide Nota Explicativa n. 3.

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência () DESONERADOS ou (X) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme estimulação (unidade nos autos (preencher, se necessário, para outros considerações):

☒ **DEFINE** com clareza as etapas de serviços que guiarão a elaboração dos preços propostos pelos licitantes.

☐ **NÃO** define com clareza as etapas de serviços que guiarão a elaboração dos preços propostos pelos licitantes.

Vide Nota Explicativa n. 12.

13 PROJETO EXECUTIVO

☒ **FORAM** elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com a sede da licitação.

☐ **NÃO FORAM** elaborados os projetos executivos, sendo tal situação extremamente relevante a contratação, com as outras empresas na planilha empresarial e proposta técnica proposta, (A) ESTO que o projeto do objeto e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos e a contratação.

Vide Nota Explicativa n. 13.

14 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao ☒ CREA e/ou ao ☐ CAU e/ou ao ☐ CFT, com base na seguinte justificativa técnica:

O REGISTRO É EXISTENTE, VISTO QUE AS ATIVIDADES REFERENTES AO OBJETO ESTÃO NO ÂMBITO DE COMPETÊNCIAS DOS CONSELHOS FISCALIZADORES.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

☒ serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às partes de maior relevância técnica e/ou econômica do objeto, a seguir elencadas:

AMPLIAÇÃO DE REDE ELÉTRICA PÚBLICA (COREL)

NÃO FORAM ADOTADOS PORCENTUAIS SUPERIORES AO 3º QUANTIL.

Vide Nota Explicativa n. 10.

11 BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, ☐ SERÁ ou ☒ NÃO SERÁ aplicado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

NÃO HAVERÁ FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

☐ **FORAM** utilizados os parâmetros de aplicação n. 3.037/2015 - Anexo A do TCU.

☐ Foi adotado o parâmetro do ☐ 1º quantil ou ☐ 1º médio ou ☐ 3º quantil de acordo com as justificativas técnicas sendo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio.

NÃO HAVERÁ FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO.

☐ Foi adotado percentual superior ao 3º quantil, em razão das necessidades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

NÃO HAVERÁ FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO.

Vide Nota Explicativa n. 11.

12 ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

☒ Foi juntado aos autos.

☐ NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

Vide Nota Explicativa n. 14.

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização da vistoria será ☒ FACULTATIVA ou ☐ OBRIGATORIA e a licitante ☒ PODERÁ ou ☐ NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de plena compreensão das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR DECLARAÇÃO QUE CONHECE AS CONDIÇÕES DO LOCAL DA OBRA.

Vide Nota Explicativa n. 15.

16. SUBCONTRATAÇÃO

O objeto dispensado ☒ NÃO ADMITIRÁ ou ☐ ADMITIRÁ a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e justificativas técnicas:

Vide Nota Explicativa n. 16.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de ☒ CAPITAL MÍNIMO ou ☐ PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de 100% por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte justificativa técnica:

LIMITE LEGAL DE 10% (DEZ POR CENTO).

Vide Nota Explicativa n. 17.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

☐ PERMITIDA a participação de consórcios. (Não é necessário justificar)

☐ Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das partes de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

NÃO SERÁ EXIGIDA COMPROVAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL COM QUANTITATIVOS MÍNIMOS.

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será ☒ ACEITO ou ☐ NÃO ACEITO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional, para atestamento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica:

O AUMENTO DE QUANTITATIVOS NÃO INCREMENTA A COMPLEXIDADE DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

☐ NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

☒ SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnica profissional, quando as partes de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais, estão abaixo elencadas:

AMPLIAÇÃO DE REDE ELÉTRICA PÚBLICA (COPE).

☐ Será, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

NÃO SERÁ EXIGIDA COMPROVAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL COM QUANTITATIVOS MÍNIMOS.

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Para o cargo de _____, quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____.

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, ☐ SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencadas:

NÃO SERÁ EXIGIDA INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO ESPECÍFICOS.

[X] VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:

VEDADA, POR SE TRATAR DE OBJETO DE PEQUENO VALOR FINANCEIRO E BAIXA COMPLEXIDADE.

Vide Nota Explicativa n. 18.

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, NÃO [X] VEDADA ou [] PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

PELO MODO COMO É USUALMENTE EXECUTADO NO MERCADO EM GERAL, O OBJETO IMPLICA EM SUBORDINAÇÃO JURÍDICA DA EMPRESA CONTRATADA E DOS RESPECTIVOS TRABALHADORES, PORTANTO, IMPOSSIBILITANDO A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.

Vide Nota Explicativa n. 18.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, NÃO [X] EXIGIDA ou [] DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:

EXIGÊNCIA DE 5% DO VALOR CONTRATUAL.

Vide Nota Explicativa n. 20.

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 3º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nota licitação o tamanho de seguintes medidas quanto do planejamento de obras e serviços da engenharia:

[X] Define os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação prescrevida, como especificação técnica do objeto, obrigação de entrega, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

[X] Verifica se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

[X] Verificou a incidência de normas de sustentabilidade (Decreto n. 8.948, de 2008 e Lei n. 13.145, de 2015):

Nesta licitação, o órgão esponsorador entende que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE FORAM AVALIADAS.

Vide Nota Explicativa n. 21.

Verbetes nº 11 de DEZEMBRO de 2025

DYELKO ALLANN
HENZ-07053805898

275-00 ALVIA -3V2
Simplicite CVI
07/06/2025

NOTAS EXPLICATIVAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

Na Lei nº 8.666, de 1993, a caracterização da atividade como obra ou serviço de engenharia se dá da seguinte forma. Atividades de construção, reforma, restauração, recuperação ou conservação constituem uma obra, ao passo que serviço de engenharia seria toda atividade destinada a obter determinado resultado de trabalho para a Administração, tais como: concepção, elaboração, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, substituição, manutenção, transporte, locação de bens materiais, aluguel de instalações, administração, etc.

No Parecer n.º 075/2010/CONJUGUADU, que é anexado ao Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral do UFRJ, tais atividades foram enquadradas sob a concepção de alteração significativa ou não significativa no estado, nos seguintes termos:

a) Em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, esta se dá no caso de obra de engenharia, vedada a adoção do preço;

b) Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, esta se dá no caso de serviço de engenharia, vedada a adoção do preço;

A Lei n.º 14.133, de 2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos – em seu art. 6º, Incisos XI e XII, estabelece as definições de obra e serviço de engenharia também se valendo de referência à denominação da alteração, nos seguintes termos:

Obra: toda atividade específica, por força de lei, com atribuição das profissões de arquitetura e engenharia que implique intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que tenha a natureza física da natureza ou alteração substancial das características originais de bem móvel;

Serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada licença, intervenção ou material, de interesse para a Administração a que não envolva intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que tenha a natureza física da natureza ou alteração substancial das características originais de bem móvel ou de alteração substancial, vedada a adoção do preço;

Sob o ângulo da nova lei, a atividade será enquadrada como obra quando (i) seu exercício, por força de lei, for privativo das profissões de engenharia e arquitetura, e,

cumulativamente, (ii) importar em inovação do espaço físico da natureza ou substancial alteração das características originais de bem móvel.

O enquadramento como serviço de engenharia, por outro lado, tem um caráter de exceção: trata-se de atividade desempenhada por arquiteto, engenheiro ou técnico especializado que importe em atividade para a Administração, mas não constitua obra, ou seja, não importe em inovação ou alteração substancial do ambiente ou bem móvel.

Percebe-se que o supracitado Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União já destacava a possibilidade de inovação para obtenção de obra de serviço de engenharia, com grande que

Obra é toda a construção moderna, ou a modificação de coisa nova à estrutura existente. [...]

Serviço de engenharia é a atividade destinada a gerar a execução de atividades físicas ou intelectuais, tais como: projeto, execução, administração, manutenção, conservação, etc. [...]

Compete ao engenheiro definir a natureza da obra, da alteração ou do serviço de engenharia.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

Uma vez que a atividade seja classificada como serviço de engenharia, cabe à equipe definir se esse serviço é comum ou especial, que os arts. 6º, Incisos XI e XII, da Lei n.º 14.133, de 2021,

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de administração e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não possa ser enquadrado na definição constante da alínea "a" desta inciso;

Segundo Marcelo Justen Filho, "apesar do serviço comum é aquele que se apresenta sob características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado público".

O caráter comum ou especial do serviço está ligado à presença, ou não, de padronização no mercado e não está, necessariamente, no grau da complexidade executiva do serviço ou na importância legal de que a atividade seja exercida por profissionais habilitados. O que afeta o enquadramento do serviço como comum é o domínio do mercado sobre as técnicas de sua realização, em face da ausência de características diferenciadas de desempenho e de qualidade.

Considerando que a avaliação da natureza comum ou especial do objeto envolve aspectos técnicos dos serviços de engenharia e de construção, essa classificação compete ao profissional legalmente habilitado.

Voltar ao preenchimento

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Nos termos do art. 46 da Lei n. 14.133, de 2021, podendo ser adotados nos procedimentos de licitação de obras e serviços de engenharia os seguintes regimes de execução: I - empreitada por preço unitário; II - empreitada global; III - empreitada integral; IV - contratação por tarefa; V - contratação integrada; VI - contratação semi-integrada; ou VII - fornecimento e prestação do serviço associado.

2.1. Empreitada por Preço Unitário

O regime de empreitada por preço unitário é definido na Nova Lei de Licitações como regime de contratação da execução de obra ou do serviço em que o preço é fixado por unidade executável. A remuneração da contratada é estabelecida em face dos serviços efetivamente executados, de modo que os contratantes não assumem grandes riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos.

Tal regime é mais adequado para os casos em que não se conhecem de antemão, com alto nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço, a execução das "unidades" se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de sucessivas medições periódicas para quantificar os serviços efetivamente executados. Havendo diferença entre os quantitativos inicialmente previstos nos planos orçamentários e os quantitativos efetivamente necessários, a remuneração devida à contratada deverá ser ajustada (reduzida ou majorada) a fim de refletir os quantitativos reais.

Esse regime deve ser adotado em face da imprevisão inerente à própria natureza do objeto, que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, por fatores supervenientes ou não totalmente conhecidos no fase de planejamento. São típicos exemplos: execução de fundações; serviços de terraplenagem; desmontes de rochas; implantação, pavimentação ou restauração de rodovias; construção de alicerces, barragens, adutoras, sistemas de irrigação, obras de saneamento, infraestrutura urbana; obras portuárias, dragagem e obras costeiras; reforma de edificações; e construção de poço artesiano.

2.2. Empreitada por Preço Global

No regime de empreitada por preço global a execução da obra ou serviço se dá por preço certo e total. Adotando-se esse regime, cada parte assume o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àquelas originalmente previstas na planilha orçamentária da contratação. Se, ao final da obra, a contratada tiver fornecido ou executado quantitativos superiores aos estimados, arcará com o prejuízo financeiro, não podendo cobrar a Administração pelos custos adicionais, até certo limite. Na situação oposta, a Administração e a Administração não poderá realizar descontos proporcionais aos quantitativos não fornecidos ou executados, se ao final forem inferiores aos estimados, também até certo limite. Assim, na empreitada por preço global, o grau de assunção de riscos pela contratada é maior do que na empreitada por preço unitário.

Esse regime deve ser adotado quando houver um alto nível de precisão nas especificações e quantitativos do objeto. É aplicável a projetos de alta qualidade, que fornecem aos licitantes todos os elementos e informações necessárias para a total e completa compreensão do objeto e a elaboração de proposta definitiva, justamente para evitar alterações relevantes no decorrer da execução contratual, em prejuízo seja da Administração, seja da contratada.

É válido, ainda, observar que esse regime é previsto previamente no projeto, com a previsão, as quantidades dos serviços a serem executados e as condições de remuneração.

No presente regime de execução, com um sistema idêntico de medição e pagamento associado à execução de etapas ou etapas a serem executadas em etapas ou cumprimento de metas no resultado - sendo vedada a alteração da remuneração após a execução de unidades ou quantidades de bens unitários executados.

2.3. Empreitada Integral

Quando adotado o regime de empreitada integral, o empreendimento é contratado em sua integralidade, compreendendo todas as etapas, serviços e instalações necessários. O contrato se estabelece de forma integral do empreendimento ao contratado em condições de entrega em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidas os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional.

Nesse regime, a licitação abrange a execução do objeto e o fornecimento e instalação de bens pelo contratado. O objeto deve ser entregue pelo contratado totalmente concluído e com os bens (máquinas, equipamentos, etc.) instalados e em perfeitas condições de uso e funcionamento. De acordo com Marçal Justen Filho:

O regime de empreitada integral é utilizado para situações que envolvam a entrega de um sistema operacional, em que a infraestrutura física é necessária, mas não suficiente para alcançar o sucesso da Administração.

2.5. Contratação Integrada

Na contratação integrada, o contratado é responsável não somente por executar a obra ou serviço de engenharia, mas também por elaborar a documentação de projeto básico e o projeto executivo – além de fornecer todos os demais serviços especializados e realizar montagem, teste, instalação e os demais serviços necessários e suficientes para a entrega final do objeto.

A Administração produz apenas a anteprojeto – peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, contendo, dentre outros elementos, a proposta de concepção da obra e o memorial descritivo dos elementos da construção. Com tais pontos construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer também condições para a contratação.

O contratado é responsável por executar as soluções técnicas propostas, mas compartilhadas com as diretrizes fixadas para o empreendimento – cabendo à Administração aprovar o projeto básico elaborado pelo contratado, após a sua análise, e em relação aos requisitos definidos no edital e no projeto – além de garantir a qualidade, validade e integridade que lhe é atribuída, sua validade e sua segurança.

Em razão dos maiores riscos envolvidos, a contratação integrada deve obrigatoriamente contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado – mantida e atualizada desde a origem no contrato e em todos os atos de prestação de serviços por ele a ser executado.

Assim, não por seu potencial para encerrar a contratação, o regime não se limita às obras e serviços – mas sim de natureza complexa, quando não houver solução técnica satisfatória para a execução e construção em operação do empreendimento ou nos casos em que a complexidade das circunstâncias conduzir à impossibilidade de defini-los com segurança a solução técnica mais satisfatória.

Proceder a Marquês Lacerda Filho

A vantagem econômica da contratação integrada aparece ao verificar as situações em que há complexidade e problemas envolvidos na execução do objeto. A dimensão dos problemas apresenta incertezas e dificuldades que se refletem no preço, mas pode ser mais eficiente transferir para o particular o encargo de manter a solução e executá-la do que tentar desenvolver uma solução satisfatória no âmbito da própria Administração.

Dessa forma, embora a Lei nº 14.133/2021 não apresente resultados explícitos para a adoção do regime, há evidências de que a complexidade da situação e a incerteza sobre o atingimento do resultado desejado mediante as soluções de engenharia tradicionais geram riscos de insucesso relevante, além de acarretarem custos econômicos elevados. Deve ser demonstrado que a adoção por um particular do encargo de concluir o empreendimento,

Lei nº 14.133/2021, Marquês Lacerda Filho e Contratação Administrativa – Nova Lei 14.133/2021 (Rev. 01/2021), p. 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000.

O objeto desta Lei de Contratação é a construção de infraestrutura e a manutenção de serviços e outras atividades relacionadas no desempenho de uma atividade operacional pública.

Este regime deve ser adotado quando a necessidade da Administração for além da entrega da infraestrutura e envolver também a plena operacionalização do empreendimento de acordo com parâmetros previamente definidos. Em outras palavras, o empreendimento deve ser entregue em pleno funcionamento.

Assim, a contratação integrada é o regime adequado para projetos voltados a complexos, que demandam, para o seu pleno funcionamento, a perfeita integração entre obras, equipamentos e instalações, importante destacar que não é suficiente ter qualquer equipamento ou modelo que justifica a adoção da contratação integrada, mas apenas aqueles em que assumam um grau de integração alto com a infraestrutura pública. De contrário, serão os contratos separadamente, pois a adoção indevida desse regime pode ferir o princípio da separação e, por consequência, de ampla concorrência.

Nos casos em que a Administração quiser adotar este regime, deve-se assegurar que o contratado tenha a capacidade técnica, financeira e operacional para assumir o empreendimento, a execução da obra e a manutenção dos equipamentos, e que o contratado tenha a capacidade de assumir a manutenção de suas instalações e o empreendimento estiver em pleno funcionamento.

2.4. Contratação Por Tarifa

Na contratação por tarifa, contrata-se não se obra ou para executar trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.

Pode abranger a contratação de prestadores como pessoa física, jurídica, natural ou jurídica, e, ainda, para executar serviços de obras de menor dimensão.

Assim, a contratação por tarifa costuma ocorrer naqueles casos em que o prestador do serviço atua individualmente, sem o consumo de equipamentos sofisticados, com remuneração de valor reduzido.

Fazendo o paralelo com a participação de pessoas físicas na licitação, não se aplica o mesmo à contratação por tarifa, com equipamentos, instalações e serviços de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional de pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar (Decreto Municipal nº 1.600/2023).

Portanto, não se recomenda a contratação por tarifa para objetos de maior complexidade, que exijam uma situação complexa do prestador individual.

Lei nº 14.133/2021, Marquês Lacerda Filho e Contratação Administrativa – Nova Lei 14.133/2021

Lei nº 14.133/2021, Marquês Lacerda Filho e Contratação Administrativa – Nova Lei 14.133/2021 (Rev. 01/2021), p. 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000.

oportunidade para promover contratação cumulativa de serviços autônomos entre si, o que configura o abuso do direito restrito da autarquia de competência".

2.8. Subestimativas e superestimativas técnicas relevantes

A definição dos chamados "substituintes e substituintes relativos" decorre da orientação da TCU para os contratos por empreitada por preço global ou integral (Auditoria n. 1.977/2013 - Pêndulo), a fim de garantir segurança jurídica em caso de eventuais nulidades das atividades para construção de um túnel.

[illegible]

Assim, "pequenos erros quantitativos" devem dar lugar às ações e não devem acarretar a celebração de termos atípicos em amplas bases legais, por serem parte de erros acidentais, causados ao lidar com a tecnologia de processos e princípios jurídicos da formação das propostas e observância a ser dada como a vontade.

Perdida o controle de alguma coisa utilizada em situações "críticas" - em uma emergência ou para lidar com crises, desastres, etc. - é uma situação.

O setor público deve elaborar uma matriz de prioridades e estabelecer os eixos de atuação, a fim de garantir a coerência da atuação com o plano nacional e as políticas, as estratégias e os programas federais, estaduais e municipais. Os municípios "subdesenvolvidos" em detrimento das demais regiões, e que não se enquadram nos critérios de desenvolvimento estabelecidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, devem ser considerados prioritários para a atuação da Administração.

Tal margem de taxa é uma forma sob a forma de um percentual, ligando sobre o custo das despesas.

Nesse ponto convém notar que a saída dos ácidos do empreendimento é para as operações de remuneração da empresa controlada, nos termos do art. 13, § 3º, do Decreto Municipal nº 036, de 2023, sujeitos e comprovada do 2023.

[illegible]

5. O tempo máximo será o suficiente para o candidato ao cargo de 20 minutos, com o tempo de 10 minutos para a correção da prova. O tempo de 10 minutos será o tempo de 10 minutos para a correção da prova.

trator de reação do sistema de administração central:

[illegible]

com todos os riscos inerentes, propiciando soluções economicamente mais vantajosas do que contratar uma sexta edição mantida em uma instituição financeira de menor porte.

2.6. Contratação Semi-Integrada

A concessão de empréstimo não se amolda ao conteúdo do artigo 170, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, pois, como já se viu, a Administração não é o órgão habilitado a conceder empréstimo, sendo esta competência reservada ao Poder Executivo.

Além disso, mediante prova autorizada de Administração, o projeto técnico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pela sociedade em relação aos demais concorrentes.

De modo, a seguir, a abordagem semi-estruturada às mesmas observações individuais e episódios críticos, necessariamente a partir da análise dos vídeos, foram realizadas.

2.7. Fornecimento e prestação de serviços associados

nessa região, a fim de "servir como modelo, o contrário não responde à realidade".

Um exemplo de Marpa nasceu em um local adequado para conservar a memória de um edifício imponente, com bombardeio dos equipamentos pertinentes e operação das diversas fundações e áreas exóticas - já que simular em aparência uma coisa possível que a própria cidade de Recife e eventualmente a posição da cidade.

deve haver influência na acomodação entre a construção, os equipamentos e a sua operação. Ao promover uma contratação eficiente e abrangente, surge a obrigação de particular atender à seguinte orientação em vista das particularidades dos equipamentos e as funções destes em relação à prestação do serviço. O particular terá o dever de fornecer os equipamentos mais competíveis com as características do edifício e com os serviços de operação ou manutenção, e se pode presumir que os custos de operação e de manutenção serão muito mais reduzidos, em vista da existência de um mesmo sujeito a assumir todas as operações.

Porém, alerta o autor, "somente é possível adotar esse modelo de contratação quando as diversas pesquisas comportarem efetiva integração entre si e se evidenciar que a contratação sob uma mesma gestão não é apenas técnica e econômica. Por fim, não existe

Conveniente à lei de Introdução e Contraponto de Adversidade – Arter (em 14.10.2022) (para adiversidade) – 20.00.

III - Taxa de risco, segundo a percentagem de comprometimento;

IV - Taxa de despesas finalísticas; e

V - Taxa de Lucro.

Ora, a Taxa de Risco compreende os "riscos de construção", os "riscos normais de projetos de engenharia", bem como os "riscos de erros de projetos de engenharia", conforme se extrai do Acórdão TCU n. 2022/2013-Plenário. Portanto, não é compreensível que a Administração venha a remunerar esses riscos e ao mesmo tempo assuma o ônus de avaliar quantitativa e qualitativamente os riscos de construção de obras, tal como se vê no regime de empreitada por preço unitário. Já a Taxa de Risco fixada pela Administração por meio da elaboração do ADI é um importante fator a ser levado em consideração no cálculo das superestruturas e subestruturas na EPP-SEB.

Ademais, a OAB Arrecção Técnica n. 06/2011, do Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos, seguindo padrões internacionais (IBEC – International Cost Engineering Council), indica uma série de parâmetros em um empreendimento de engenharia de forma quantitativa, por percentagem sobre o valor da obra, quando apresentada uma proposta de orçamento de empreitada por preço global, ou seja, quando todas as informações necessárias para a elaboração de uma planilha orçamentária adequada estão disponíveis. Assim, essa metodologia pode ser útil para a Administração como critério médio que pode variar conforme o item de cada obra no projeto. Em todo caso, porém, não pode exclusivamente a planilha a definição dos recursos, sem o contributo de subestruturas e superestruturas de obras.

Uma vez fixada a percentual, durante a execução contratual, se for constatado um erro de quantificação ("superestimativa" ou "subestimativa") em determinado serviço, o setor técnico comparará com o percentual fixado no tratado de riscos.

Se o percentual do erro ficar abaixo do percentual limite, significa que o erro não é relevante para o plano ordinário do empreendimento, já remunerado ao a taxa de "risco" que consta no BDI da obra ou serviço, e não deve fundamentar a aplicação de termo aditivo.

Porém, se o percentual do erro ficar acima do percentual limite, será considerado relevante e permitirá a aplicação do termo aditivo – sem prejuízo da análise técnica acerca dos demais requisitos necessários para as modificações contratuais, nos termos do art. 124, I e II, da Lei n. 14.133, de 2021.

Segue o exemplo da TCU: "as contratas podem, com simpatia, objectar que erros unitários de quantidade de até 10% não sejam objeto de qualquer revisão. Menos que isso, esses erros acidentais serão à luz da realidade da contratação. Para que não haja incidentes, porém, de reaverimento decorrentes de serviços de pequena monta, pode-se, ainda, definir que somente serviços de materialidade relevante na curva ABC do empreendimento poderão ser objeto de "erro relevante". Mantém, assim, a lógica da medição por preço global, em regime de tempo em que se vê o reconhecimento sem causa de qualquer das partes, sem ferir o princípio fundamental da obtenção da melhor proposta".

Assim, a definição da percentual do tolerância pode ser fixada para cada item de serviço, grupos de serviços ou apenas em serviços de maior relevância da contratação (avaliados de

acordo com a metodologia ABC) – nesse último caso, o erro de quantitativo só ensejará a aplicação do termo aditivo se atingir justamente um dos serviços agrupados na curva "A" da contratação, ou nas curvas "A" e "B" podendo prover um percentual limite maior para os serviços da curva "B" em relação à curva "A", por exemplo).

Trata-se de questão técnica, a ser avaliada pelo setor em cada instância, de acordo com as peculiaridades do objeto.

Por fim, nos termos do art. 19, inciso II, do Decreto Municipal n. 138, de 2021, as alterações contratuais são sujeitas de faturas ou emissões não podendo ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 125 da Lei n. 14.133, de 2021.

Voltar ao parágrafo anterior

3. ELABORAÇÃO DE PROJETO / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Para a aplicação relacionada a obras e serviços de engenharia, um profissional com as definições constantes no art. 4º, XI e XII, da Lei n. 14.133, de 2021, é responsável a participação do profissional habilitado de obra. A elaboração do Projeto Básico caberá:

(a) a própria Administração, por meio de responsável técnico referente a obra, quando, no âmbito de fiscalização da atividade (CIVIL/CA, SIG/CA), que deverá providenciar a Anotação, Registro ou Termo de Responsabilidade Técnica – ART/ART/RT, referente aos projetos;

(b) a profissional (pessoa física ou jurídica) especializada, inscrita no CREA/CA, ART/CA, inscrita para Administração mediante inscrição ou anotação, cujos trabalhos serão baseados em anotação desenvolvida pela Administração.

Assim, o projeto e demais documentos técnicos (tais como plantas, estudos de especificações, memoriais descritivos etc.) devem ser elaborados por profissional competente de engenharia, conforme as modalidades pertinentes ao objeto (civil, mecânica, agrônomo, naval, minas, químico, eletrônico, ou de comunicação, florestal, geólogo etc.), de arquitetura ou de técnico industrial, com a correspondente Anotação, Registro ou Termo de Responsabilidade Técnica – ART/ART/RT, como deixa claro o Súmula TCU n. 260/2019:

É sobre a qual se trata a seguinte interpretação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART: refere-se a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com inclusão de responsabilidade pela elaboração de plantas, projetos, especificações, especificações técnicas, especificações de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas.

No que se refere à ART, cumpre observar a Resolução CONFEA n. 1.137, de 2023.

Cumprir, sem prejuízo, ainda que as modificações nas planilhas orçamentárias sejam autorizadas pela empresa contratada para a execução do projeto, deverá haver profissional habilitado, pertencente aos quadros da Administração, ao qual será contratado, para a verificação, correção e/ou adoção de alterações propostas.

Nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, na utilização da modalidade pregão, o Termo de Referência previsto no art. 6º, XXXI, não traz especificações técnicas. Assim, tais aspectos devem ser apresentados por meio de outro documento, no caso um Projeto Básico, previsto no art. 6º, XXX, da Lei, que, quando necessário, deverá ser anexado ao Termo de Referência. Nesse modo, deve ser comprovada a adoção da responsabilidade pelo Projeto Básico por meio da completa documentação de responsabilização técnica, a qual não se aplica para o Termo de Referência.

Verificar no preenchimento

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

O valor estimado da contratação de obras e serviços de engenharia deve seguir as orientações do art. 2º, § 9º, da Lei n.º 14.133, de 2021, que estabelece o uso dos parâmetros especificados abaixo como base, nessa ordem de prioridade:

- comparação de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, do do Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices de Construção CIVIL (Simpic), para os demais obras e serviços de engenharia;
- utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contemplem a data e a hora de acesso;
- contratações similares feitas pela Administração pública, em execução ou concluídas no período de 1 ano anterior à data de pesquisa de preço, observando o índice de atualização de preços correspondente;
- pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Desse modo, os critérios subsequentes somente serão usados quando, justificadamente, o preço de referência não puder ser definido por meio dos critérios anteriores.

Conforme fazenda o § 3º do art. 2º da Lei n.º 14.133, de 2021, "nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o caput deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo".

O Decreto Municipal nº 036, de 2013, reproduz o rol de parâmetros listados no art. 2º da Lei n.º 14.133, de 2021, diferindo unicamente quanto ao nome atribuído a cada

a composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente da Tabela de Referência adotada pelo órgão ou entidade licitante. Tal previsão, pela, implica a existência de uma Tabela de Referência adotada pelo Município. Não havendo, deve-se seguir o rol do art. 2º da Lei n.º 14.133, de 2021.

At a fim de garantir referencial de custos unitários no SICRO, cabe ao setor técnico estar por aqueles que melhor se adequam ao projeto de obra ou serviço, levando em consideração especialmente a adequação dos quantitativos, das especificações de produtividade e a compatibilidade dos valores dos insumos e de mão de obra com a realidade do local da execução do contrato. Essa avaliação deve constar da justificativa específica a ser apresentada pelo profissional responsável pelo Termo de Referência. Técnicas relevantes - T.R.

Quanto ao uso do sistema privado de orçamentação (o exemplo do SICRO), o TCU entende que sua utilização não constitui infringência, desde que a mesma não, no item 9.1.4, do art. 2º, § 9º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.1) a fim de garantir referencial de custos unitários no SICRO, cabe ao setor técnico estar por aqueles que melhor se adequam ao projeto de obra ou serviço, levando em consideração especialmente a adequação dos quantitativos, das especificações de produtividade e a compatibilidade dos valores dos insumos e de mão de obra com a realidade do local da execução do contrato. Essa avaliação deve constar da justificativa específica a ser apresentada pelo profissional responsável pelo Termo de Referência. Técnicas relevantes - T.R.

Assim, em sua justificativa, o responsável pelo T.R. deve demonstrar a adequação a essa orientação.

Por fim, relativamente à contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semintegrado, observar-se o que determina o art. 2º, § 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

Verificar no preenchimento

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS

De acordo com a Lei n.º 14.133, de 2021, a planilha de custos unitários deve ser elaborada em planilha de custos unitários, expressa por meio da elaboração do orçamento detalhado em planilhas de custos unitários.

Conforme a Lei n.º 14.133, de 2021, o orçamento é composto por duas planilhas: a técnica e a financeira.

A planilha técnica traz os custos unitários de referência e os quantitativos de cada serviço necessário à plena execução da obra - chegando ao custo total de referência do serviço.

Os custos totais de referência de todos os serviços são, então, somados, chegando ao custo global de referência da obra - sobre o qual incide o valor percentual do BDI (Benefícios

e Despesas Indiretas), a fim de obter o preço global de referência da obra, que guiará a realização das propostas das licitantes.

No que diz respeito à contratação sob os regimes de contratação (regulada ou sem licitação), sempre que necessária a participação e permitida a estimativa de preço será baseada em orçamento unitário (art. 23, §5º, da Lei n. 14.133, de 2021).

Já a planilha analítica, como veremos no tópico a seguir, traz as composições de custo unitário de cada serviço inserido na planilha unitária – registrando a descrição, quantidades, produtividades e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de cada unidade de medida do referido serviço.

Para assegurar a transparência com os valores tratados sob medidas de inteligência que o interessado tenha a elaboração das planilhas de custo total estimado do empreendimento e a data de elaboração do edital não deve ser superior a um ano, conforme visto analisado no Acórdão TCU nº 2.655/2018-2 anexo, do qual se destaca o item 20.

Ademais, visando garantir a transparência sobre as informações produzidas e o uso de tecnologia de gerenciamento eletrônico, prazo que não se adequa ao tempo para a análise de um orçamento unitário visando a formação de uma obra pública.

Como já expusimos em tópico anterior, a documentação de responsabilidade técnica pelas planilhas unitárias deverá constar do projeto que norteará o edital de licitação, inclusive em suas especificações técnicas.

Volte ao preenchimento

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

Nos casos que demandam a elaboração de planilha analítica, como já esclarecemos acima, tal documento deverá conter o detalhamento de todos os insumos necessários à composição do custo unitário de cada um dos itens que compõem a obra, incluindo não apenas os materiais, mas também a mão de obra e os equipamentos, com os respectivos quantitativos e índices de produtividade.

Segundo a Súmula TCU nº 358/2010, “as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do IPI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devendo constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser incluídos mediante uso de expressão ‘verbo’ ou de unidades genéricas”.

Para os custos de referência extraídos do SINAPI, parece desnecessária a junção das composições que lhes dão suporte – pois, já que o sistema oferece lista anexa, bastando ao interessado consultar o respectivo código junto à tabela analítica do SINAPI para saber exatamente como foram calculados e quais custos estão ali embutidos.

Todavia, em caso de adoção de especificações locais ou de projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia, em relação técnica elaborado por profissional habilitado, as composições do SINAPI poderão ser “adaptadas” e deverão ser obrigatoriamente juntadas aos autos, para o devido conhecimento das licitantes.

Nos casos em que houver adaptação de composições já existentes no Sistema SINAPI/SICRO, preferencialmente, deverá utilizar insumos ou composições também extraídos desses sistemas, vez que a Lei n. 14.133, de 2021, exige que a utilização de outras fontes somente ocorra por inexistência de utilização dos elementos das composições oficiais.

No que diz respeito aos demais custos de referência extraídos de fontes extra-SINAPI – dentre aqueles enumerados no art. 23, §5º da Lei nº 14.133 – também é necessário que as respectivas composições de custos unitários sejam devidamente detalhadas e juntadas aos autos – sob as penas das sanções previstas.

Além de garantir a transparência das respectivas composições, no caso de utilização dessas outras fontes, cabe ao interessado no assegurar, em que se trate de fontes oficiais, a existência e a validade de todas as fontes. Que as fontes de custos sejam referenciadas em relação à validade por essas fontes e que não tenham sido devidamente autorizadas.

Deve-se notar que a escolha de insumos, profissionais ou serviços não registrados nos sistemas oficiais de custos requererá a devida motivação técnica. Ademais, a utilização de mão de obra de terceiros não é permitida no caso de obra, além da justificativa da necessidade expressa no ato de contratação, deverá apresentar a respectiva composição do custo unitário atrelada à determinação analítica de todos os tributos e encargos sociais incidentes sobre cada profissional.

Nesse sentido, a justificativa detalhada quanto à elaboração da planilha analítica, onde se certifique a observância de tais recomendações, mostra-se imperativa.

Volte ao preenchimento

7. CUSTOS DIRETOS

Custos diretos são aqueles que podem ser discriminados nominalmente e surgem como novos para a contratação, exclusivamente em função das obrigações assumidas para a execução do contrato. Destarte, não podem ser considerados custos diretos as obrigações tributárias preexistentes e os custos decorrentes da manutenção do escritório central da empresa. Deste modo, não podem ser citados na composição do BDI.

São classificados como custos diretos os insumos materiais, a mão de obra empregada e os respectivos encargos suportados em razão exclusiva do cumprimento do contrato, a mobilização, a desmobilização, a instalação de canteiro e do acampamento, por exemplo.

No Acórdão n. 2.622/2013-Renúncia, o TCU também tratou especificamente de esse grupo de administração local. Ademais, após cuidadoso estudo, foram adotadas as

3.20 Curva ABC de materiais administrativos: todas as despesas da obra (material, mão de obra e equipamento) classificadas em ordem decrescente de importância. Para sua elaboração, necessitam-se da composição de custos unitários de todos os serviços da obra para o agrupamento dos insumos unitários de cada serviço.

A curva ABC de insumos é uma ferramenta que cria várias facilidades para a organização de uma obra, proporcionando que o orçamento refine o planejamento mediante pesquisa de mercado dos insumos mais significativos. Também auxilia no planejamento e programação de obras, pois fornece o efeito de mão de obra e a quantificação dos diversos tipos de equipamentos necessários para a execução da obra.

No caso, uma das funções principais da Curva ABC é definir as curvas mais relevantes na contratação dos insumos econômicos, a fim de garantir a contratação dos serviços cuja execução deverá ser comprovada nos atestados de capacidade técnica apresentados pelo licitante (requisito de qualificação técnica). Além disso, permite apontar os insumos que podem ser objeto da incidência de BDI Diferenciado.

Assim, a Curva ABC tem como importante instrumento para a análise dos custos da construção e a avaliação de mecanismos de gestão e fiscalização contratual, a fim de garantir a análise crítica dos preços de modificação das planilhas orçamentárias por meio de BDI, para verificar o ponto de equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a potencial ocorrência de "jogo de planilha" ou manipulação voluntária.

Por fim, o ordena TCU costuma citar a Curva ABC em suas auditorias para averiguar as irregularidades nos processos de compra de obras e serviços de engenharia – caso em que o órgão se obriga a analisar e preparar sua própria versão do documento, a fim de evitar eventual fragilidade em suas planilhas orçamentárias.

Do ponto de vista prático, a relevância desse documento pode ser assim resumida: Indicar os itens em relação aos quais se deve exigir atestados; indicar o percentual que será solicitado nos atestados (até 50% - TCU); e, indicar a importância de BDI diferenciado para equipamentos.

Voltar ao preadjudicamento

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

O órgão proponente da licitação deve apontar para o regime de tributação que está sendo considerado no orçamento de referência de Administração, momento em que não considerando no BDI adotado no entanto os efeitos da Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPRO), ou seja, de desoneração tributária, evidentemente, enquanto ele estiver vigente e aplicável às empresas do setor de engenharia.

Adicionalmente, o regime de desoneração tributária é facultativo para as empresas de construção civil – e é por isso que o SINAPI e demais tabelas de referência de preços divulgam duas versões com diferentes encargos sociais "desonerados" e "não desonerados".

seguintes índices para o percentual de administração local a ser inserido no custo direto da obra de construção de edifícios: 3,49% (3º quarto) - 5,23% (média) - 8,87% (3º quarto).

Somente devem ser incluídas em tal rubrica as despesas efetivamente incorridas pela empresa ao executar a obra, devidamente detalhadas, conforme orientações do TCU – "Orientações para a elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas".

É importante também observar que a administração local desejada de estrutura organizacional que o construtor vier a montar para a construção de cada obra e de sua respectiva localização de trabalho. Não existe modelo rígido para esta estrutura, mas deve-se observar a legislação profissional do Sistema Confea e as normas relativas à higiene e segurança do trabalho (NRs anteriores 1908) referentes a cada obra, determinando a estrutura organizacional necessária para bem administrá-la. A concepção dessa organização, bem como da locação, em áreas de trabalho, incluindo recursos, a tarefa de planejamento, execução, fiscalização da execução da obra.

Cabe ao responsável realizar um estudo sobre a questão, com vistas a estabelecer, desde que sejam observadas as disposições da legislação local, o custo direto da construção da obra, a estrutura a ser adotada para sua execução, o custo médio, bem como a distribuição percentual das frações de trabalho.

Por fim, assim como os demais custos diretos, a Administração deve estabelecer a necessidade de definir critérios objetivos para a medição e o pagamento de item "administração local", incluindo pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, incluindo-se no custo direto de pagamento para isso um valor mensal fixo, incluindo-se, assim, nos custos indiretos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual em cumprimento ao subitem 9.3.3.2. do Acórdão n. 3.623, de 2013, do TCU.

Voltar ao preadjudicamento

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

A partir das planilhas orçamentárias, cabe também elaborar a Curva ABC, assim definida no manual de Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas do TCU:

3.18 Curva do Classificação ABC de Serviços: tabela criada a partir da planilha orçamentária da obra, na qual os itens do orçamento são agrupados e, posteriormente, ordenados por sua importância relativa ao preço total, em ordem decrescente, determinando-se o peso percentual de valor de cada um em relação ao valor total do orçamento, para, assim, se estabelecer a relevância percentual de cada item das despesas [...]

A importância da Curva ABC reside na análise das planilhas orçamentárias, e é relativamente frequente a existência de orçamentos com grande quantidade de itens de serviços similares. Em tais circunstâncias, a Curva ABC de serviços permite a avaliação global do orçamento com o objetivo de apontar uma parte dos serviços [...]

2.6.2.7/2013 (discrimina os três mínimos componentes do RDI) - taxa de estado da administração central, fiscal, sociais, despesas financeiras, remuneração de empresas contratadas e outros, incluindo-se sobre o faturamento.

deverão ser, ainda, do referido aditivo, os seguintes métodos:

- Não poderão integrar a cálculo as ZCAs tributadas que não tenham direcionamento sobre a prestação em si, como o IPI, CSLL e ICMS, independente do critério de fixação da base de cálculo, como ocorre com as empresas que calculam o Imposto de Renda com base no lucro presumido.
- PIS, COFINS e ISSQN – na medida em que incidem sobre o lançamento – são tributativas de serem incluídas no cálculo do BZ, por serem de natureza ZCA (Lei 9.547/2010).
- A taxa de veto da administração central não poderá ser fixada por meio de uma regulamentação interna. Isso afeta os regimes tributários e, obviamente, a natureza da base de cálculo que se aplica às ZCAs com o BZ (com parágrafo 1º do seu estatuto) (Lei, AC 1627/2013 Prazo, art. 127 do voto e Lei, AC 1627/2013 Prazo, art. 127 do voto e Lei, AC 1627/2013 Prazo, art. 127 do voto).
- Adição dos custos referenciados de natureza ZCA, em substituição das indicações referenciadas no Acórdão n. 2.368/2013 e a fixação da percentagem “fixa”, em função dos dados mínimos e máximos, como ocorria nos regimes substitucionais de natureza ZCA.
- Fixação do encargo em 10% em percentuais, no caso não coincidir com limites intransponíveis, mas referenciado de natureza ZCA.
- Caso o orçamento, após por ajustar os custos de referência DESONERADOS, não conseguir atingir o percentual de 4,5% (quatro e meio por cento) da CPMR do BZ da ZCA ou serviço – ainda que extrapole os parâmetros do Acórdão n. 2.632/2013, os parâmetros de percentuais de BZ do Acórdão n. 2.632/2013 não poderão ser aplicados, pois a incidência da Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPMR) instituída pela Lei n. 12.546, de 2011.
- Adoção do percentual de 15% cumulativo com a legislação tributária da(s) município(s) onde serão prestados os serviços (percentual proporcional entre o limite máximo de 5% e o limite mínimo de 0%).

Cumpe alertar que, quanto maior a diferença do percentual de não utilizado em relação ao limite estabelecido, maior a possibilidade de a empresa não cumprir o acordo e, assim, não se tratando no acordo, mais robusta deverá ser a justificativa para a exceção do não cumprimento.

Nesse diapasão, há justificativa, contudo ao profissional, declarar expressamente a metodologia adotada e certificar e observar os observáveis dos parâmetros supra.

Porém, conforme exigido na Instrução de Licitações e Contratos n. 257 do TCU, este Cartão informava que a Administração tributaria diferentes impostos na Lei n. 12.545, de 2011, não emprega a adoção de dois argumentos estatísticos como critério de aceitabilidade de preços exatimos na licitação, a depender de a licitante receber a contribuição previdenciária sobre o valor da receita bruta ou sobre o valor da folha de pagamento. (Acórdão n. 6.013/2015 do TCU).

Portanto, ao elaborar o orçamento de cada licitação, deve-se levar em consideração a possibilidade de a empresa vencedora não se sentir obrigada a justificar a opção por uma ou outra tabela do SINAPI, conforme o cenário que se revelar mais vantajoso para a Administração, a segundo as premissas do PARECER n.º 007/95/CONCOR/CGASU.

[illegible]

of China's economic growth — the dramatic increase in consumption of commodities such as steel and cement in the last few years — has made an enormous contribution to the country's economic growth. This is a major factor in the country's economic growth.

al. Durante a análise das demandas, a comissão de trabalho do o projeto recomendou a adoção do planejamento feito pela empresa com o intuito de não prejudicar a administração do planejamento, tendo em vista que tal projeto é o mesmo e deve a realização da reconstrução anual, tendo em vista que tal projeto é o mesmo e deve a realização da reconstrução anual.

Cabe ao setor técnico avaliar nos autos a simulação dos preços globais da obra ou serviço, com base nos dados cedidos — custos “desonerados” (previdido no percentual da CRR no ECI) versus custos “não desonerados” (existente a percentual na CRR no ECI) — para justificar a origem mais vantajosa para a Administração, a qual será escolhida como elemento de referência da licitação.

Necessariamente o projeto deverá dedicar-se à atividade a ser controlada se apresenta entre os Itens da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para fins de tributação das tabelas demonstrativas.

[Voltar ao preenchimento](#)

10 DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Nos termos do art. 23, § 6º, da Lei 14.133, de 2021, ao valor estimado do objeto deverão ser adicionados a percentagem de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e as contribuições Sociais (CS) cabíveis.

Na falta de um critério legal para a definição do QDI, recomendou-se a utilização dos seguintes instrumentos pelo Tribunal de Contas da União, que, no Acórdão TCU n.

Avançamos, ainda, que, a depender do parâmetro utilizado, pode ocorrer de o SDC constar embaixo do preço paradigma, caso em que o argumentista deverá considerá-lo tal qual, conforme a lista de Vitor Camargo e Rafael Jardim Cavalcante:

[illegible]

Votter au presentimento

41. RDI REDUZIÇÃO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Quando o banco entra em operação, o cliente pode estar com o produto engarrafado, repleto de água, e a água não é tratada e não é filtrada. Quando o banco entra em operação, o cliente pode estar com o produto engarrafado, repleto de água, e a água não é tratada e não é filtrada.

Los términos en *ICV* y *TC* 238. Como provee a *Investigación Científica* (ICV) para el desarrollo del campo de la ciencia, los términos de la legislación en vigor, los datos de la investigación de la naturaleza y la clasificación que posibilita el desarrollo de empresas con características propias e diversas e que representan permanentemente el nivel del precio global de la obra deben presentar incidencia de zona de explotación e investigación. *ICV* reduce el riesgo a los aplicados los términos. Investigaciones de precios, que a la investigación de *ICV* puede revelar el impacto de los precios de la materia y el equipamiento no representa fin de obra - e analiza - la decisión de la incidencia de *ICV* y el equipamiento.

Portanto, quando verificar tal situação, o órgão deve adaptar o modelo de composição da BDQ de forma a prever duas composições distintas: uma incidente sobre as parcelas relativas a materiais e equipamentos, outra incidente sobre as demais parcelas do ativo.

Segundo o estudo do Azeiteira et al. (2022/2023) - Paraná do TCU, o Boticão possui o mais fornecimento de insumos e equipamentos desde o fechamento das perdas de 1,20% (1º quartil) - 4,02% (média) - 16,80% (3º quartil).

De toda forma, conforme art. 15, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 536, de 2023, no caso do fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais em que o contratado não atue como intermediário entre o fabricante e a administração pública ou que tenham projetos, fabricações e logística não externalizadas e não enquadrados como item de grande vulto e continuidade, não se aplicam as regras do Edital nº 013, podendo ser

colocado a justificar a complexidade da aquisição, executando-se a regra imediatamente seguinte.

Por fim, convém esclarecer que o ABI Dinâmico não abrange os materiais disponíveis na contrabasta (Ata do TCU nº 2642/2013, p. 60).

Votar no próximo mês

112 ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Nov termos do art. 38 do Decreto Municipal nº 2.336, de 20.12.1964, minutos de contagem de votos sobre a proposta de alteração da legislação municipal, em 1964, em que se vota sobre a proposta.

Conforme explica o Mestrado de Obras e Serviços de Engenharia da ANO, a intenção que São Francisco tem ao se aliar com o serviço de engenharia é "fazer que o cliente se sinta mais seguro, mesmo que seja uma obra pequena, sabendo que se há especialistas se responsabilizando por tudo, não há risco de que duas empresas possam entrar em conflito no momento em que começaram com as especificações, os projetos e a execução/entrega", e acrescenta que não há nada de errado em ter projetos para contratar as corretoras diretas, mas considerar a obra ou contratar o labor financeiro competente e possibilitar de alguma forma os procedimentos pertinentes ao pagamento da obra completa.

Na empresa da qual o Sr. José, a convite pessoal, ingressou em 1933, o Sr. José foi recebido pelo Sr. João, chefe de seção, e Sr. Carlos, chefe de departamento. O Sr. João explicou ao Sr. José a importância da função que lhe fora atribuída e o Sr. Carlos lhe mostrou o plano de trabalho que lhe fora entregue. O Sr. José, ao receber o plano de trabalho, ficou muito satisfeito e prometeu ao Sr. João e ao Sr. Carlos que cumpriria com a maior fidelidade as suas obrigações.

De mesma forma, durante a execução contratual, a remuneração devida à contratante também segue a lógica de cada etapa do cronograma – sendo altamente recomendável que a previsão de pagamento coincida com todas as etapas da conclusão das respectivas etapas, a fim de se evitar a necessidade de medição prévia da obra realizada por área unitária.

Na análise por preço-valor, os segmentos são avaliados nos quantitativos efetivamente executados na contratação, com base nos preços unitários registrados em sua planilha. Ainda assim, o critério de julgamento importante será sempre as etapas de execução contratual, e não de menor base e modo dos serviços prestados.

weiter zu berücksichtigen.

13. PROIETO EXECUTIVO

O projeto executivo é requisito obrigatório na contratação de obras e serviços (art. 15, § 1º da Lei nº 10.133, de 2001) e implica nos casos de contratação direta (art. 7º, § 1º da Lei nº 10.133, de 2001) e nos casos de contratação por meio de licitação (art. 1º, § 1º da Lei nº 10.133, de 2001).

26/3/2011-TCU), assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, conforme art. 67, § 1º, da Lei n. 14.133, de 2021.

Como mencionado, um instrumento fundamental para definir quais seriam tais parcelas em cada licitação é a Curva ABC, tanto para os serviços quanto para os insumos necessários à execução do objeto. Tal documento agrupa e ordena os itens do orçamento de acordo com seu peso no valor total estimado para a contratação – e permite visualizar os itens de maior relevância econômica.

No mais, o critério de relevância econômica deve ser aliado à relevância técnica – ou seja, aqueles parcelas cuja execução apresenta determinada grande complexidade que tem total dependência técnica exigindo de forma necessária o atendimento às exigências previstas para evitar riscos futuros à contratação.

O TCU, a propósito, já combatu irregularidades à exigência de qualificação técnica “sem levar em conta grande complexidade técnica” (Acórdão n. 33/2013 – singular, com acórdão no sentido de exclusão do serviço de segurança eletrônica técnica) (Acórdão n. 1.890/2011 – Plenário).

A Lei n. 14.133, de 2021, em consonância com consolidada jurisprudência do TCU (Acórdão n. 2.090/2009, 2.147/2009, 813/2010, 1.431/2010, 3.105/2010, 1.837/2011, 3.671/2011, 3.737/2011, 1.253/2012, 1.553/2012, 2.261/2012 e 39/2013), tanto no P art. 6º, admite a exigência de empresas com quantidades mínimas, desde que limitadas até 50% (conquanto por escrito) do quantitativo das parcelas de maior relevância, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativos aos itens.

No que se refere à fixação de quantidades mínimas, o TCU manifestou-se pela necessidade de razoabilidade na exigência, em razão de que não restringe a competição “Então seja possível a fixação de quantidades mínimas, relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, desde que a exigência não seja razoável, nem salutar que possa gerar que a empresa contratada tenha condições técnicas para executar o objeto licitado, mas que não restrinja a competitividade. A comparação efetuada pela unidade técnica demonstra claramente que as quantidades mínimas previstas na concorrência são excessivas, limitando desnecessariamente o universo de possíveis interessados em participar do certame licitatório.” (Voto no Acórdão n. 1.771/2007 – Plenário).

Possibilidade de somatório dos acertos

Segundo defende a jurisprudência do TCU, cabe ao órgão do somatório de acertos para atingimento dos quantitativos mínimos dos serviços demandados na contratação operacional do licitante (Acórdão n. 1.707/2007, 1.631/2007, 727/2009, 1.383/2009, 1.833/2009, 2.763/2009, 3.260/2011, 302/2012, 1.028/2012, 1.231/2012, 1.380/2012, 1.552/2012, 2.869/2012 e 1.301/2014 – Plenário).

Consequentemente, sem que haja dúvida justificativa técnica, é inválvel a fixação de quantidade mínima ou máximo de acertos, de serviços por eleitos ou que vedem o somatório de acertos, bem como as limitações de tempo, época, locais específicos ou qualquer outras não previstas em lei, que limitem a participação da licitação (Acórdãos

1.090/2001, 1.636/2007, 1.707/2007, 2.640/2007, 1.153/2008, 1.150/2008, 2.718/2009, A 1.19/2010 e 1.707/2011, 1079/2013-Plenário (Items 5.1 a 5.5.3) (todos do Plenário).

Porém, em determinadas situações de maior complexidade técnica, evidentemente justificadas, a jurisprudência do TCU admite vedar a admissão de atestados – quanto ao aumento de quantitativos do serviço a ser contratado, inclusive, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre as quantidades e prazos para a sua execução, capazes de ensejar maior capacidade operativa e gerencial da licitante e de potencial comprometimento acentuado de qualidade ou da “realidade a respeito da contratação da obra ou serviço” (Acórdão n. 2.150/2008 – Plenário).

Toma-se como exemplo a contratação de uma ponte. A expertise técnica necessária para construção de uma ponte de 100m não é a mesma de uma ponte de 100 metros. De modo análogo, a empresa provedora já construiu 100 pontas de 100 metros cada, ainda que, no total, representem a mesma extensão, não significa que possua a competência necessária para construir uma única ponte de 100m.

Tal a finalidade da licitação no âmbito de atividades de atividades, a empresa provedora possui a experiência de serviços de manutenção e reparação de pontes, sendo que, no caso, há diversas contratações anteriores.

A decisão do TCU “Nesse contexto, entende-se a medida razoável, pois, em vista da complexidade e do histórico das atividades a serem realizadas no âmbito da licitação, a soma da execução de várias pequenas pontes, de forma como exceto e a serem, não comprova que o licitante possui a experiência necessária para construir o objeto da licitação.” (Acórdão n. 1.032/2010 – Plenário).

Porém, na situação corrente, se o aumento de quantitativos do serviço não incrementa, incontestavelmente, a complexidade técnica da tarefa, não há motivos para se limitar para o número de atestados” (Acórdão n. 2.763/2013 – Plenário).

Capacidade técnico-profissional

A experiência do profissional de engenharia é comprovada por meio da Associação de Responsabilidade Técnica – ART, que demonstra ter sido previamente determinado serviço. Para o profissional de arquitetura, o documento correspondente é o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, e para o técnico nuclear, o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT.

As ARTs, RRTs e TRTs emitidas em nome de cada profissional são compiladas no respectivo Certificado de Atuação Técnica – CAT, expedido pelo CREA, CAU ou CFT, conforme o caso.

Na licitação pública, a ART, o RRT e o TRT exigidos para comprovar a experiência dos profissionais limitam-se às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativos aos atestados (art. 67, § 1º da Lei n. 14.133, de 2021).

Assim, conforme o objeto licitatório, a exigência deve referir-se à área ou áreas de engenharia/arquitetura/técnica industrial de maior relevância. Por exemplo, em alguns casos, poderia atuar a ATE/INT em relação ao engenheiro civil/arquiteto, em outros pode ser necessário em relação a este e a engenheiro mecânico, ou elétrico, geólogo, urbanista, é essencial que a equipe técnica participe da elaboração de qualificação técnica em 10/23 e que a minuta do edital reflita as prevções.

Novamente, a Curia ABC é instrumento fundamental para definir quais seriam tais pessoas em cada licitação.

Diferentemente do que assumiu a Lei de Licitações revogada, a Lei n. 14.133, de 2021, expressamente admite a exigência de estados civil, quantificáveis mínimas tanto para os empreiteiros de sua função técnica/profissional quanto técnico-operacionais (art. 67, § 2º). Assim, adota-se, sua licitação de serviços de natureza continuada de obra a ser executada, em caráter permanente, tendo em vista os serviços mínimos no âmbito da licitação, em obras, reformas ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a três (3) anos (art. 67, § 5º).

Exigências de qualificação, aparelhamentos e pessoal técnico

Segundo o art. 67, inciso II, da Lei n. 14.133, de 2021, quanto às exigências de qualificação técnica, ocorre aqui que o licitante precisa ter, em sua área, equipe técnica e pessoal técnico, bem como a sua função ou para um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelas obras.

Tem sido comum exigir nos editais uma declaração formal de que o licitante dispõe, por escrito, de uma equipe técnica, aparelhamento e pessoal técnico, com todos os recursos para a execução contratual, mas sem relacionar quais seriam essas instalações, aparelhamento ou pessoal.

Uma área investida a exigência de algo absolutamente formal, sem exigir qualquer garantia do cumprimento das obrigações. Pelo contrário, representa um risco de trazer problemas para a licitação, porque pode inclusive passar despercebido pelo licitante - e eventualmente a melhor proposta vir a ser desclassificada por conta dessa formalidade.

De qualquer forma, em qualquer item, específicos requisitos necessários para a execução da obra ou serviço, como determinados máquinas, equipamentos ou pessoal técnico, a área deverá inserir a referência exigência, acrescida, caso necessário, da relação dos equipamentos assumidos pelo licitante que importam em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico (art. 67, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021).

Voltar ao preenchimento

15. VISTORIA

Quando a avaliação prévia de local de execução dos serviços for imprescindível para o conhecimento da viabilidade das condições e particularidades do objeto a ser contratado, o edital de

licitação poderá prever, sob pena de inhabilitação, a necessidade de o licitante atestar qual conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurando-se ao licitante o direito de realização de vistoria prévia (art. 63, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021).

A Lei n. 14.133, de 2021, determina que o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição de vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e particularidades da contratação (art. 63, § 2º). Portanto, a partir da nova regulamentação legal da matéria, não é mais admitida a obrigatoriedade de vistoria prévia. Caso o órgão licitante entenda fundamental o conhecimento das condições próprias do local, poderá exigir apenas que o licitante apresente declaração de que conhece as condições do local.

Em consonância com o entendimento manifestado pelo Tribunal de Contas da União na ADC 17/2018 - 2ª turma (julgamento 339), a vistoria prévia deve de ser uma obrigação passível de ser imposta pela Administração, e se transforma em um direito das empresas licitantes, que podem solicitar ao órgão responsável pela certame a verificação prévia das condições no local onde os serviços serão executados.

16. SUBCONTRATAÇÃO

16. SUBCONTRATAÇÃO

O art. 122 da Lei n. 14.133, de 2021, admite a subcontratação parcial da obra, serviço ou fornecimento, sob o critério autorizado de Administração. A subcontratação, desde que autorizada pela Administração, pressupõe que o licitante, que não participa do certame licitatório, não tem o direito de

Voltar ao preenchimento

A subcontratação tem-se admitido, sendo inevitável, quando o objeto licitado consiste em prestação de serviços, em que a empresa licitante, quando os aspectos apresentem individualidade e são desempenhados por terceiros especializados.

A análise dos princípios organizacionais produzidos o fenômeno licitatório, que define as principais da especialidade e da organização de atividades, em vez de desconsiderar a organização total de 20% de uma atividade, as empresas tornam-se especializadas em certos setores.

A Administração deve ser orientada pelos princípios que regem a atividade privada.

Na atividade privada, prevalece a subcontratação na execução de obras, serviços, desde que a solução economicamente mais eficiente e tecnicamente mais satisfatória.

A Administração tem o dever de evitar as interferências excessivas, limitando as condições de execução das obras, serviços, e não

Portanto, os §§ 2º e 9º do art. 67 expressamente possibilitam a subcontratação de parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação.

Embora cabia à Administração o luto de conveniência e oportunidade sobre a possibilidade técnica e a viabilidade de admitir a subcontratação, deve observar-se primeiro a motivação das decisões administrativas, ainda que discricionárias, considerando que, no Acórdão n. 1.651/2009, Plenário, a Corte de Contas manifestou-se no sentido de que "o princípio da motivação exige que a Administração pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões, inclusive das discricionárias".

Assim, a vedação da subcontratação ou o estabelecimento de rito de contratação para a sua adoção deve ser motivada por a área técnica do órgão assessorado.

Volta ao preenchimento

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

No âmbito da União, o art. 37 da Constituição Normativa Superior nº 3, de 2008, estabelece que a contratação da prestação finalizada das empresas será realizada mediante seleção de licitantes de natureza geral (LPG), Seção Geral (SG) e Seção Especial (SE).

Quando essas empresas apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer das hipóteses, o art. 34 da Constituição Normativa Superior nº 3, de 2008, estabelece que a contratação será realizada mediante seleção de licitantes de natureza geral (LPG), Seção Geral (SG) e Seção Especial (SE), na forma dos §§ 2º e 3º do art. 37 da Lei nº 8.666, de 1993, como exigência para a contratação.

Os §§ 2º e 3º do art. 37 da Lei nº 8.666, de 1993, correspondem ao § 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, que possibilita a Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, a fixação no edital de exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

A fixação do percentual se insere na esfera de atuação discricionária da Administração até o limite legal de 10% (dez por cento), a qual deve basear-se em critérios técnicos. A seleção do mercado se afere importante, a fim de obter dados sobre o porte das empresas que atuam na área objeto da contratação. No caso em tela, se o referido percentual for fixado em seu mais alto patamar e o valor total estimado da contratação também for significativo, terá como consequência a necessidade de comprovação de patrimônio líquido elevado, o que poderá resultar na restrição à participação de interessados no certame, em especial, de microempresas ou empresas de pequeno porte, podendo ferir o princípio constitucional de incentivo a essas unidades empresariais. Por essa razão, é recomendável avaliação técnica sobre o assunto.

Volta ao preenchimento

convocatório deve ser emitido, quando viável, que identifique essas empresas e sejam editadas na execução do contrato administrativo.

As decisões da subcontratação, a Administração, além, obviamente, econômicas, devem considerar os ganhos de eficiência no particular contratado.

De acordo com a Lei nº 8.666, de 1993, a Administração, ao contratar, deve observar as regras estabelecidas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, e a Lei nº 14.133, de 2021, que estabelece a possibilidade de subcontratação de parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, desde que a Administração esteja devidamente autorizada para isso, conforme o art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

A subcontratação pode ser realizada, desde que a Administração, ao contratar, observe as regras estabelecidas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, e a Lei nº 14.133, de 2021, que estabelece a possibilidade de subcontratação de parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, desde que a Administração esteja devidamente autorizada para isso, conforme o art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

Conforme o art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, a Administração, ao contratar, deve observar as regras estabelecidas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

O § 2º do art. 122 possibilita que o edital de licitação estabeleça, no âmbito da Administração, a possibilidade de subcontratação de parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, desde que a Administração esteja devidamente autorizada para isso, conforme o art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

Embora facultativa na fase preparatória, a estabelecimento de condições mínimas para a subcontratação no instrumento convocatório ou em seus anexos é medida que atende aos princípios da impossibilidade, da publicidade, da transparência, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e da segurança jurídica.

Na vigência da Lei nº 8.666, de 1993, como ficou o entendimento no sentido de que não poderiam ser subcontratadas as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, que motivaram a necessidade de comprovação de capacidade financeira ou técnica pela licitante contratada (Acórdão 3.244/2011-Plenário).

Conforme o § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, expressamente admitiu a possibilidade de que a qualificação técnica do licitante, para aspectos técnicos essenciais, seja comprovada por meio de atestados relativos a potenciais subcontratados, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da licitação. Por sua vez, o § 7º desse artigo limitou a exigência de atestados às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

A avaliação de participação no processo licitatório de pessoas jurídicas reunidas em consórcio é medida excepcional e a atuação dessas restrições está condicionada à apresentação de justificativa pela área técnica do órgão assessorado, nos termos do art. 15, caput, da Lei n. 14.133, de 2021.

Na justificativa deve basear-se na análise individualizada de cada consórcio, conforme orientações do TCU. Deve-se analisar com a profundidade que cada empreendimento está a requerer, por exemplo, o risco à competitividade, as dificuldades de gestão de obra, a especialização técnica dos participantes, fatos estes que poderão gerar atrasos nos prazos com um todo, impactos em garantias oferecidas ao órgão. Outros aspectos deverão ser avaliados a campo, exceto no empreendimento, os riscos de contratação de empresas sem qualificação para a execução de encargos além de suas respectivas capacidades técnicas, operacionais ou econômicas financeiras, assim como fatores que estejam e possam a ocorrer que deverá ser tomada pelo gestor." (Acórdão n. 1.165/2012 – Plenário).

O Tribunal de Contas do Estado – TCE – entende que o voto interno da administração ou não de empresas constituídas na forma de consórcio de cada caso concreto, fato pelo qual a formação de consórcio não pode se impedir o fornecedor a contratação de empresas, mesmo que, de outra forma, não participem de obra, quanto a origem da formação de consórcio que, caso contrário, concorrerão entre si.

Compulsando diversos julgados do Supremo Corte de Contas a respeito desse tema, reafirmamos os Acórdãos nº 137/2013 – Plenário, nº 1.034/2004 – Plenário e nº 2.295/2005 – Plenário, onde se vê as seguintes conclusões que servem de norte para a administração no não em participação de empresa reunida em consórcio:

1. A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio deve ser verificada caso a caso;
2. Tratando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitará que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação;
3. A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, naturalmente, não tenham capacidade técnica de executá-lo, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e recursos.

[Voltar ao preenchimento](#)

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

A participação de cooperativas em cartamos licitatórios é admitida quando atendidos os requisitos previstos nos incisos I e IV do art. 16 da Lei n. 14.133, de 2021.

O órgão licitante deve analisar com cautela as características do serviço que pretende contratar, especialmente quanto às diversas obrigações dos trabalhadores que prestarão os serviços, no caso concreto, as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelas cooperativas, sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração.

Segundo a Súmula 261 do TCU, é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado, há marcação em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o agente e o contratado, bem como de personalização e habitualidade.

De igual modo, o Parecer n. 005/2013/DECOR/CGU/AGU (00507/2004548/2013-4-BR, Sen. 14) tem a seguinte ementa:

DIRETO ADMINISTRATIVO E DIREITO DO TRABALHO. COOPERATIVA CARACTERIZADA EM RE: A PROCURADORIA GERAL FEDERAL E A PROCURADORIA GERAL DA UNião – REITA. NÚCLEO DE TERMO DE CONCLUSÃO JUDICIAL. ENVIADO ENTRE O MINISTRO ALEDO DO FARIAS E A UNião. QUAL NATUREZA DA MEDIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO PARA EXECUÇÃO DE DETERMINADOS SERVIÇOS ESPECÍFICOS, VIZ O CATE E DA SUPERVENIÊNCIA DAS LEIS Nº 12.690 DE 2012 E Nº 12.693 DE 2012 – SÍNCRONISMO DO TERMO QUE, POR SUA NATUREZA, CARACTERIZA A SUBORDINAÇÃO VEDANTE A PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO. COV. SUBORDINAÇÃO, PERSONALIDADE, HABITUALIDADE E NATUREZA DO SERVIÇO.

– As Cooperativas de Trabalho, de forma em art. 12.690, de 2012, são sociedades constituídas para o exercício de atividades econômicas em proveito comum, com autonomia de gestão e contabilidade, mediante organização e assessoria voluntária e livre.

– Os serviços abrangidos pelo termo de compromisso judicial firmado entre a União e a M-SP e o TCU do “caso” em questão não caracterizam uma pessoa física, subordinação e não eventualidade.

– Vedada a participação de cooperativas nos cartamos afetos a atividades servidas que não o objeto da Lei nº 12.690, de 2012, e nº 12.349, de 2010, uma vez que são atividades próprias, exclusivamente a execução de trabalhos cooperativos nas condições, proibindo-se expressamente a utilização de cooperativas para fins de intermediação de mão de obra subordinação.

V – Proposição que se veja para proteger os valores sociais do trabalho e proteção e segurança (art. 16, IV do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021).

Por meio do Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, o Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União (Decoju/AGU), considerou que se mantém na Lei n. 14.133, de 2021, a proibição de participação de cooperativas quando o objeto do contrato exige relação de subordinação entre as cooperativas e a cooperativa ou entre aquelas e o tomador de serviços, conforme Ementa abaixo:

"A lei, quanto à disciplina da responsabilidade da Administração e exigência de prestação de contas, poderia ser mais ampla, assim como os mecanismos em que se faça necessária. Quanto ao mecanismo atual de avaliação do interesse público, a administração não precisará impor a apresentação de garantia pessoal dos servidores públicos." (Seminário sobre o Controle Administrativo, 23 de outubro de 2001, em Brasília, 2001, p. 499).

Assim, a exigência deve ser avaliada em cada caso concreto, com base no grau de risco de prejuízo ao interesse público. Frente à particularidade de cada objeto tratado —

De acordo com a pesquisa, 40% dos jovens estão à procura de uma atividade - remunerada ou não - que lhes permita ganhar dinheiro e adquirir experiência profissional. Os jovens também estão dispostos a trabalhar em condições menos confortáveis, como em locais mais afastados, para obter uma formação adequada.

Aspirantes de 1982 a 1984: 24,33%; de 2001, ingressos a 1985: 12,72% por ano; da maioria do candidato, autorizada a maioria de 10% para ele 1984.

[illegible][illegible][illegible]

Em caso de juros e serviços de engenharia de grande valor, assim consideradas aquelas cujo valor exceda o limite previsto no art. 9º, XXI, com as alterações introduzidas no art. 14, I, da Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá garantir a modalidade de seguro-garantia, inclusive com cláusula de retenção, em percentual equivalente a até 30% (trinta por cento) do valor inicial do contrato (art. 99 da Lei nº 14.133, de 2021).

Acimas, caso o vencedor da proposta vencedora seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deverá ser exigida garantia adicional equivalente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta. Informe técnico no art. 55 - Jul 14.131 de 2021.

EMENTA: LICITAÇÃO E CONTRATOS. SOCIEDADES COOPERATIVAS. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES. TENDÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PRECISÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. ALÍQUOTA LEGISLATIVA DE 10% SOBRE A PREVENIÊNCIA DA LEI N. 4.130/2011. EXISTÊNCIA DE TEMPO DE CONTRAÇÃO JUDICIAL NOS ALCS DE MOCIMBUÍ, PUELCA, TUBAELHUA, MANA, E SOBRE A NECESSIDADE DE REMEDIÇÃO DO ART. 2º DA LEI DE LICITAÇÃO.

[illegible]

Managers at Atlantic and Eagle did not believe that a representative of the U.S. Coast Guard or NOAA would be able to identify the vessel or the location of the wreck. They also did not believe that the Coast Guard or NOAA would be able to identify the vessel or the location of the wreck.

Conseqüentemente, antes de se admitir a participação ou colaboração em uma atividade de obras e serviços de engenharia, é necessário averiguar se há "necessidade de contratar o serviço" entre o cônjuge e o contratado, bem como se pessoa física e de direito natural, ou não, se constitui um contrato que será celebrado, portanto, consumando a prestação de um serviço em benefício das partes, e não a execução de um mero trabalho acessório à atividade profissional das partes, sob pena de se caracterizar a prestação de serviços em caráter de subordinação jurídica da empresa contratada e dos respectivos trabalhadores.

Ademais, a participação de cooperativas só deve ser permitida quando a gestão operacional do serviço poder ser exercida nas formas contempladas no art. 170, IV, da Constituição Federal, e os serviços controlados também deverão ser exercidos pelos próprios cooperados — e os serviços controlados também deverão ser exercidos pelos próprios cooperados — e os serviços controlados também deverão ser exercidos pelos próprios cooperados.

Em tal caso, a participação de cooperativas será permitida. Os consórcios, deve ser vedada a um^o - grupo de cooperativas no presente.

- **Water as a resource**

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Confirma o prêmio oferecido pelo TCU, a garantia deve ser exigida nas contrapartidas de "nível" elevado à complexidade técnica e aos riscos financeiros associados. Adicional 3.76/2011 - Penúltimo

Verdichtungsstellen der Vascularia fließen

21. DA SUSTENTABILIDADE

21.1. Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade

Em obras e serviços de engenharia, a fase de planejamento da contratação deve prever a inclusão de conceitos de sustentabilidade nos projetos que serão elaborados. Assim, as ações da Administração devem ser pautadas por medidas voltadas para a redução do consumo, para a aquisição preferencial de produtos e materiais no comércio de economia circular ou que representem menor impacto ambiental e para a prevenção e o gerenciamento dos resíduos da construção (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133, de 2021, art. 7º, VI, XI, da Lei n. 12.305, de 2010).

A equipe de gerenciamento da contratação tem o dever legal de analisar a viabilidade de inclusão de soluções sustentáveis ainda na fase de elaboração do Estudo Técnico Preliminar. Por meio desse documento, o órgão deve identificar, ao longo de toda a contratação, as condições, ações e medidas estruturais, técnicas e de desempenho que devem ser adotadas em uma obra de engenharia e especificar essas condições na obra e orientar a execução dos projetos e dos cadernos de encargos e especificações técnicas e deve assegurar que os resultados que devem ser alcançados, bem como os objetivos que a Administração se propõe a cumprir.

É a partir das definições contidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que o Engenheiro/Arquiteto vai especificar quais os materiais a serem adquiridos, as técnicas a serem utilizadas e os critérios de desempenho. Ou seja, se a Administração insere no ETP que um determinado preço deve ter escopo de economia de água e energia, ou um sistema de captação e utilização de águas pluviais, a isso, que a contratação das obras e do layout da obra deve favorecer certos fatores técnicos, por exemplo, todas essas especificações deverão ser detalhadas no Projeto de Arquitetura ou de Engenharia a ser elaborado.

Nesse contexto, a Administração pode, inclusive, buscar a certificação de sustentabilidade no empreendimento. O processo de certificação, quando utilizado, atesta a obediência a determinados padrões de qualidade, desempenho, bem como de conformidade a regras nacionais e internacionais.

São bem conhecidas as certificações do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, coordenado pelo Inmetro e o Ministério de Minas e Energia, bem como o Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações – PROCEL/Edifica, também coordenado pelo Inmetro em parceria com a Eletrobras.

Por meio dessas duas iniciativas foram introduzidas no Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE, os Requisitos Técnicos de Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos (RTQ-C) e o Regulamento Técnico da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edificações Residenciais (RTQ-R).

Através dos procedimentos de submissão definidos nos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Eficiência Energética de Edificações (RAC) é possível, inclusive, conferir a um edifício a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) do Inmetro.

Por meio do Acórdão n. 1.666/2019-Prelim, o Tribunal de Contas da União teve a oportunidade de apreciar a legalidade da exigência de apresentação de certificações em certames, e considerou que a Administração deve buscar o equilíbrio entre a ampla participação e as exigências de qualificação e de conteúdo das propostas.

Nas que ora se discute ao planejamento de obras e serviços de engenharia, é possível identificar três etapas principais em que o desenvolvimento sustentável deve ser observado: a) Quando da definição dos aspectos técnicos do objeto – especificação técnica; b) Na minimização do impacto – prevenção de resíduos; e c) Quanto à destinação ambiental dos resíduos e rejeitos – gestão de resíduos.

A Advocacia-Geral da União, Instituto de Casa Nacional de Contratações Sustentáveis, no que a Administração encontra auditada, e o Tribunal de Contas da União, no que se refere à sustentabilidade.

A consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da COU/MAGU, assim como a legislação pertinente, demonstra que a Administração deve observar os princípios da sustentabilidade, bem como a legislação pertinente, e assim, o dever do gestor público.

Assim, se a que se discute de sustentabilidade de obras e serviços de engenharia e práticas de sustentabilidade além daqueles regularmente previstos e observados no Guia, desde que observados os demais princípios legais, bem como a legislação pertinente, e assim, o dever do gestor público.

21.2. Da Especificação Técnica

No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com unidades e práticas de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante a execução dos serviços e dos insuínos a eles vinculados, bem como a inclusão de normas especiais de comercialização de produtos ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal – CTF), que são requisitos previstos na legislação da região ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021).

21.3. Da Minimização do Impacto

No que tange a obras e serviços de engenharia, o art. 18, § 1º, XI, da Lei n. 14.133, de 2021, estabelece como um dos elementos do estudo técnico preliminar a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluindo requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para descarte e reciclagem de bens e rejeitos, quando aplicável.

O art. 65 da Lei n. 14.133, de 2021, estabelece que as contratações de obras e serviços de engenharia devem respeitar as normas relativas a:

I - a gestão final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

**Estado do Paraná****TERMO DE REFERÊNCIA**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

(Processo Administrativo nº.....)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada na Copel, a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (3x200A), situado na Rua Monte Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes - PR, conforme norma técnica Copel, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Catser	Unid.	Quant.	RS Unit.	RS Total
1	Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada na Copel, a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (3x200A), situado na Rua Monte Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes – PR.	21687	Serviço	01	79.824,14	79.824,14

1.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CATSER e a do Termo de Referência e peças técnicas, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência e peças técnicas.

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/95719373000123/2026>

Data de publicação no PNCP: 19/01/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos



Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa vencedora do certame deverá comprovar seu cadastro (CRC – CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL) na COPEL, conforme o manual de “construção redes elétricas de distribuição por particular”, disponível no site [HTTP:// www.copel.com](http://www.copel.com)

4.2. A empreiteira responsável pela execução deverá fornecer mão de obra e equipamentos necessários para a completa execução dos serviços os quais serão fiscalizados pelo Município de Mercedes.

4.3. Os serviços não aprovados, ou que se apresentarem defeituosos em sua extensão, deverão ser reconstruídos por conta da contratada.

4.4. São de responsabilidade da empreiteira:

a) Corrigir qualquer defeito na execução dos serviços, objeto do contrato, sem ônus para o município, bem como terá responsabilidade integral pelos danos a este e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia ou omissão;

b) Todas as instalações provisórias da obra;

c) Todas as sinalizações de trânsito necessárias para garantir a execução do objeto com total segurança;

d) Conservação das ruas, avenidas, rodovias, gramados, arborizações e plantas ornamentais nos locais que serão executados os serviços;

e) Locais para guarda de materiais e equipamentos, alojamento e refeitório para operários se for o caso;

f) O uso dos equipamentos de segurança pelos operários, conforme as normas regulamentadoras vigentes no país;

g) ART de execução conforme o objeto do contrato;

h) Todas as taxas relativas à obra junto aos órgãos municipais, estaduais e federais;

i) Transportar e armazenar todos os materiais existentes que forem removidos da obra para o local indicado pela fiscalização do Município de Mercedes.

4.5. O responsável técnico da empreiteira deverá acompanhar constantemente os serviços e responder pelos contatos técnicos que forem necessários. O fato da existência da fiscalização não diminui em nada a responsabilidade integral, técnica e exclusiva da contratada.

4.6. Não serão permitidas quaisquer alterações no projeto sem a análise e aprovação expressa por parte do projetista, caso contrário, fica totalmente excluída a responsabilidade técnica do mesmo.

4.7. A empreiteira deverá realizar a limpeza da obra nos finais de todos os dias. Caso haja material de descarte ou entulho, deverão ser transportados para locais ambientalmente legalizados por conta e risco da contratada. Fica proibida a realização de queimadas de entulhos ou qualquer outro tipo de objeto no local da obra. No final da execução dos serviços, os locais da obra deverão estar isentos de entulhos e restos de materiais.

4.8. Todas as informações e demais descritos estão em anexo (Memorial descritivo, orçamento, projetos e outros).

Subcontratação

4.9. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

- 4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.
- 4.11. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.12. A garantia, nas modalidades caução, fiança bancária e título de capitalização custeado por pagamento único, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.13. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.14. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, do setor de Engenharia, de segunda à sexta-feira, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, até um dia útil antes da data de realização do processo licitatório. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.15. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.16. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.17. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**Condições de execução**

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: 01 (um) dia após a emissão da ordem de serviço.
- 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: Conforme cronograma.
- 5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: A Contratada terá o prazo de 01 (um) mês para execução do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Monte Castelo (Rua Coberta) - Mercedes/PR.
- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Os horários serão programados pela Contratada, para cumprir o cronograma estabelecido.

5.4. Materiais a serem disponibilizados



5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. É de responsabilidade da Contratada a conferência do quantitativo e itens do orçamento, onde consta a listagem de todos os materiais necessários. A obra deverá ser executada na íntegra, conforme informações no orçamento, projeto e memorial descritivo.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Orçamento, projeto e memorial descritivo são complementares entre si, de forma que as informações contidas neles devem ser consideradas e executadas;

5.6.2. É de responsabilidade da Contratada a conferência do quantitativo e itens do orçamento, a obra deverá ser executada na íntegra, conforme informações no orçamento, projeto e memorial descritivo;

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.9. Para a entrega e recebimento, deverão ser retirados da área dos serviços todos os entulhos e sobras de materiais. No ato da entrega, a limpeza deverá ser total, não serão admitidos quaisquer tipos de detritos, sujeira e materiais restantes dos serviços.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto



Estado do Paraná

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período estabelecido no cronograma físico financeiro dos serviços.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscal do Contrato

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 12 e seguintes);

6.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.13. O fiscal do contrato auxiliará o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

6.13.1. esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

6.13.2. expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços ou fornecimento;

6.13.3. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

6.13.4. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

6.13.5. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

6.13.6. proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

6.13.7. determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

6.13.8. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

6.13.9. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

6.13.10. receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for



necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

6.13.11. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

6.13.12. verificar a correta aplicação dos materiais;

6.13.13. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

6.13.14. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

6.13.15. propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

6.13.16. no caso de obras e serviços de engenharia:

(a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;

(b) visitar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

(c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

6.13.17. outras atividades compatíveis com a função.

6.14. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

6.14.1. os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

6.14.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

6.14.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

6.14.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

6.14.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

6.14.6. a satisfação do público usuário.

6.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e sancionadoras, se for o caso.

6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.17. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato é o gerente funcional, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 11):

6.18.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;



- 6.18.2. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 6.18.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- 6.18.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- 6.18.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, em especial constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;
- 6.18.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 6.18.7. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 6.18.8. Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;
- 6.18.9. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 6.18.10. Outras atividades compatíveis com a função.

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do se dará conforme o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;
- 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. O pagamento será efetuado de acordo com o cronograma e após a autorização do Gestor do Contrato.

Do recebimento

7.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.3.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.



Estado do Paraná

7.3.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.3. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.4.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 e/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.4.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico,



administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. Sem prejuízo do disposto nos subitens que seguem, o faturamento deverá ser protocolado, em 01 (uma) via, no protocolo geral na sede do licitador e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

- a) nota fiscal/fatura, com discriminação resumida dos serviços executados, número da licitação, número do contrato, discriminação dos impostos e encargos que serão retidos



Estado do Paraná

pelo Município e incidentes sobre o objeto contratado, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e ser certificada pelo Responsável Técnico;

b) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GPS do(s) mês(s) de execução por obra(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP com as folhas detalhadas e resumidas da obra contratada, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do(s) último(s) recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo da obra contratada;

i. deverão ser apresentados os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS da obra contratada, devidos em todos os meses, contados entre a data de assinatura do contrato e o primeiro pagamento e entre um pagamento e outro, e não apenas o comprovante do último recolhimento realizado.

c) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

d) cópia da folha de pagamento dos empregados da obra contratada;

e) Planilha de Medição – Elaborada nos padrões do CONTRATANTE, de acordo com cronograma físico-financeiro, relativo à parcela faturada, de forma que as atividades e os valores faturados, correspondam às atividades e aos respectivos índices percentuais discriminados e informados pela Fiscalização da obra, que acompanha o processo da nota fiscal/ fatura.

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.20. A liberação da última parcela fica condicionada à apresentação de:

7.20.1. comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

7.20.2. Termo de Recebimento Provisório;

7.20.3. Certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído (em caso de obra civil a CND deverá conter a metragem da obra conforme projeto/área de reforma/área de acréscimo/área nova);

7.20.4. quando necessário, do AS BUILT da obra.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior. Em todo caso, o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, conforme prevê o art. 10 do Decreto Municipal n.º 043, de 24 de março de 2023.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, TED, DOC ou transferência bancária (a critério do Município) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. O contratado deverá informar ao Município de Mercedes eventual alteração dos dados bancários informados.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária, TED, DOC ou transferência bancária para pagamento.

7.25. A última parcela, e respectivo pagamento, deverá corresponder, no mínimo, à 10% (dez por cento) do valor total do contrato, para tanto a penúltima medição deverá ser realizada de maneira a reservar o percentual mínimo para a última medição.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.27.1. Nos termos do Decreto Municipal n.º 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023



Estado do Paraná

deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

Cessão de crédito

7.28. É admitida a cessão de direitos creditícios, conforme as regras deste presente tópico.

7.28.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.29. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JI-01, de 18 de maio de 2020.

7.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será execução indireta.

Critérios de aceitabilidade de preços



8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMIEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela



Estado do Paraná

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempresendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 4º, inciso II, alínea "c", do Decreto Municipal n.º 160, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.29. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante

**Estado do Paraná**

declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, que deverá conter cálculos realizadas através das seguintes fórmulas:

I.G= Índice de liquidez geral (indicador da capacidade de solvência a longo prazo)

$$I.G = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

I.C= Índice de liquidez corrente (indicador da capacidade de solvência a curto prazo, utilizando valores disponíveis e conversíveis a curto prazo)

$$I.C = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

SG= Solvência Geral

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

8.32. Nos termos do § 4º, do art. 176, da Lei n.º 6.404/76, dos itens 3.17 e 8.1 da NBC TG 1000, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.255/09, e do item 26 da ITG 1000, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.418/12, a elaboração das Notas Explicativas é obrigatória, nos casos em que se verifica a incidência das citadas normas.

Qualificação Técnica

8.33. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.33.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.34. A empresa vencedora do certame deverá comprovar seu cadastro (CRC – CERTIFICADO

8.35. DE REGISTRO CADASTRAL) na COPEL, conforme o manual de “construção redes elétricas de distribuição por particular”, disponível no site [HTTP:// WWW.copel.com](http://www.copel.com);

8.36. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, em plena validade.

8.37. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.38. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3258-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Estado do Paraná

8.39. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- 8.39.1. Ampliação de rede elétrica pública (COPEL);
- 8.39.2. Não será exigido comprovação técnico-profissional com quantitativos mínimos.
- 8.39.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 8.39.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- 8.40.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.40.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 8.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- 8.40.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 79.824,14 (setenta e nove mil oitocentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

10. ANÁLISE DE RISCOS.

10.1. A análise de riscos é dispensada nos termos do art. 7º, § 7º, do Decreto Municipal n.º 031/2023, e do art. 2º, § 2º, do Decreto Municipal n.º 042/2023, com base na seguinte hipótese:

() I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente



Estado do Paraná

de obra), ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

() III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

(x) IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

10.1.1. A presente contratação será precedida de elaboração de Estudo Técnico Preliminar, entretanto, a Análise de Riscos ficará dispensada, considerando que se trata de objeto de baixo valor e complexidade, consubstanciado em simples serviços de ampliação de rede de energia elétrica.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.004.04.122.0003.2006 – Gestão da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças

Elemento de despesa: 333903905

Fonte de recurso: 000 (Exercício anterior)

12. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

12.1. Quanto à participação de empresas reunidas em consórcio, o artigo 15 da Lei nº 14.133/2021 permite a vedação, desde que devidamente justificada no processo licitatório.

12.2. Sobre esse assunto, o Tribunal de Contas da União – TCU – entende que o juízo acerca da admissão ou não de empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto. Isto porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cercá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).

12.3. Compulsamos diversos julgados daquela Corte de Contas a respeito desse tema, notadamente os Acórdãos nº 22/2003 – Plenário; nº 1.094/2004 – Plenário e nº 2.295/2005 – Plenário, os quais, invariavelmente, chegam às seguintes conclusões que servem de norte para a presente contratação:

I) A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio deve ser verificada caso a caso;

II) Tratando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação;

III) A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas,

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 17



isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.

12.4. Diante de todo o exposto, optamos pela não permissão de participação de empresas reunidas em consórcio, consoante os motivos a seguir expostos:

- I) O objeto da presente contratação não envolve obra e/ou serviços de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro;
- II) Deve-se primar, no presente caso, pela ampla competitividade como forma de garantir a aquisição pretendida e a admissão de empresas em consórcio, dada a simplicidade do objeto, poderá cercear a concorrência;
- III) A vedação quanto à participação de consórcio de empresas na presente contratação não limitará a competitividade, pois o objeto consiste na aquisição de obra e/ou serviços comuns, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade;
- IV) Uma análise preliminar do mercado permite supor que as empresas do ramo conseguem executar o objeto do presente termo, sem a necessidade de formação de consórcio.

Mercedes, 19 de janeiro de 2026.

Nilma Eger

Assistente Administrativa



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE ATIVIDADES MATERIAIS ACESSÓRIAS, INSTRUMENTAIS OU COMPLEMENTARES

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada na Copel, a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (3x200A), situado na Rua Monte Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes - PR.

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei que o objeto em epígrafe constitui-se em atividade material acessória, instrumental ou complementar aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade.

Mercedes, 19 de janeiro de 2026.

EDSON

Assinado de forma digital por EDSON

KNAUL:88632350900

KNAUL:88632350900

Edson Knaul: 2026.01.19 14:05:34 -03'00'

**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

PREGÃO
ELETRÔNICO

XXV/2025

CONTRATANTE (UASG)

MUNICÍPIO DE MERCEDES - PR (UASG: 985531)

OBJETO:

Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada na Copel, a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (3x200A), situado na Rua Monte Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes - PR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

RS 79.824,14 (setenta e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia XX/XX/XXXX às XXh (horário de Brasília)

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pl-br>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item.

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3255-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 93.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 11



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

MUNICÍPIO DE MERCEDES - PR

UASG: 985531

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XX/2025

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE MERCEDES, Estado do Paraná, sediado na Rua Dr. Osvaldo Cruz, n.º 555, centro, CEP 85.998-100, na Cidade de Mercedes - PR, através do Pregão eletrônico designado pela Portaria nº 321/2025, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: XX de XXX de 20XX.

Horário: 08h30min (AMANO)

Local: Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pl-br>

Modo de disputa: ABERTO

Não se adota nenhuma das modalidades de licitação diferenciada da Lei Complementar nº 123/2006, em razão da não identificação de 03 (três) ME's e/ou EPP's do ramo, competitivos e capazes de atender ao objeto, situadas local e/ou regionalmente (Art. 49, II, da Lei Complementar nº 123/2006).

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada na Copel, a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (3x200A), situado na Rua Monte Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes - PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação é composta por 01 (um) item, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedor - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da opção ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É da responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3255-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 93.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 12

Pág.

Ass.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

Sistemas relacionados ao item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornarem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no mantimento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades empresariais microempresas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto Municipal nº 162, de 04 de dezembro de 2015, e alterações posteriores.

2.6. Não poderão dispor essa licitação:

- 2.6.1. aquele que não esteja em condições deste Edital e seus anexos;
- 2.6.2. autor do empreendimento, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens e de telecomunicações;
- 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens e de telecomunicações;
- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, em trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme item 12 do Termo de Referência.

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 177 da Constituição Federal de 1988.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3266-8000 - CEP 85959-100 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 96.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página 13



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4. será também aplicado ao licitante que não tem substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o efeito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2. e 2.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2. e 2.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que tenham como encargos do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, tais como contratações integradas e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8. estende-se a terceiro que auxilie a contratação da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observando o disposto nos itens 7.1.1. e 7.12.1. deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nos leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3266-8000 - CEP 85959-100 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 96.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página 14

Pag.

Ass.



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XX/2023

não empresa menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 4º e no inciso III do art. 4º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de vagas para pessoa com deficiência e para resiliência da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.5. O licitante organizado em cooperativa deve declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 47 e 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a inscrição do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a inscrição do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

3.7. A falsidade da declaração de que trata o item 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anterior não ter sido realizada, a fase de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

3.10. Serão disponibilizadas para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobre a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima;

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto;

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno;

3.14. Caberá ao licitante, independentemente de qualquer de licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

3.15. O licitante deverá, imediatamente ao prover o sistema, qualquer autenticação que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso das seguintes etapas:

4.1.1. valor global do item;

4.2. Havendo qualquer desconformidade entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CATSEI e a do Edital/Termo de Referência, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Edital/Termo de Referência;

4.3. Todas as especificações do objeto constarão na proposta vinculando o licitante;

4.4. Nos valores propostos estarão incluídas todas as custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro motivo;

4.6. Se o regime tributário da empresa aplicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cobrança adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

4.7. Independente do percentual de desconto inserido na planilha proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

4.7.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRE. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRE a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável, é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XX/2023

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto;

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno;

3.14. Caberá ao licitante, independentemente de qualquer de licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

3.15. O licitante deverá, imediatamente ao prover o sistema, qualquer autenticação que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso das seguintes etapas:

4.1.1. valor global do item;

4.2. Havendo qualquer desconformidade entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CATSEI e a do Edital/Termo de Referência, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Edital/Termo de Referência;

4.3. Todas as especificações do objeto constarão na proposta vinculando o licitante;

4.4. Nos valores propostos estarão incluídas todas as custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro motivo;

4.6. Se o regime tributário da empresa aplicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cobrança adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

4.7. Independente do percentual de desconto inserido na planilha proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

4.7.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRE. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRE a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável, é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85898-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 18

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85898-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 18

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85898-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 18

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85898-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 18

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85898-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 18

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85898-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 18

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85898-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 18

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85898-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 18

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85898-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 18

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85898-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 18

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85898-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 18

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85898-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 18



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

4.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições das cláusulas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas do Município de Mercedes, quando participarem de licitações públicas.

4.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.9.4. A proposta deverá indicar o e-mail do licitante, para o qual serão remetidos o ato de registro de preços (se for o caso), o instrumento contratual (se for o caso), os ordens de compra/serviço, extratos e demais comunicações relativas à fatura e eventual execução contratual, o qual será tudo por e-mail oficial, restando-se recebidas todas as comunicações remetidas para o mesmo.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: extinção de prazo para a solução das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que exercerão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

4.12. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

4.13. Os preços inicialmente contratados/registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/09/2025.

4.14. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratado, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações indexadas e concluídas após a ocorrência da atualidade.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (41) 3256-8000 - CEP 85908-100 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 06.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página 17



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inscridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão examinar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances sucessivos quanto em relação à proposta que obter a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, escolher seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inaceitável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lances ofertados nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema emitirá aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinados, findo o qual será

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (41) 3256-8000 - CEP 85908-100 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 06.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página 18

Ass
Pag

Ass



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XX/2023

automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de melhor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentando lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empurradas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição dos demais colocados.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitem anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 595 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85898-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 19



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XX/2023

5.17. No caso de desistência com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desistência do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridos vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo a comparação com os valores da primeira colunada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 162, de 01 de dezembro de 2015, e alterações posteriores.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empurradas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem inferior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitem anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (nao seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empurrados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atestado de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comforme regulamentação;

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 595 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85898-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 10



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XX/2023

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante do programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos itens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal ou órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localiza;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A proposta deverá indicar o e-mail do licitante, para o qual serão remetidos a ata de registro de preços (se for o caso), o instrumento contratual (se for o caso), as ordens de compra/serviço, empenhos e demais comunicações relativas a futura e eventual execução contratual, o qual será lido por e-mail oficial, reputando-se recebidas todas as comunicações remetidas para o mesmo.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no e-mail pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3255-8000 – CEP 85968-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 11



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XX/2023

a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidênticas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/ceis/gj>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cneps>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (<http://www.cnj.br/improbidade-administrativa/condenacoes-civis>);

6.1.5. Lista de Inidênticos e o Cadastro Integrado de Condições – por licitantes Administrativos – CADI-ON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU; e

6.1.6. Lista de Impedidos de Licitar e contratar com o Poder Público, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 6.1.2 a 6.1.5 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU: (<https://certidaoesinf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de fraude será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fomento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido das ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens Erro! Fonte de referência não encontrada., e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.7.1. [Indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas].

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3255-8000 – CEP 85968-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 12



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

6.7.2. O(s) candidato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.8.1. conter vícios insanáveis;
- 6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é índice de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.9.1.1. que o custo do licitante ultrapasse o valor da proposta; e
- 6.9.1.2. existirem taxas de oportunidade capazes de justificar o valor da oferta

6.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a integralidade ou integridade, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pelo superação de custo unitário *total* como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;

6.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3256-8000 – CEP 85898-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 13



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

de não aceitação da proposta.

6.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar a Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Especificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, atendida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global.

6.12.2. Para a contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis ao cronograma físico-financeiro e para balance excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12.3. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.12.4. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na base referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.12.5. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.12.6. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3256-8000 – CEP 85898-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 14



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

Incluído os demais licitantes.

6.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
6.18. No caso de não haver entrega da proposta ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de proposta fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será rejeitada.

6.19. Se o(s) licitante(s) apresentado(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, seguindo-se a verificação das condições de aceitação e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.20. Caso o Termo de Referência exija prova de conceito, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado pelo pregoeiro, com antecedência mínima de xxx (xxx) dias úteis da data estabelecida para sua realização, para apresentar, visando obter o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução de tecnologia da informação e comunicação, conforme disciplinado no Termo de Referência.

6.21. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a realização da prova de conceito.

6.22. A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao pregoeiro.

6.23. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.

6.24. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.

6.25. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

6.26. Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de 3 (três) dias úteis, não prorrogáveis, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicadas.

6.27. Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na Prova de Conceito (PoC), venha a apresentar falha durante o teste.
6.28. Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

6.29. Não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

6.30. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecendo à ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstos na PoC.

6.31. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

Rua Dr. Oswald Cruz, 555 – Fone (45) 3255-8000 – CEP 85958-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.375/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 15



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXV/2025

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da habilitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou do ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcios de empresas, a habilitação idêntica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio, mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

Rua Dr. Oswald Cruz, 555 – Fone (45) 3255-8000 – CEP 85958-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.375/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 16

Pag.

Ass.



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XXX/2023

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 32018, art. 4º, §1º e art. 6º, §2º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou equívocos se tornarem desatualizados. (IN nº 32018, art. 7º, caput).

7.11.1. A não observância da disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 32018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos não será condição suficiente para a habilitação em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constarem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. análise de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, abrangendo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequentemente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XXX/2023

licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequena porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto Municipal nº 162/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, a habilitação ou inabilitação de licitantes, a anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado infringir o julgamento das propostas ou o não de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acatamento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista, franqueada aos interessados no site eletrônico <https://www.gov.br/mercedes/pr-br> e/ou <http://www.mercedes.pr.gov.br/licitacoes.php> ou, ainda, presencialmente, no endereço alto no preâmbulo deste edital, em horário de expediente,



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XXX-2023

das 13:00h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h.

8.1.1. Decididos os recursos, ou em não havendo o registro dos mesmos, efetuado a adjudicação e homologação do certame e assinada a ata de registro de preços, se for o caso, será convocado o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.1.1.1. O prazo constante do subitem 8.1.1 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

8.1.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para o instrumento do termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal, com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processamento eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico (e-mail, por exemplo), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do mesmo ao sistema de processo eletrônico.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. fraudar a licitação;

9.1.6. comportar-se de modo ilícito ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

Rua Dr. Ovídio Cruz, 555 - Fone (45) 3256-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 06.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página 18



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XXX-2023

- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação praticar ato ilícito previsto no art. 3º da Lei nº 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, e no Decreto Municipal nº 046, de 24 de março de 2023, a Administração poderá, mediante a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. a implementação ou o aperfeiçoamento do programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações previstas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,

ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,

ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,

ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,

ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,

ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,

ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,

ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,

ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,

ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,

ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,

ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,

Página 19

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XV/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

descrita no item 9.1.3 – caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeito às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotor da licitação.

9.19. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliarão fatos e circunstâncias correlacionadas e utilizarão o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir.

9.21. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, sendo reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.22. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.23. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevier decisão final da autoridade competente.

9.24. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.25. As infrações relativas a fase de execução contratual, respectivas sanções e procedimento sancionador, constam da minuta do instrumento contratual, anexo deste Edital.

9.26. As informações necessárias ao desenvolvimento do procedimento para eventual aplicação de sanção por infração, seja na fase da licitação, seja na fase de execução contratual, poderão ser realizadas por qualquer meio idôneo de comunicação, como correspondência com aviso de recebimento, contato telefônico, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp, mensagem por meio de redes sociais, e-mail indicando pelo contratado, e etc.

9.27. A intimação por correspondência será comprovada mediante a juntada do aviso de recebimento aos autos e, as demais, mediante a juntada do respectivo comprovante e/ou certidão expedida por servidor público.

9.28. A intimação efetuada por e-mail, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp e mensagem por meio de redes sociais, será considerada efetuada/recebida no prazo de 1 (um) dia útil, a contar de seu envio, caso o destinatário não confirme o recebimento antes.

9.29. É responsabilidade do licitante/contratado manter atualizados os endereços e contatos informados, considerando-se recebidas as comunicações encaminhadas para os mesmos no caso de eventual alteração não comunicada.

9.30. A participação nos certames promovidos pelo Município de Mercedes, bem como, nas contratações diretas, implica ciência e concordância com a realização das comunicações na forma dos subitem anteriores.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3258-8000 – CEP 85988-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 55.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página | 21



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado no último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br. A manifestação poderá, ainda, ser dirigida ao protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acobrida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada na data da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinares da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. São se incluem e versam os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O descumprimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (se adotado o meio) e endereço eletrônico <https://www.mercedes.pr.gov.br>.

11.10.1. Por força do Decreto Municipal nº 175/2023, o Município de Mercedes optou por não adotar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de sorte que todas as

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3258-8000 – CEP 85988-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 55.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página | 22



Município de Mercedes
Estado do Paraná



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2023
Processo Licitatório nº XXX/2023

publicações que deverão ser efetuadas no aludido meio deverão ser realizadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mercedes, admissível a divulgação na forma de extrato, conforme preceito do art. 176, parágrafo único, I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e o art. 2º do referido Decreto Municipal nº 175/2023.

- 11.11. Integrar este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 11.11.2. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar;
 - 11.11.3. ANEXO III - Documento de Formalização de Demanda;
 - 11.11.4. ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato;
 - 11.11.5. ANEXO V - Projeto (arquivo digital).

Município de Mercedes - PR, XX de XXXXXXXX de 2023.

Lacton Weber
PREFEITO

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2023
Processo Licitatório nº XXX/2023

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - LICITAÇÃO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
(Processo Administrativo nº _____)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada na Cotel, a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (3x200A), situado na Rua Monte Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes - PR, conforme norma técnica Cotel, nos termos da tabela abaixo, conforme anexos e exigências estabelecidas nesse instrumento.

Item	Especificação	Catser	Unid.	Quant.	RS Unit.	RS Total
1	Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada na Cotel, a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (3x200A), situado na Rua Monte Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes - PR.	21087	Serviço	01	79.824,14	79.824,14

- 1.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do item CATMAT/CATSER e o do Termo de Referência e peças técnicas, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência e peças técnicas.

- 1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se preconizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. Fica dispensado o plano de contratações anual para os exercícios de 2024 e 2025, conforme decreto municipal 215/2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se memorializada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa vencedora do certame deverá cumprir seu cadastro (CRC – CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL) na COPEL conforme o manual de “conexão redes elétricas de distribuição por parte da COPEL”, disponível no site www.copel.com.br.

4.2. A empreiteira responsável pela execução deverá fornecer mão de obra e equipamentos necessários para a completa execução dos serviços os quais serão fiscalizados pelo Município de Mercedes.

4.3. Os serviços não aprovados, ou que se apresentem defeituosos em sua extensão, deverão ser reconhecidos por escrito da contratada.

4.4. São de responsabilidade da empreiteira:

a) Corrigir qualquer defeito na execução dos serviços, objeto do contrato, sem ônus para o município, bem como toda responsabilidade integral pelos danos a este e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia ou omissão;

b) Todas as instalações previstas na obra;

c) Todas as sinalizações de trânsito necessárias para garantir a execução do objeto com total segurança;

d) Conservação das ruas, avenidas, rodovias, gramados, arborizações e plantas ornamentais nos locais que serão executados os serviços;

e) Locais para guarda de materiais e equipamentos, alojamento e refeitório para operários se for o caso;

f) O uso dos equipamentos de segurança pelos operários, conforme as normas regulamentadoras vigentes no país;

g) ART de execução conforme o objeto do contrato;

h) Todas as taxas relativas à obra junto aos órgãos municipais, estaduais e federais;

i) Transportar e armazenar todos os materiais existentes que forem removidos da obra para o local indicado pela fiscalização do Município de Mercedes;

4.5. O responsável técnico da empreiteira deverá acompanhar constantemente os serviços e responder pelos custos técnicos que forem necessários. O fato da existência da fiscalização não diminuirá em nada a responsabilidade integral, técnica e exclusiva da contratada.

4.6. Não serão permitidas quaisquer alterações no projeto sem a análise e aprovação expressa por parte do proprietário, caso contrário, fica totalmente excluída a responsabilidade técnica do mesmo.

4.7. A empreiteira deverá realizar a limpeza da obra nos finais de todos os dias. Caso haja material de descarte ou entulho, deverão ser transportados para locais ambientalmente legalizados por conta e risco da contratada. Fica proibida a realização de queimadas de entulhos ou qualquer outro tipo de objeto no local da obra. No final da execução dos serviços, os locais da obra deverão estar isentos de entulhos e restos de materiais.

4.8. Todas as informações e demais descritivos estão em anexo (Memorial descritivo, orçamento, projetos e outros).

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85958-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 96.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 25



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

Subcontratação

4.9. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.10. Será exigida a garantia da contratação de que trata os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.11. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.12. A garantia, nas modalidades caução, fiança bancária e título de capitalização custeado por pagamento único, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.13. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.14. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurada ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhando por servidor designado para esse fim, do setor de Engenharia, de segunda à sexta-feira, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, no dia útil antes da data de realização do processo licitatório. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.15. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identificação civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.16. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.17. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquivamentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 01 (um) dia após a emissão da ordem de serviço.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho. Confirme cronograma.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços. A Contratada terá o prazo de 01 (um) mês para execução do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Monte Castela (Rua Coberio), Mercedes/PR.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85958-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 96.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 26

Pág.

Ass.



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XX/2023

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário. Os horários serão programados pela Contratada, para cumprir o cronograma estabelecido.

5.4. Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.5.1. É de responsabilidade da Contratada a conferência do quantitativo e bens do orçamento, ante a lista de todos os materiais necessários. A obra deverá ser executada na íntegra, conforme informações no orçamento, projeto e memorial descritivo.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. O cronograma, projeto e memorial descritivo são complementares entre si, de forma que as informações omitidas neles devem ser consideradas e executadas;

5.6.2. É de responsabilidade da Contratada a conferência do quantitativo e bens do orçamento, a obra deverá ser executada na íntegra, conforme informações no orçamento, projeto e memorial descritivo.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.9. Para a entrega e recebimento, deverão ser retirados da área dos serviços todos os entulhos e sobras de materiais. No ato da entrega, a limpeza deverá ser total, não serão admitidos quaisquer tipos de detritos, sujeira e materiais resquícios dos serviços.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anoteadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.379/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 27



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XX/2023

convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Proposta

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período estabelecido no cronograma físico financeiro dos serviços.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscal do Contrato

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 632, de 24 de março de 2023, art. 12 e seguintes).

6.11. O fiscal do contrato manterá no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das falhas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.12. Identificada qualquer irregularidade ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal do contrato auxiliará o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

6.13.1. esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

6.13.2. expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços ou fornecimento;

6.13.3. fornecer, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

6.13.4. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

6.13.5. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

6.13.6. proceder as averbações dos serviços executados pela contratada;

6.13.7. determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.379/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 28



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

legitim, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

6.13.8. exigir a boa execução dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança no trabalho;

6.13.9. Admitir a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratação, inclusive empregados de eventual subcontratada, ou as partes subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

6.13.10. aceitar designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

6.13.11. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

6.13.12. verificar a correta aplicação dos materiais;

6.13.13. requerer das empresas licitantes, exames e emissão quando necessários, no sentido de comprovação de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

6.13.14. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

6.13.15. propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para aquisição de responsabilidade;

6.13.16. no caso de obras e serviços de engenharia:

(a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônicos e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutivos;

(b) visitar o diário de obras, certificando-se de seu devido preenchimento;

(c) verificar a correta construção do universo de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

6.13.17. outras atividades compatíveis com a função.

6.14. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

6.14.1. os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

6.14.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

6.14.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

6.14.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

6.14.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

6.14.6. a satisfação do público usuário.

6.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e sancionatórias, se for o caso.

Rua Dr. Ovídio Cruz, 555 – Fone (45) 3255-8000 – CEP 85908-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 93.715.375/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 23



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.17. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato é o gerente funcional, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 11):

6.18.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

6.18.2. Analisar os pedidos de recebimento econômico-financeiro do contratado;

6.18.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

6.18.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

6.18.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, em especial constituir relatório final, de que trata o item "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;

6.18.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega da obra ou a realização de serviços;

6.18.7. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, quando cabível, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

6.18.8. Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo gestor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;

6.18.9. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

6.18.10. Outras atividades compatíveis com a função.

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as informações relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do se dará conforme o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratuais; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Rua Dr. Ovídio Cruz, 555 – Fone (45) 3255-8000 – CEP 85908-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 93.715.375/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 30



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXV/2025

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. O pagamento será efetuado de acordo com o cronograma e após a autorização do Gestor do Contrato.

Do recebimento

7.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.3.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.3.2. O contratado também apresentará, em cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.3. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá examinar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá ressaltar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.4.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo a fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 e/ou art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3255-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-29

www.mercedes.pr.gov.br
Página 13



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXV/2025

7.4.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à emissão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das irregularidades na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente atestação mediante termo detalhado, observando os seguintes procedimentos:

7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e atestados, e a eventuais penalidades aplicadas.

7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impliquem a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

7.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa de execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3255-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-29

www.mercedes.pr.gov.br
Página 12



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2023
Processo Licitatório nº XXV/2023

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reinterando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem prejuízo para o contratado.

7.13. Sem prejuízo das sanções administrativas que caberem, o contratante deverá ser notificado, em 01 (uma) via, no precatório geral na sede do licitante e deverá ser apresentada, em forma de apresentação, de acordo com o padrão estabelecido, a forma de apresentação:

a) Nota Fiscal/Fatura, com discriminação resumida dos serviços executados, número da licitação, número do contrato, discriminação dos impostos e encargos que serão recolhidos pelo Município e incidentes sobre o objeto contratado, e outros dados que julgar necessários, não apresentando rasura ou emendas e ser autenticada pelo Responsável Técnico;

b) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social - GPS (dois) meses) de execução por obra(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o relatório do SEMPREG/PR com as folhas detalhadas e resumidas da obra contratada, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, do(s) último(s) recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo da obra contratada;

c) deverão ser apresentados os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS da obra contratada, devidos em todos os meses, contados entre a data de assinatura do contrato e o primeiro pagamento e entre um pagamento e outro, e não apenas o comprovante do último recolhimento realizado;

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

e) cópia da folha de pagamento dos empregados da obra contratada;

f) Planilha de Medição - Elaborada nos padrões do CONTRATANTE, de acordo com cronograma físico-financeiro, relativo à parcela finalizada, de forma que as atividades e os valores futuros, correspondam às atividades e aos respectivos índices percentuais discriminados e informados pela fiscalização da obra, que acompanhará o processo da nota fiscal/fatura.

Rua Dr. Ovídio Cruz, 555 - Fone (41) 3256-8000 - CEP 85068-100 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2023
Processo Licitatório nº XXV/2023

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas incluídas no INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da autoridade.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratado deverá continuar nos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento não efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratado deverá adotar as medidas necessárias à regularização central nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratação a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.20. A liberação da última parcela fica condicionada à apresentação de:

7.20.1. comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

7.20.2. Termo de Recebimento Provisório;

7.20.3. Certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído (em caso de obra civil a CND deverá conter a metragem da obra conforme projeto/área de reforma/área de acréscimo/área nova);

7.20.4. quando necessário, do AS BUILT da obra.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior. Em todo caso, o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do termo da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidos os juros e juros de débitos, conforme prevê o art. 10 do Decreto Municipal nº 041, de 24 de março de 2023.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

Rua Dr. Ovídio Cruz, 555 - Fone (41) 3256-8000 - CEP 85068-100 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes Estado do Paraná



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, TED, DOC ou transferência bancária (a critério do Município) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. O contratado deverá informar ao Município de Mercedes eventual alteração dos dados bancários informados.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária, TED, DOC ou transferência bancária para pagamento.

7.25. A última parcela, e respectivo pagamento, deverá corresponder, no mínimo, à 10% (dez por cento) do valor total do contrato, para tanto a penúltima medição deverá ser realizada de maneira a reservar o percentual mínimo para a última medição.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1. Independentemente do percentual de retenção inserido na planilha, quando houver, serão abatidos, em fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.27.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou futuras a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser destacado nas notas ou futuras como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostos na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou futuras.

Cessão de crédito

7.28. É admitida a cessão de créditos creditícios, conforme as regras deste presente Edital.

7.28.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.29. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.30. Sem prejuízo do regular cumprimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 17 da Lei

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.718.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 139

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XXX/2023

nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JLI-01, de 18 de maio de 2020.

7.31. O crédito a ser pago a cessionária é eventalmente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restituindo absolutamente incólumes todas as deficiências e excessos no pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes em direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o descumprimento de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será execução indireta.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. Ressaltado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para o contrato.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários todos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, § 3º, da Lei nº 14.133/2021).

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. Pessoa física: cota de idoneidade (RGF) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.7. Microempresendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempresendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.718.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 138



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Administrativo nº XXX/2025

constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa (RFB/AN) nº 07, de 18 de março de 2020;

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência na sociedade simples ou empresária, respectivamente, no **Registro Civil das Pessoas Jurídicas** no **Registro Público de Empresas Mercantis** onde, com a exceção no Registro onde tem sede a matriz;

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrita no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.14. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas**

Físicas, conforme o caso;

8.15. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procurador-Geral da Fazenda Nacional;**

8.16. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

8.17. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;**

8.18. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertencente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;**

8.19. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou cuncorre;**

8.20. **Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;**

8.21. **O fornecedor enquadrado como microempresário individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.**

Rua Dr. Ovídio Cruz, 555 – Fone (41) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.718.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 37



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Administrativo nº XXX/2025

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. **certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 4º, inciso II, alínea “c”, do Decreto Municipal nº 160, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. **certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, inciso II;

8.24. **Balancete patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:**

8.25. **índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);**

8.26. **As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir as demonstrações contábeis pelo balanço de abertura;**

8.27. **Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;**

8.28. **Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;**

8.29. **Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ao (igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado do contrato;**

8.30. **As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir as demonstrações contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);**

8.31. **O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, que deverá conter cálculos realizadas através das seguintes fórmulas:**

LG= Índice de liquidez geral (indicador da capacidade de solvência a longo prazo)

LG=
$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

LC=
$$\frac{\text{Índice de liquidez corrente (indicador da capacidade de solvência a curto prazo, utilizando valores disponíveis e convertíveis a curto prazo)}}{\text{Índice de liquidez corrente (indicador da capacidade de solvência a curto prazo, utilizando valores disponíveis e convertíveis a curto prazo)}}$$

LC=
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

SG= Solvência Geral

SG=
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

SG= Solvência Geral

Rua Dr. Ovídio Cruz, 555 – Fone (41) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.718.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 38

Pag. 38

Ass. [Assinatura]



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XXX/2023

Ativo Total

SG=

Passivo Circulante - Passivo Não Circulante

8.32. Nos termos do § 4º, do art. 176, da Lei nº 6.404/76, dos itens 3.17 e 8.1 da NBC TG 1000, aprovada pela Resolução CFC nº 1.245/09, e do item 26 da ITG 1000, aprovada pela Resolução CFC nº 1.418/12, a elaboração das Notas Explicativas é obrigatória, nos casos em que se verifica a incidência das citadas normas.

Qualificação Técnica

8.33. Baseado no fato de que o licitante omite o conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.33.1. A declaração acima poderá ser autenticada por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.34. A empresa vencedora do certame deverá comprovar seu cadastro (CRC - CERTIFICADO)

8.35. DE REGISTRO CADASTRAL) na COPEL, conforme o manual de "construção redes elétricas de distribuição por subestação", disponível no site [HTTP://WWW.COPEL.COM.BR](http://www.copel.com.br).

8.36. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura - CREA, em plena validade.

8.37. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.38. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ao superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certificações ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitição(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.39. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.39.1. Ampliação de rede elétrica pública (COPEL);

8.39.2. Não será exigida comprovação técnico-profissional com quantidades mínimas;

8.39.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.39.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratação e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.40.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executaram o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 559 - Fone (45) 3258-8000 - CEP 85908-100 - Mercedes - PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 25



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XXX/2023

o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º e 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
8.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - (DRECI), para cada um dos cooperados indicados;

8.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.40.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.40.5. A comprovação de integração das respectivas quantias-piões por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelas cooperativas, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) resumo régimen de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleia geral ou nas reuniões setoriais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.40.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 79.824,14 (setenta e nove mil e oitocentos e vinte e quatro reais e quarente e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

10. ANÁLISE DE RISCOS.

10.1. A análise de riscos é dispensada nos termos do art. 7º, § 7º, do Decreto Municipal nº 031/2023, e do art. 2º, § 2º, do Decreto Municipal nº 042/2023, com base na seguinte hipótese:

() I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (declaração de desistência ou fracasso), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 73 e do § 2º do art. 90 (remuneração de obra), ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

() III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afiançar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

(X) IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

10.1.1. A presente contratação será precedida de elaboração de Estudo Técnico Preliminar, entretanto, a Análise de Riscos ficará dispensada, considerando que se trata de objeto de baixo valor e complexidade, consubstanciado em simples serviços de ampliação de rede de energia elétrica.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 559 - Fone (45) 3258-8000 - CEP 85908-100 - Mercedes - PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 40

Ass.

Ass.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 00/2023
Processo Licitatório nº 00/2023

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.004.04.122.0003.2006 - Gestão da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças
Elemento de despesa: 333903905
Fonte de recursos: 000 (Exercício anterior)

12. DAVEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

- 12.1. Quanto à participação de empresas reunidas em consórcio, o artigo 15, da Lei nº 14.133/2021, permite a vedação, desde que devidamente justificada no processo licitatório.
- 12.2. Sobre esse assunto, o Tribunal de Contas da União - TCU - entende que o julgamento da admissão ou não de empresas envolvidas na licitação dependerá de cada caso concreto. Isso porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a existência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a fortalecimento da associação de empresas que, caso contrário, encontrariam entre si.
- 12.3. Compulsando diversos julgados da Segunda Turma do TCU, a respeito desse tema, notadamente os Acórdãos nº 22/2003 - Plenário e nº 1.044/2004 - Plenário e nº 2.295/2005 - Plenário, os quais, invariavelmente, chegam às seguintes conclusões que servem de norte para a presente contratação:

- A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio deve ser verificada caso a caso;
- Tritundando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação;
- A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para a consecução do objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não tenham capacidade técnica de executá-lo, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.

12.4. Diante de todo o exposto, optamos pela não permissão de participação de empresas reunidas em consórcio, conforme os motivos a seguir expostos:

- O objeto da presente contratação não envolve obra ou serviço de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro;
- Deve-se primar, no presente caso, pela ampla competitividade como forma de garantir a aquisição pretendida e a admissão de empresas em consórcio, dada a simplicidade do objeto, podem ocorrer a concorrência;
- A vedação quanto à participação de consórcio de empresas na presente contratação

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (41) 3246-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 00/2023
Processo Licitatório nº 00/2023

na limitará a competitividade, pois o objeto consiste na aquisição de obra e/ou serviços comuns, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade.

IV) Uma análise preliminar do mercado permite supor que as empresas do ramo conseguiriam executar o objeto da presente licitação, sem a necessidade de formação de consórcio.

Mercedes, 12 de dezembro de 2023.

Nílina Eger
Assistente Administrativa

Pag-
333

Ass

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (41) 3246-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

ANEXO II ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada na Copel, a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (3x200A), situado na Rua Moete Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes – PR.

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do Processo Administrativo: XX/2025

Área Requisitante: Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças.

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Estado Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Neste sentido, o presente documento contempla estudos para a contratação de solução que atenderá a necessidade especificada no documento de formalização da demanda anexo, e tem por finalidade estudá-la detalhadamente e identificar a melhor solução existente no mercado para supri-la, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Descreva a sua necessidade:

A contratação de uma empresa especializada para a execução dos serviços de ampliação e reforço da rede de energia elétrica nas instalações da Rua Coberta, no Município de Mercedes, é imprescindível para atender às necessidades estruturais e operacionais do novo espaço que está sendo desenvolvido.

O município de Mercedes está em processo de construção da Rua Coberta, um projeto estratégico que visa promover a realização de eventos e abrigar a feira do produtor, atividades de grande importância para a economia local, e para o fomento do turismo na região. A Rua Coberta será um ponto de encontro e interação para moradores e visitantes, e, portanto, sua infraestrutura deve ser adequada para garantir o funcionamento pleno de todas as atividades programadas.

A ampliação e o reforço da rede elétrica se tornam essenciais, pois a demanda por energia da área aumentará consideravelmente com a realização de eventos e a instalação de estandes e equipamentos para a feira do produtor. A infraestrutura elétrica existente não possui a capacidade



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

suficiente para garantir um fornecimento de energia seguro, contínuo e eficiente, o que pode comprometer o sucesso dessas iniciativas.

Além disso, é necessário garantir que o sistema elétrico da Rua Coberta seja dimensionado de forma adequada para futuras ampliações e para a utilização de novos equipamentos de alto consumo energético, como sistemas de iluminação, sonorização, pontos de comercialização e apoio à infraestrutura de eventos.

A contratação de uma empresa especializada é fundamental para assegurar que os serviços sejam realizados de acordo com as normas técnicas e de segurança, com a qualidade necessária para a operação eficiente do local e para a segurança dos usuários. O trabalho deve ser executado de forma a não comprometer o cronograma da obra e a garantir a funcionalidade do espaço de maneira eficiente e sustentável.

Portanto, a execução desses serviços não apenas atende às necessidades imediatas da Rua Coberta, mas também contribui para o desenvolvimento e a modernização da infraestrutura urbana de Mercedes, possibilitando o sucesso das atividades culturais, econômicas e sociais planejadas para o local.

2. ALINHAMENTO COM PCA

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Fica dispensado o plano de contratações anual para os exercícios de 2024 e 2025, conforme decreto municipal 21.52/2024.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Descreva os requisitos da contratação:

- A empresa vencedora do certame deverá comprovar seu cadastro (CRC – CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL) na COPEL conforme o manual de "construção redes elétricas de distribuição por particular", disponível no site [HTTP://WWW.COPEL.COM](http://www.copel.com)
- A empreiteira responsável pela execução deverá fornecer mão de obra e equipamentos necessários para a completa execução dos serviços os quais serão fiscalizados pelo Município de Mercedes.
- Os serviços são aprovados, no que se apresentarem defeituosos em sua extensão, deverão ser reconstruídos por conta da contratada.
- São de responsabilidade da empreiteira

Pag. 336

Ass. [Assinatura]



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XV/2023
Processo Licitatório nº XXX/2023

- a) Corrigir qualquer defeito na execução dos serviços, objeto do contrato, sem ônus para o município, bem como ter a responsabilidade integral pelos danos a este e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia ou omissão;
- b) Todas as instalações provisórias da obra;
- c) Todas as realizações de trabalho necessárias para garantir a execução do objeto com total segurança;
- d) Conservação das ruas, avenidas, rodovias, gramados, arborizações e plantas ornamentais nos locais que serão executados os serviços;
- e) Locais para guarda de materiais e equipamentos, alojamento e refeitório para operadores se for o caso;
- f) O uso dos equipamentos de segurança pelos operadores, conforme as normas regulamentadoras vigentes no país;
- g) ART da execução conforme o objeto do contrato;
- h) Todas as taxas relativas à obra junto aos órgãos municipais, estaduais e federais;
- i) Transportar e armazenar todos os materiais existentes que forem removidos da obra para o local indicado pela fiscalização do Município de Mercedes;
- O responsável técnico da empreiteira deverá acompanhar constantemente os serviços e responder pelos cronogramas técnicos que forem necessários. O fato da existência da fiscalização não diminuir em modo a responsabilidade integral, técnica e exclusiva da contratada;
- Não serão permitidas quaisquer alterações no projeto sem a anuência e aprovação expressa por parte do projetista, caso contrário, fica totalmente extinta a responsabilidade técnica do mesmo;
- A empreiteira deverá realizar a limpeza da obra aos finais de todos os dias. Caso haja material de descarte ou entulho, deverão ser transportados para locais ambientalmente legalizados por conta e risco da contratada. Fica proibida a realização de queimadas de entulhos ou qualquer outro tipo de objeto no local da obra. No final da execução dos serviços, os locais da obra deverão estar isentos de entulhos e restos de materiais.

4. - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS

Fundamentação: Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que consistem em interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala, (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Indique os quantitativos:

	Descrição	Unid	Quant
1	Serviços de ampliação de rede de mídia tensão em 122 metros, baixa tensão em 130 metros, com instalação de transformador para atender nova ligação de 3x200VA.	Unid	01

Classificação dos bens/serviços:

(x) Comuns.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 86996-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.718.370/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 145



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XV/2023
Processo Licitatório nº XXX/2023

() Continuada,
(x) Não continuada,

Justificativa: Tiram-se de bens/serviços comuns uma vez que cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. O fornecimento pretendido não é considerado continuado, uma vez que não se presta a manutenção da atividade administrativa, não decorrendo de necessidades permanentes ou prolongadas.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado que consistiu na análise dos sites, pesquisas, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Identificação das soluções

Id	Descrição da solução (ou cenários)
1	Contratação de empresa especializada para serviços de ampliação e reforço de rede de energia elétrica, nas instalações da Rua Coberla, no Município de Mercedes.

Registro de soluções consideradas inviáveis

Não há solução considerada inviável, pois a única solução possível é a contratação de empresa especializada para serviços de ampliação e reforço de rede de energia elétrica, nas instalações da Rua Coberla, no Município de Mercedes.

Análise comparativa de custos das soluções viáveis

Considerando que a contratação se trata de prestação de serviços de Engenharia, a qual o mercado para administração pública não dispõe de muitas alternativas, diferenciam apenas os regimes de contratação, e que as metodologias de contratações adotada por esta instituição também são as mesmas adotada por outros órgãos e entidades.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação caso (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Estimativa do valor da contratação

Valor estimado da solução escolhida: R\$ 79.824,14 (setenta e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos).

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 86996-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.718.370/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 146

Pag.
385

Ass.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XXX/2023

Parâmetros utilizados: Considerando a necessidade de estimar o valor para contratação de serviço específico, cuja demanda é exclusiva para o município de Mercedes/PR, optou-se pela realização de pesquisa de preços diretamente com fornecedores que atuam na prestação desse serviço, pois o serviço em questão atende a uma realidade particular do município, não sendo amplamente ofertado em outras localidades ou por fornecedores com contratos similares disponíveis em bases públicas de dados.

Metodologia utilizada: Estimativa obtida a partir da média dos preços apresentados.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição de solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Deveria a solução ser um todo:

Após a finalização do estudo exploratório das soluções, concluiu-se pela realização de Pregão Eletrônico para a contratação de empresa especializada para serviços de instalação e reforço de rede de energia elétrica nas instalações da Rua Coimbra, no Município de Mercedes.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, se aplicável. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Justificativa do parcelamento:

Não se aplica.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Deveria os resultados esperados: Pretende-se contratar os serviços de acordo com o descritivo do Edital, no menor preço, com a qualidade e especificações garantidas, visando atender às necessidades da Administração de Mercedes, de forma eficaz e econômica.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Deveria as providências prévias:

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3255-8000 – CEP 85958-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 147



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XXX/2023

Não se aplica.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Indique as contratações correlatas/interdependentes:

Não haverá contratação correlatas.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluindo requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desmontagem e reciclagem de bens e resíduos, quando aplicável. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Deveria impactos e medidas:

Entendendo o conceito de "Impacto Ambiental" como alterações no meio ambiente em consequência de atividades humanas (negativas ou positivas, permanentes ou temporárias) dentro do espaço geográfico, e após análise dessa administração, não se verificaram impactos ambientais advindos desta contratação.

13. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamentação: Nos termos do art. 40, II, da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas deverão ser processadas por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente. As hipóteses de utilização do registro de preços constam dos incisos do art. 64 do Decreto Municipal nº 034, de 2023.

() Deverá ser adotado o sistema de registro de preços.

(x) Não deverá ser adotado o sistema de registro de preços conforme justificativa.

Deveria a justificativa para não adoção do sistema de registro de preços:

A demanda já está previamente definida, conforme necessidade levantada e os serviços serão executados integralmente, em uma única remessa.

14. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Posicionamento conclusivo:

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3255-8000 – CEP 85958-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 148

Pag. 136

Ass.



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

Os estudos preliminares indicam que a contratação da solução é viável tecnicamente e demonstra ser fundamental na necessidade. Com base nisso, declara-se a viabilidade da contratação proposta.

Classificação: Por fim, considerando as informações levantadas, os responsáveis pela elaboração entendem que o ETP e o orçamento estimado da contratação devem ser classificados entre não sigiloso, nos termos da Lei nº 12.527/2011 e da Lei nº 14.133/2021.

Município de Mercedes, 20 de outubro de 2025.

Edson Knäuf
Secretário de Planejamento, Administração e Finanças



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

ANEXO III

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: Município de Mercedes
Sector requisitante (Unidade/Setor/Departamento): Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças.
Responsável pela Elaboração do Documento: Nilma Eger
E-mail: compras@mercedes.pr.gov.br Telefone: 45.3256.8008
<p>1. Objeto (o que - descrição sucinta): Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica, visando a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (2x200A), situado na Rua Monte Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes - PR.</p> <p>2. Justificativa da necessidade da contratação (descrever a situação de fato que motiva a contratação, por que o objeto é necessário e como ele vai atender a demanda existente)</p> <p>A contratação de uma empresa especializada para a execução dos serviços de ampliação e reforço da rede de energia elétrica nas instalações da Rua Coberta, no Município de Mercedes, é imprescindível para atender às necessidades estruturais e operacionais do novo espaço que está sendo desenvolvido.</p> <p>O município de Mercedes está em processo de construção da Rua Coberta, um projeto estratégico que visa promover a realização de eventos e abrigar a feira do produtor, atividades de grande importância para a economia local e para o fomento do turismo na região. A Rua Coberta será um ponto de encontro e interação para moradores e visitantes, e, portanto, sua infraestrutura deve ser adequada para garantir o funcionamento pleno de todas as atividades programadas.</p> <p>A ampliação e o reforço da rede elétrica são tornam essenciais, pois a demanda por energia da área aumentará consideravelmente com a realização de eventos e a instalação de stands e equipamentos para a feira do produtor. A infraestrutura elétrica existente não possui a capacidade suficiente para garantir um fornecimento de energia seguro, contínuo e eficiente, o que pode comprometer o sucesso dessas iniciativas.</p> <p>Além disso, é necessário garantir que o sistema elétrico da Rua Coberta seja dimensionado de forma adequada para futuras ampliações e para a utilização de novos equipamentos de alto consumo energético, como sistemas de iluminação, sonorização, pontos de comercialização e apoio à infraestrutura de eventos.</p> <p>A contratação de uma empresa especializada é fundamental para assegurar que os serviços sejam realizados de acordo com as normas técnicas e de segurança, com a qualidade necessária para a operação eficiente do local e para a segurança dos usuários. O trabalho deve ser executado de forma</p>



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XX/2023

a não comprometer o cronograma da obra e a garantir a funcionalidade do espaço de maneira eficiente e sustentável.
Porrão a execução desses serviços não apenas atende às necessidades imediatas da Rua Coberta, mas também contribui para o desenvolvimento e a modernização da infraestrutura urbana de Mercedes, possibilitando o sucesso das atividades culturais, econômicas e sociais planejadas para o local.

3. Tipo de Item, de acordo com os Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços*, unidade de fornecimento, quantidade a ser contratada, e valores unitários e totais:

Especificações Técnicas e Valor de Mercado:					
AMPLIAÇÃO E REFORÇO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA					
Item	Descrição/Especificação	Unid.	Quant.	RS Unif.	RS Total
01	Serviço de ampliação de rede de média tensão em 122 metros, baixa tensão em 130 metros, com instalação de transformador para atender nova ligação de 3x200A.	Unid.	01	79.824,14	79.824,14

*Nos termos do inciso II do art. 35 do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023, utiliza-se o catálogo eletrônico do Governo Federal (CATMAT em CATSER), haja vista a inexistência de catálogo próprio.

Justificativa do quantitativo previsto (como se definiu o mesmo): O supracitado quantitativo foi estabelecido com base na demanda real da rede elétrica a ser alterada, de acordo com a necessidade.

4. Estimativa preliminar do valor total da contratação (se para elaboração do PCA, indicar o valor correspondente ao exercício financeiro do Plano):
R\$ 79.824,14 (setenta e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos).

5. Previsão da data desejada para a contratação: 30/11/2023.

6. Grau de prioridade da compra ou contratação:

() Baixa () Média () Alta (x) Muito Alta

7. Há vinculação ou dependência com a contratação de outro DFD para sua execução, visando a determinar a sequência em que as respectivas contratações serão realizadas:

() SIM - Qual:
(x) NÃO



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XX/2023

8. Classificação orçamentária da despesa, indicando a ação, até nível de elemento e desdobramentos:

02.004.01.122.0003.2006 – Gestão da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças
Elemento de despesa: 333903905
Fonte de recurso: 000 (Exercício anterior)

9. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar e da Análise de Riscos é opcional (§ 7º) do art. 7º do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023:

(x) SIM () NÃO

Justificativa (especificar porque é opcional, se for o caso): A presente contratação será precedida de elaboração de Estudo Técnico Preliminar, entretanto, a Análise de Riscos ficará dispensada, considerando que se trata de objeto de baixo valor e complexidade, constando em simples serviços de ampliação de rede de energia elétrica.

Mercedes-PR, 20 de outubro de 2023.

Assinatura do Responsável pela Formalização da Demanda

Ciente e de acordo:

Secretário da Pasta Interessada (nome): Edson Knud

§ 7º A elaboração do ETP e a análise de riscos será opcional nos seguintes casos:
I - em hipótese dos incisos I (valor), II (valor), III (exceção de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (emergências do país), artigos da Lei nº 14.153, de 1º de abril de 2021;
II - qualquer alteração contratual realizada por meio de termo aditivo ou acréscimo, inclusive acréscimo quantitativo e prorrogação contratual relativa a objetos de prestação de natureza contínua;
III - contratação direta, por dispensa ou inexistência de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder obter a possibilidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, a que deverá ser devidamente justificada no documento de formalização da demanda;
IV - realização justificativa, por meio de análise contratual de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 55.719.373/0001-23

Pag. 18

Ass. [Assinatura]



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XX/2023



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XX/2023

Assinatura: _____

ANEXO IV
MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE MERCEDES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2023,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
MERCEDES E A EMPRESA

O MUNICÍPIO DE MERCEDES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dr. Osvaldo Cruz, nº 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Luciano Weber, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXX/XXXX-XX, sediada na Rua AV. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, bairro XXX, CEP XXXXX-XXX, na cidade de XXXXXXXX, Estado do XXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por XXXX XXXX XXXXXX, representante legal, conforme atos constituintes da empresa ou procuração apresentadas(a) nos autos, lido em vista o que consta no Processo nº XXX/2023 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº xxx/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada na Ciepel, a fim de executar refilho de rede para atender aumento de carga (3x/200A), situado na Rua Manoel Castelo (Rua Celso) no Município de Mercedes - PR, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição/Especificação	Caber	Unid	Quant.	RS Unid.	RS Total
01	Serviços de ampliação de rede de média tensão em 122 metros, baixa tensão em 130 metros, com instalação de transformador para atender nova ligação de 3x/200A.	21687	Unid	01		

1.3. Vitalicum esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. O cronograma físico-financeiro do objeto;

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3256-4009 – CEP 85608-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 000/2023
Processo Licitatório nº 000/2023

- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.
2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**
- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUALS (ART. 92, IV, VI e XVII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de entrega, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 3.2. Para a emissão de Ordem de Serviço, será exigido do CONTRATADO a Anulação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CRECAU, referente à execução da obra, além da apresentação de Alvará de Construção e da inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras - CNO, no prazo de até 10 (dez) dias a contar da assinatura do instrumento contratual.
- 3.3. É condição, ainda, para emissão da Ordem de Serviço, a participação do CONTRATADO em reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço/obra, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços/obra contratados.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ 859.988,100 (oitocentos e cinquenta e nove mil e novecentos e oitenta e oito reais e dez centavos).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.
- 5.4. Do valor total do contrato 65% (sessenta e cinco por cento) correspondem à materiais, e 35% (trinta e cinco por cento) à mão de obra.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (ART. 92, VI e VII)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3255-8000 – CEP 85988-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.718.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página: 50



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 000/2023
Processo Licitatório nº 000/2023

definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (ART. 92, X)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (03/09/2023).
- 7.2. Após o término de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-EURIC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o reajuste mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação dos índices (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente (do logo segim) divulgada(s) o(s) índice(s) definitivos(s).

Fica o Contratado obrigado a apresentar anualmente o cálculo referente ao reajustamento de preços do valor contratual, sempre que esse ocorrer.

7.4.1. Nos reajustes finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste serão (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivos(s).

- 7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados o(s) índice(s) que vierem a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, faltas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços/obra, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3255-8000 – CEP 85988-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.718.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página: 50

Pag. 50

Ass. [Assinatura]



Município de Mercedes Estado do Paraná



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XXX/2023

prazo, forma e condições estabelecidas no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.10. Constituir o órgão de representação judicial do Município de Mercedes para solução das

meidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à

execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes,

manifestamente improcedentes ou de qualquer interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do

requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de ressarcimento do equilíbrio econômico-financeiro

feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo da

requisição, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no

caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto

do contrato.

8.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.16. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição

indispensável para o recebimento definitivo do objeto, quando for o caso:

a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço obra;

d) carta "Inde-se", emitida pelo proprietário;

e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro do obra

junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.17. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas,

orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditivos, relatórios de inspeções técnicas após

o recebimento do serviço obra e notificações expedidas;

8.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações,

apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e

decoreza de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.20. Previamente à expedição da ordem de serviço obra, verificar pendências, liberar áreas e/ou

admitir providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVIII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos,

assumido como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fone (41) 3256-8000 - CEP 85968-100 - Mercedes - PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 57

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XXX/2023

execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter proposto aceito pela Administração no local do serviço/obra para representá-lo na

execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo

órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro

para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior

(art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato,

com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas

e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às

recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte,

no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras nos quais se verificaram vícios, defeitos

ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o

Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano

causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o

acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos

pagamentos devidos ou da garantia, caso exigido no edital, o valor correspondente aos danos

sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de

realização ou finalização do serviço/obra no prazo estabelecido, para adoção de ações de

contingência cabíveis;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, consanguíneo ou parente em linha

reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da contratante ou do fiscal ou

gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de

Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do

contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital

do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção,

Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas

as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação

específica, cuja inobservância não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência

anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços/obra;

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fone (41) 3256-8000 - CEP 85968-100 - Mercedes - PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 58

Pag. 323

Ass.

[Assinatura]



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2023
Processo Licitatório nº XXX/2023

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, permitindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a base técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local das servações e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer instruções nos moldes executivos que fujam às especificações do material descritivo ou instrumental contido neste;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os menores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reintegração da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores fixos e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante;

9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço/obra;

9.27. Observar os preceitos da legislação sobre o jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento da



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2023
Processo Licitatório nº XXX/2023

obrigações relativas à execução do serviço/obra, conforme descrito nas especificações do objeto, 9.29. Incluir nos empregados quanto à necessidade de seguir as Normas Internas do Contratante;

9.30. Incluir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar descumprimento;

9.31. Incluir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;

9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consultar nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes telefônicas, elétricas e de comunicação;

9.33. Essas registradas ou inscritas no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

9.34. Colocar junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os encaminhados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de conservação, pelo prazo de 03 (três) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.37. Utilizar sistema matrícula-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade;



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XXX/2023

válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 5.938, de 1981, e legislação correlata:

- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2016, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e
- 9.38.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual;

9.39. Observar as diretrizes, editais e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2012, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, nos seguintes termos:

- 9.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da construção deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme a lei;

9.39.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2012, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da construção, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- 9.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros;
- 9.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outros destinos): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 9.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 9.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.39.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da construção em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovante, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ABNT NBR n. 13.112, 13.113, 13.114, 13.115 e 13.116, de 2004;

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3206-8000 – CEP 85958-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 55.715.373/0001-33
www.mercedes.pr.gov.br
Página 181



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023
Processo Licitatório nº XXX/2023

9.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

- 9.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere em emitir matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 362, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 9.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 111, de 02/07/1991, e legislação correlata;

9.41. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

9.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços/obra, por uso indevido de potentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou inadequações dos serviços/obra ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço/obra de engenharia;

9.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe cabham necessitar em controle de qualidade dos materiais, serviços/obra e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações;

9.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades comunitárias (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);

9.45. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual ou obra de engenharia, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço/obra, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços/obra contratados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3206-8000 – CEP 85958-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 55.715.373/0001-33
www.mercedes.pr.gov.br
Página 182



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- enfeixar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificável;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo ilícito ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato ilícito previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que infringir as infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

- Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" e "h" do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato;
- Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 10% a 20% do valor do Contrato;
- Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato;
- Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato;
- Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado no Contratante (art. 156, §6º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa, será frustrada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previsto no encerramento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafo do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante;
- a impugnação ou o questionamento do programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitação e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CNEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscricam em dívida ativa, podendo ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou

Pag.

824

Ass.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3256-8000 – CEP 85908-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página | 54



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XV/2025
Processo Licitatório nº XXV/2025

de outros constantes administrativos que o contratado possui com o mesmo órgão ou contratante.

11.12. As alterações necessárias ao desenvolvimento do procedimento para eventual aplicação de sanção por infração poderão ser realizadas por qualquer meio idôneo de comunicação, como correspondência com aviso de recebimento, contato telefônico, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp, mensagens por meio de redes sociais, e-mail indicando pelo contratado, e etc.

11.13. A informação por correspondência será comprovada mediante a juntada do aviso de recebimento aos autos e, se demais, mediante a juntada do respectivo comprovante ou seja certificado expedido por servidor público.

11.14. A informação efetuada por e-mail, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp e mensagem por meio de redes sociais, será considerada efetuada/recebida no prazo de 1 (um) dia útil, contat de seu envio, caso o destinatário não confirme o recebimento antes.

11.15. É responsabilidade do contratado manter atualizados os endereços e contatos informados, comunicando-se recebidos as comunicações encaminhadas para os fins no caso de eventual alteração não comunicada.

11.16. A participação nos certames promovidos pelo Município de Mercedes, bem como, nas contratações diretas, implica ciência e concordância com a realização das comunicações na forma dos subitens antecedentes.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que não ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até o encerramento do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a renovação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele considerado em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar-se-á a modalidade em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem comoavinagem, asseguradas o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será procedido:

- 12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.5.3. Indenizações e multas.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XV/2025
Processo Licitatório nº XXV/2025

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atua na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de recursos específicos constantes no Orçamento Geral do Município deste exercício, na direção abaixo discriminada: 02.004.04.122.0003.2006 – Gestão da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças
Elemento de despesa: 333903905
Fonte de recurso: 000 (Exercício anterior)

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da comissão jurada do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de iminência de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registro que não caracterizar alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5. O contratado expressa concordância com a adequação do projeto relativo ao objeto do presente contrato, e, as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, documentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato computado-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Em todo caso, serão observadas as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 041, de 24 de março de 2023.



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Administrativo nº XXX/2025

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma do art. 176, III, parágrafo único, I e II, da Lei nº 14.133/2021, conforme opção formalizada por meio do Documento Municipal nº 175, de 18 de outubro de 2025, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo site oficial ou Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 82º, da Lei nº 12.527, de 2011.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da Comarca de Marçal Cândido Rondon – PR, para dirimir os litígios que decorrem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Mercedes/PR, em xx de xxxxxxxx de 2025.

Município de Mercedes
CONTRATANTE

XXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

XXX

XXX

X

Rua Dr. Ovídio Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 55.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 67



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Administrativo nº XXX/2025

ANEXO V

PROJETO (arquivo digital)

Pag.
26

Ass.

Rua Dr. Ovídio Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 55.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 68



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE EDITAL E MINUTAS

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei, que na elaboração do Edital, e da minuta do Instrumento Contratual, relativos à *contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada no Copel, a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (3x200A), situado na Rua Monte Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes - PR,* foram utilizadas as minutas padronizadas disponibilizadas pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes – PR, 19 de janeiro de 2026

LAERTON

Assinado de forma digital por

LAERTON WEBER:04530421988

WEBER:04530421988 Dados: 2026.01.19 14:07:57

Laerton08/08/er

PREFEITO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE DESPESA ORDINÁRIA

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei que a contratação pretendida relativa à contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada na Copel, a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (3x200A), situado na Rua Monte Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes - PR, se trata de despesa administrativa considerada ordinária, já prevista no orçamento e destinada à manutenção de ação preexistente, pelo que resta dispensada a juntada aos autos dos documentos indicados no art. 16, I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mercedes - PR, 19 de janeiro de 2026

EDSON

Assinado de forma digital por

EDSON KNAUL:88632350900

KNAUL:88632350900 Dados: 2026.01.19 14:08:57 -03'00'

Edson Knaul

**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Ofício n.º 10/2026

Mercedes, 21 de janeiro de 2026.

Exmo. Senhor Prefeito

Pelo presente solicito a Vossa Excelência a competente autorização para abertura de Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA, que tem por objeto a *contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada na Copel, a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (3x200A), situado na Rua Monte Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes – PR.*

Outrossim, informo a existência de previsão orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do Processo Licitatório supra indicado. O pagamento será efetuado através da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02.004.04.122.0003.2006 – Gestão da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças
Elemento de despesa: 333903905
Fonte de recurso: 000 (Exercício anterior)

Anexo ao presente, a Portaria n.º 854/2025, na qual está designado o Agente de contratação/Pregoeiro, bem como os membros da Equipe de Apoio, a qual deverá ter sido publicada no Diário Oficial, anteriormente à publicação do Extrato de Edital de Licitação

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,
EDSON KNAUL:88632350900

Assinado de forma digital por EDSON
KNAUL:88632350900
Dados: 2026.01.21 08:06:33 -03'00'

Edson Knaul
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DE: EDSON KNAUL – Secretário de Plan. Adm. e Finanças
PARA: LAERTON WEBER – Prefeito



Município de Mercedes

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 854/2025.
DATA: 30 DE DEZEMBRO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MERCEDES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, na forma do disposto no Artigo 71, II, "a" e "c" da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de se designar Agente de Contratação/Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, para a realização de licitações e contratações diretas nos moldes da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR Jaqueline Stein, matrícula n.º 58629, como Agente de Contratação/Pregoeira Titular, William Thomas da Silva dos Anjos, matrícula n.º 179310 e Jéssica Gabriele Finckler, matrícula n.º 86010, como Agente de Contratação/Pregoeiros Suplentes, para a realização de licitações, contratações diretas e procedimentos auxiliares, nos moldes da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. Os certames deverão ser conduzidos pela Agente de Contratação/Pregoeira Titular e, em seu impedimento ou ausência, pela Suplente.

Art. 2º. Para compor a Equipe de Apoio ficam designados Felipe Kauan Weber, matrícula n.º 141712; Camila Andressa Beyer, matrícula n.º 182451; Nilma Eger, matrícula n.º 38385; Dyeiko Allann Henz, matrícula n.º 104426; e Sidiane Weiss, matrícula n.º 51683.

Art. 3º. Fica revogada a partir desta data a portaria n.º 321/2025.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor a partir 01 de janeiro de 2026.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, em 30 de dezembro de 2025.

LAERTON
WEBER:045304
21988
Assinado de forma digital
por LAERTON
WEBER:04530421988
Data: 2025.12.30
09:12:52 -0100'
Laerton Weber
PREFEITO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica cadastrada na Copel, a fim de executar reforço de rede para atender aumento de carga (3x200A), situado na Rua Monte Castelo (Rua Coberta) no Município de Mercedes - PR.

Aspectos gerais pertinentes a obras e serviços de engenharia	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
1. O procedimento licitatório foi iniciado com a abertura de processo administrativo devidamente registrado em sistema informatizado para a gestão e o trâmite de processos administrativos eletrônicos?i	Não	Posterior a este documento
2. Consta Documento de Formalização de Demanda – DFD?ii	Sim	Pág 50 a 53 do Edital
3. Consta Estudo Técnico Preliminar – ETP?iii	Sim	Pág 43 a 49 do Edital
4. Houve justificativa para o caso de ausência de elementos facultativos do ETP?iv	Não se aplica	
5. Foi realizado o gerenciamento de risco, documentado em mapa de risco?v	Não	
6. No caso de serviços de engenharia com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, foi contemplado, no mapa de riscos, o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada?	Não se aplica	
7. Foi juntada aos autos declaração do ordenador de despesas de que a despesa possui previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas, para o exercício financeiro em que se realizará a despesa?vi	Sim	Certidão de Despesa Ordinária
8. Caso a previsão de vigência do contrato ultrapasse um exercício financeiro, foi juntada aos autos declaração do ordenador de despesas de que a despesa tem compatibilidade com o Plano Plurianual?vii	Não se aplica	
9. Caso se trate de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, foi juntada aos autos a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas, e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação	Não se aplica	



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Aspectos gerais pertinentes a obras e serviços de engenharia	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias?viii		
10. Foi juntada a comprovação de titularidade do imóvel objeto da obra ou serviço de engenharia?ix	Sim	Pág 25 a 28 dos autos do processo
11. Foram obtidas as aprovações e os licenciamentos pertinentes junto às autoridades competentes, se for o caso?x	Não se aplica	
12. Foi juntado o Termo de Justificativas Técnicas Relevantes - TJTR, integralmente preenchido?xi	Sim	Pág 46 a 62 dos autos do processo
13. Foi juntado o Termo de Referência - TR?xii	Sim	Pág 24 a 42 do Edital
14. Foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações ou não utilização do modelo de termo de referência confeccionado pela Procuradoria Jurídica?	Não se aplica	Não houve alterações
15. Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?xiii	Sim	Item 12 do ETP
16. O mapa de risco foi atualizado após a confecção do TR?	Não se aplica	
17. Os documentos técnicos, inclusive das planilhas orçamentárias, foram elaborados por profissional da área de engenharia, arquitetura ou técnico industrial competente, devidamente identificado?	Sim	
18. Houve juntada de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, Registro de Responsabilidade Técnica - RRT e/ou Termo de Responsabilidade Técnica - TRT (conforme o caso) relativos aos elementos e/ou peças técnicas que instruem os autos, inclusive das planilhas orçamentárias?xiv	Sim	Pág 45 dos autos do processo
19. Foi juntada aos autos a portaria de designação do pregoeiro e equipe de apoio, caso adotada a modalidade de pregão?	Sim	Portaria 321/2025
20. Caso adotada a modalidade de concorrência, foi juntada aos autos a portaria de designação do agente de contratação, da equipe de apoio ou dos membros da comissão de contratação e seus substitutos?	Não se aplica	
21. Caso o objeto contemple itens com valores inferiores	Não	Justificativa pag 02



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
833Ass.

Aspectos gerais pertinentes a obras e serviços de engenharia	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
a R\$ 80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?		do Edital
22. Foi certificada a utilização dos modelos padronizados da Procuradoria Jurídica? xv	Sim	Certidão de Fé Pública

Verificação relacionada a confecção do orçamento estimativo de referência para obras e serviços de engenharia	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
1. Consta dos autos manifestação formal do setor competente contendo a análise e as justificativas acerca da metodologia de obtenção dos custos global e unitários de referência da licitação?	Sim	Certidão de Fé Pública
2. Foram observados os parâmetros e a ordem definida pelo §2º do art. 23 da Lei 14.133, de 2021?	Sim	
3. Caso não tenha sido observada a ordem de que trata o item anterior, houve comprovação da inviabilidade de utilização dos parâmetros que precedem, em grau de prioridade, o parâmetro utilizado?	Não se aplica	
4. Foram juntados orçamentos sintéticos de cada edificação, instalação física, etapa, parcela ou trecho da obra? xvi	Sim	
5. Foi juntada planilha orçamentária de consolidação, agrupando em uma única planilha todos os orçamentos sintéticos, nos casos de empreendimentos compostos por várias etapas, parcelas, edificações ou trechos? xvii	Sim	
6. Foi juntado orçamento resumido, apresentando apenas os subtotais da planilha orçamentária de consolidação ou os totais do orçamento sintético de cada etapa, parcela, edificação, instalação física ou trecho do empreendimento, nos casos de empreendimentos compostos por várias etapas, parcelas, edificações ou trechos? xviii	Sim	
7. Foi juntado orçamento analítico formado por composições de custo unitário de todos os serviços existentes no orçamento sintético e de eventuais composições de custo unitário de serviços auxiliares? xix	Não	
8. Foi juntada curva ABC de serviços da planilha	Sim	



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Verificação relacionada à confecção do orçamento estimativo de referência para obras e serviços de engenharia	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
orçamentária de consolidação? xx		
9. Foi juntada curva ABC de insumos da planilha orçamentária de consolidação? xxi	Não	
10. Foi juntado demonstrativo analítico de encargos sociais utilizados para a mão de obra horista e mensalista? xxii	Não	
11. Foi juntado demonstrativo analítico das taxas de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI utilizadas? xxiii	Sim	
12. Há demonstrativo de vantajosidade da adoção ou não do regime de Contribuição Previdenciária Sobre a Renda Bruta - CPRB? xxiv	Não	
13. Caso o serviço de engenharia envolva a disponibilização de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva, consta planilha de custos e formação de preços?	Não se aplica	
14. Caso o orçamento estimado da contratação seja sigiloso, foi juntada aos autos a justificativa? xxv	Não se aplica	

Verificação relacionada à confecção do anteprojeto e dos projetos	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
1. Caso adotado o regime de contratação integrada, foi elaborado anteprojeto? xxvi	Não se aplica	
2. O anteprojeto atendeu as exigências do inciso XXIV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021?	Sim	
3. Foi confeccionado projeto básico, em sendo o caso?	Sim	
4. O projeto básico atendeu a todas as exigências que constam do inciso XXV do art. 6º da Lei 14.133, de 2021?	Sim	
1. O projeto básico está atualizado às circunstâncias da publicação do edital? xxvii	Sim	
2. O projeto básico atendeu as diretrizes estabelecidas pelo art. 45 da Lei 14.133/2021?	Sim	
3. Foi elaborado o projeto executivo, ou foi previsto no termo de referência ou projeto básico que esse documento técnico será desenvolvido concomitantemente com a execução dos serviços?	Sim	



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Verificação relacionada à confecção do anteprojeto e dos projetos	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
4. O projeto executivo atendeu às exigências do inciso XXVI do art. 6º da Lei 14.133/2021?	Não se aplica	
5. O projeto executivo respeitou as bases definidas no projeto básicoxxviii?	Não se aplica	
6. Os projetos desenvolvidos utilizaram adotada a Modelagem da Informação da Construção (<i>Building Information Modelling</i> - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados conforme determinado pelo §3º do art. 19 da Lei 14.133/2021?	Não se aplica	

Mercedes-PR, 21 de janeiro de 2026

Felipe Kauan Weber
Membro da Equipe de apoio



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
336

Ass.

[Handwritten signature]

¹ Decreto nº 033/2023 (art. 55, §1º) e art. 12, VI, da Lei 14133/21.

² O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, da Lei 14133, de 2021. A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do plano de contratações anual. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos.

³ Art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto Municipal nº 031, de 2023.

⁴ Art. 18, §1º e §2º, da Lei 14133, de 2021.

⁵ Art. 18, X, da Lei nº 14133, de 2021. Cabe ressaltar que a análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos, já que aquela é ato interno de planejamento da contratação, enquanto esta é cláusula contratual de pactuação de riscos com o contratado.

⁶ Art. 167, inciso II, da Constituição Federal, art. 6º, inciso XXIII, alínea j, art. 18, caput, art. 40, inciso V, alínea c, e art. 72, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

⁷ Art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

⁸ Art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

⁹ Constitui medida de precaução, na fase de planejamento da contratação, verificar a titularidade do bem, como forma de avaliar se a contratante é a legítima proprietária do imóvel onde se pretende realizar obra ou serviço de engenharia, o que se dá por meio da certidão emitida pelo competente Registro de Imóveis.

¹⁰ Quanto ao licenciamento ambiental, conferir a Lei nº 6.938, de 1981, e as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 1, de 1986, e nº 237, de 1997. Tratando-se de atividade prevista no Anexo I da Resolução CONAMA nº 237, de 1997, pode ser necessário o licenciamento prévio.

Não se pode perder de vista, por exemplo, que alguns serviços exigem apresentação de projeto e obtenção de alvará junto ao órgão municipal.

Conforme a natureza dos serviços, podem ser exigidas aprovações do projeto junto ao Corpo de Bombeiros, IPIAN, concessionárias de água, entre outros, competindo ao órgão verificar quais seriam as autorizações pertinentes.

Mais que um procedimento burocrático, o contato com concessionárias de serviço público ou órgãos públicos, resolvendo eventuais pendências, pode evitar atrasos na execução do contrato, principalmente na sua etapa final.

¹¹ Conforme minuta disponibilizada pela Procuradoria Jurídica.

¹² Art. 18, II, da Lei 14133, de 2021.

¹³ Art. 5º e art. 11, I e IV, da Lei 14133, de 2021.

¹⁴ Arts. 1º e 2º da Lei 6.496, de 1977, art. 45 da Lei nº 12.378, de 2010, art. 16 da Lei nº 13.639, de 2018 e art. 10 do Decreto nº 7.983, de 2013.

¹⁵ Art. 19, IV e § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

¹⁶ In *Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas*, Tribunal de Contas da União, Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste, Brasília: TCU, 2014, p. 95-96.

¹⁷ *Ib.*

¹⁸ *Ib.*

¹⁹ *Ib.*

²⁰ *Ib.*

²¹ *Ib.*

²² *Ib.*

²³ *Ib.*

²⁴ *Ib.*

²⁵ Parecer nº 44/2019/DECOR/CGU/AGU.

²⁶ Art. 24 da Lei nº 14.133, 2021.

²⁷ Art. 6º, XXXII, da Lei nº 14.133, de 2021.

²⁸ Acórdão TCU nº 1576/2022-Plenário e Acórdão TCU nº 1169/2013-Plenário.

²⁹ Acórdão TCU nº 1016/2011-Plenário.



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Pag.
332

Ass

Verificação relacionada à confecção do anteprojeto e dos projetos	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
4. O projeto executivo atendeu às exigências do inciso XXVI do art. 6º da Lei 14.133/2021?	Não se aplica	
5. O projeto executivo respeitou as bases definidas no projeto básicoxxviii?	Não se aplica	
6. Os projetos desenvolvidos utilizaram adotada a Modelagem da Informação da Construção (<i>Building Information Modelling</i> - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados conforme determinado pelo §3º do art. 19 da Lei 14.133/2021?	Não se aplica	

Mercedes-PR, 21 de janeiro de 2026

FELIPE KAUAN

WEBER:09057591928

Assinado de forma digital por FELIPE
KAUAN WEBER:09057591928

Dados: 2026.01.21 08:38:43 -03'00'

Felipe Kauan Weber
Membro da Equipe de apoio



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Decreto nº 033/2023 (art. 55, §1º) e art. 12, VI, da Lei 14133/21.

¹¹ O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, da Lei 14133, de 2021. A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do plano de contratações anual. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos.

¹² Art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto Municipal n.º 031, de 2023.

¹³ Art. 18, §1º e §2º, da Lei 14133, de 2021.

¹⁴ Art. 18, X, da Lei nº 14133, de 2021. Cabe ressaltar que a análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos, já que aquela é ato interno de planejamento da contratação, enquanto esta é cláusula contratual de pactuação de riscos com o contratado.

¹⁵ Art. 167, inciso II, da Constituição Federal, art. 6º, inciso XXIII, alínea I, art. 18, caput, art. 40, inciso V, alínea c, e art. 72, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

¹⁶ Art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

¹⁷ Art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

¹⁸ Constitui medida de precaução, na fase de planejamento da contratação, verificar a titularidade do bem, como forma de avaliar se a contratante é a legítima proprietária do imóvel onde se pretende realizar obra ou serviço de engenharia, o que se dá por meio da certidão emitida pelo competente Registro de Imóveis.

¹⁹ Quanto ao licenciamento ambiental, conferir a Lei nº 6.938, de 1981, e as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 1, de 1986, e nº 237, de 1997. Tratando-se de atividade prevista no Anexo I da Resolução CONAMA nº 237, de 1997, pode ser necessário o licenciamento prévio.

Não se pode perder de vista, por exemplo, que alguns serviços exigem apresentação de projeto e obtenção de alvará junto ao órgão municipal.

Conforme a natureza dos serviços, podem ser exigidas aprovações do projeto junto ao Corpo de Bombeiros, IPHAN, concessionárias de água, entre outros, competindo ao órgão verificar quais seriam as autorizações pertinentes.

Mais que um procedimento burocrático, o contato com concessionárias de serviço público ou órgãos públicos, resolvendo eventuais pendências, pode evitar atrasos na execução do contrato, principalmente na sua etapa final.

²⁰ Conforme minuta disponibilizada pela Procuradoria Jurídica.

²¹ Art. 18, II, da Lei 14133, de 2021.

²² Art. 5º e art. 11, I e IV, da Lei 14133, de 2021.

²³ Arts. 1º e 2º da Lei 6.496, de 1977, art. 45 da Lei nº 12.378, de 2010, art. 16 da Lei nº 13.639, de 2018 e art. 10 do Decreto nº 7.983, de 2013.

²⁴ Art. 19, IV e § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

²⁵ In *Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas*. Tribunal de Contas da União, Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste. Brasília: TCU, 2014, p. 95-96.

²⁶ *Ib.*

²⁷ *Ib.*

²⁸ *Ib.*

²⁹ *Ib.*

³⁰ *Ib.*

³¹ *Ib.*

³² *Ib.*

³³ Parecer nº 44/2019/DECOR/CGU/AGU.

³⁴ Art. 24 da Lei nº 14.133, 2021.

³⁵ Art. 6º, XXXII, da Lei nº 14.133, de 2021.

³⁶ Acórdão TCU nº 1576/2022-Plenário e Acórdão TCU nº 1169/2013-Plenário.

³⁷ Acórdão TCU nº 1016/2011-Plenário.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 6